

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

Laura Jamal Caixeta

*Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?*

**Um debate sobre identidades em Alice Canabrava**

Belo Horizonte

2021

Laura Jamal Caixeta

*Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?*

**Um debate sobre identidades em Alice Canabrava**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Douglas Attila Marcelino

Belo Horizonte

2021

907.2 Caixeta, Laura Jamal.  
C138h Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a  
2021 imaginação? [manuscrito] : um debate sobre identidades em  
Alice Canabrava / Laura Jamal Caixeta. - 2021.  
134 f. : il.  
Orientador: Douglas Attila Marcelino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. História – Teses, 2. Historiografia - Teses. 3. Relações  
gênero – Teses. 4. Canabrava, A. P. (Alice Piffer), 1911-  
2003. I. Marcelino, Douglas Attila. II. Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

"Haverá forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação? Um debate sobre identidades em Alice Canabrava"

Laura Jamal Caixeta

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino - Orientador  
UFMG

Profa. Dra. Alessandra Soares Santos  
UFMG

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira  
UFRRJ

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Attila Marcelino, Professor do Magistério Superior**, em 08/02/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Glória de Oliveira, Usuário Externo**, em 09/02/2022, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Soares Santos, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 09/02/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1240371 e o código CRC DEE029F6.

*Aos meus pais Nísio e Mariza e à minha irmã Júlia, com todo amor.*

## Agradecimentos

“A vida é bem mais que a universidade. Ainda bem”

Em meados de 2020 me deparei com essa frase em uma carta de Francisco Iglésias a Alice Canabrava. Na correspondência, o amigo desabafava sobre o peso de algumas atividades acadêmicas em que ele vinha se envolvendo. No auge da pandemia de covid-19, enfrentando todas as ansiedades que viver uma crise de saúde mundial provoca – especialmente em um país governado por um presidente que enfrentou de maneira criminosa o problema – ela de alguma forma me confortou. Havia dias em que me envolver com a pesquisa era muito difícil, conciliar as aflições cotidianas com alguma produtividade foi trabalho árduo por certos períodos. Desde então, tinha para mim que essa frase faria parte do meu trabalho final.

No entanto, ao longo do tempo, ela foi se ressignificando. Talvez hoje, parafraseando Iglésias, eu diria “ainda bem que a vida também é universidade”. E a ela eu sou muito grata. Em um contexto de crescente sucateamento do ensino superior e de ampliação dos negacionismos da ciência, agradeço a existência das universidades públicas e de qualidade que tanto se fortaleceram no governo Lula e Dilma – ex-presidentes que realmente se preocupavam com a educação brasileira. Também sou grata a todos os professores e funcionários que fazem esse espaço existir e resistir apesar de tudo.

Agradeço ao meu orientador, Douglas Attila Marcelino, por ter me orientado com tanta gentileza, atenção e cuidado nesse processo de crescimento intelectual. Desde o princípio dessa trajetória, me senti acolhida e instigada em nossas conversas que foram basilares para a escrita deste trabalho.

Agradeço às professoras Alessandra Santos e Maria da Glória Oliveira por terem participado da banca de qualificação deste trabalho e terem aceitado compor a banca de defesa. Desde o curso que fiz no primeiro semestre do mestrado com a professora Maria da Glória, até nossa longa conversa na banca de qualificação, suas contribuições e provocações foram fundamentais ao resultado final desta dissertação. Alessandra Santos, além da leitura atenciosa do meu texto e das instigações provocadas, desde 2013, nos projetos de Educação de Jovens e Adultos e Imersão Docente do Centro Pedagógico, me ensinou muito, não só como pesquisadora, mas também como professora.

Sou grata a Otávio Erbereli Júnior, pesquisador incansável da trajetória de Alice, que produziu trabalhos muito inspiradores para as minhas reflexões, mas que além de tudo foi muito gentil em todos os nossos contatos, sempre disposto a auxiliar e compartilhar o que conhecia e tinha às mãos sobre a vida de Alice Canabrava. Agradeço enormemente também à Lúcia Carvalho, sobrinha-neta de Alice, que me recebeu tão bem quando fui à São Paulo consultar os arquivos de sua tia. Lúcia é uma pessoa querida e atenciosa que trouxe para mim a dimensão mais humana possível do trabalho. Obrigada.

Agradeço ao Instituto de Estudos Brasileiros, especialmente à Elisabete Ribas que me recebeu muito bem durante minha consulta ao arquivo de Alice. E também ao Instituto Moreira Salles e principalmente à Jane Leite, que foi muito atenciosa em minha recepção e muito gentil ao enviar-me posteriormente as cartas que não consegui ler durante a visita. À CAPES, agradeço o financiamento ao longo de todo mestrado.

Agradeço aos colegas e amigos dos grupos de estudo “Travessia” e “Ritualizações do Poder”, e da revista “Temporalidades”, estes foram espaços fundamentais ao meu crescimento intelectual e profissional, mas também me deram grandes amigos. Meu agradecimento especial à Isabelinha, à Carol, à Hélia, e ao João Victor, meu grande parceiro de aventuras intelectuais.

Agradeço aos projetos Educação de Jovens e Adultos e Imersão Docente do Centro Pedagógico da UFMG. Nessas experiências, aprendi muito sobre uma prática docente humana e libertadora. Mas além disso, fiz grandes amizades que eram fontes diárias de risada e acolhimento. Muito obrigada, meus amigos Stella, Matheus Yago, Clara, Adriana e Glenda.

Sou muito grata a todos os alunos que cruzaram meu caminho e me fizeram acreditar na educação como prática da liberdade. Vocês fazem todo o esforço valer a pena.

De todo meu coração, sou grata aos meus amigos que compartilham comigo a alegria e a dor da vida. Bárbara e Hannah, muito obrigada pelas conversas diárias, pela escuta e acolhimento, vocês fazem parte desse texto (e da minha vida) do início ao fim, não daria conta de muita coisa sem vocês. Ana Clara, muito obrigada por ser há tanto tempo um lugar de aconchego e trocas, nossas conversas me ajudam a ver a vida com mais serenidade. Zatti, sou muito grata pela sua amizade, pelas longas conversas no telefone e pela leveza e segurança do nosso laço. Paulo, muito obrigada pelo companheirismo de anos, pelo acolhimento e amor que recebo de você e de sua família.

Obrigada pelos nossos amigos, sem você esse parágrafo não faria sentido. Júlia e Raquel, sou muito grata ao acaso daquela viagem, é muito bom saber que tenho em vocês um lugar de carinho para onde sempre posso voltar. Vocês são todos incríveis e me fazem acreditar que “quem tem um amigo tem tudo”.

Sou muito grata aos meus amigos de longa data. À Gabi e à Júlia, que independente do tempo que passa, o afeto permanece o mesmo. E aos meus amigos do Batista que estão sempre comigo e com quem quero continuar celebrando a vida. Math, Isabela, Ju Arruda, Rafa, Samis, Ju Zuppo e Marcela, muito obrigada!

Agradeço aos meus amigos da história, Laura, Denise, Bernardo e Rodrigo (meu quase irmão), que desde o início dessa jornada profissional, acadêmica e afetiva estiveram ao meu lado. Agradeço também ao Gabryel que sempre me estimulou e acreditou em mim, você é peça-chave nos caminhos que percorri.

Sou muito grata às amigadas que fiz no programa de pós-graduação em história. As trocas com todos os meus colegas trouxeram leveza e inspiração neste processo. Agradeço especialmente à Gisele pela companhia diária, pelos cafés e estudos na biblioteca, à Kelly pela escuta e pelas trocas, à Ana Murta pelas conversas instigantes e pela amizade, à Gabi, amiga que desde o primeiro momento me encantou com sua sabedoria e carinho transbordantes e à Camila que compartilhou comigo a reta final dessa jornada. Agradeço à Dani pelas trocas intelectuais e afetivas em grande parte do processo de escrita deste trabalho.

Sou muito grata a Aninha pela presença, afeto, carinho, incentivo e companhia leve e feliz na reta final de escrita da dissertação.

Por fim e, certamente um dos agradecimentos mais importantes, faço às minhas famílias, Jamal e Caixeta. Especialmente aos meus tios Vera, Leila, Adriana, Ângela e Antônio Carlos e aos meus primos-quase-irmãos Isabella, Mariane, Taianne e Miguel que me ensinam tanto sobre a vida e sobre o amor, além de acreditar e admirar meus trabalhos. Sou muito grata também aos meus queridos avós, Domingas, Lurdes e João que já não estão mais aqui, mas que são fonte de todo o amor que emana de minhas famílias.

Dou destaque a três nomes a quem é difícil expressar toda minha gratidão: Fefe, Ciça e Lele, vocês são luz e o amor mais profundo da minha vida. Com vocês é mais fácil ser feliz!



Sou muito grata a minha irmã Júlia que é meu porto seguro, lugar onde eu sempre encontro acolhimento, escuta e incentivo, obrigada por acreditar tanto em mim e ser minha eterna amiga e parceira de vida. E também ao meu cunhado, Leo, que é parte diária da minha vida, com quem, desde o primeiro contato, tenho trocas incríveis.

Em último lugar, e mais importante, agradeço às pessoas a quem dedico este trabalho, minha mãe Mariza e meu pai Nísio, que me deram uma vida de possibilidades, de acertos e também de erros, com a certeza de que no fim eles estariam ali, cheios de amor e cuidado para me receber. Muito obrigada por acreditar tanto em mim. Vocês me ensinam diariamente a ser uma pessoa sensível e cuidadosa. Amo muito vocês.

*“O homem branco diz:[...] Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro [...]*

*Penso, sim, talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena [para eles].”*

Glória Anzaldúa

## **Resumo**

Este trabalho propõe uma problematização das diversas identidades atribuídas à Alice Canabrava quando a historiadora já se encontrava estabelecida no cenário intelectual brasileiro, a partir das décadas de 1980 e 1990. Também as identidades elaboradas por Alice Canabrava sobre si e a imagem que ela constrói do historiador ideal centrada na figura de Fernand Braudel, em suas memórias, são investigadas neste texto. O objetivo é analisar a complexidade dos pertencimentos e diálogos travados pela historiadora ao longo de sua trajetória profissional, de modo a demonstrar os riscos da tentativa de estabelecer identidades rígidas e permanentes aos sujeitos investigados. Alguns analistas da trajetória intelectual de Alice Canabrava tenderam a interpretá-la como herdeira dos *Annales*, silenciando outras referências fundamentais às suas produções. Para demonstrar as nuances desses diálogos, investigo seus textos de história da historiografia que deixam ver seus múltiplos contatos intelectuais. Outras pesquisas tenderam a atribuir-lhe uma identidade de pioneirismo feminino (e em alguns casos de feminista) em função dos constrangimentos que enfrentou em seu estabelecimento na universidade e os relatos que produziu sobre essa experiência. Além de explorar uma sociologia do campo, para compreender os lugares marginalizados que as mulheres ocuparam na conformação dos cursos universitários de história, contraste tal identidade, quase consensual, com a recusa de Alice Canabrava ao feminismo, de modo a refletir sobre a complexidade de seus pertencimentos. Por fim, investigo as memórias da historiadora a fim de compreender o papel do gênero e das performances corporais na formulação de uma identidade historiadora por Alice Canabrava, seja na reflexão sobre sua própria trajetória acadêmica ou na caracterização de Braudel como o tipo ideal.

**Palavras-chave:** Alice Canabrava; identidades; história da historiografia; gênero; corpo.

## **Abstract**

This work intends to raise issues of the array of identities attributed to historian Alice Canabrava when she was already established in Brazil's intellectual scenery, throughout the 1980s and 1990s. It also aims to investigate the identities Canabrava assigned herself and the image she constructed of the ideal historian, centered around the figure of Fernad Braudel, in her memoirs. The main goal of this research is to analyze the complexity surrounding the sense of belonging and dialogues held by the historian throughout her professional trajectory, demonstrating the risks of trying to establish rigid and permanent identities for the investigated subjects. Some of those who have analyzed Alice Canabrava's intellectual trajectory tended to interpret her as an heir of the *Annales*, thus silencing other keystone references of her work. In order to demonstrate the nuances surrounding these dialogues, I investigate the historian's historiographical work that allow to understand her multiple intellectual contacts. Previous research has gravitated towards attributing her an identity as a female pioneer or – in some cases – as a feminist due to the constraints she faced getting herself established in academia and her recollections of these experiences. In addition to employing a sociology of the field to comprehend the marginalized places that women occupied in the shaping of university's History structure, I contrast this nearly consensual identity with Alice Canabrava's refusal of feminism in order to dwell on the complexity of her sense of belonging. Finally, I investigate the historian's memoirs in order to understand the role that gender and bodily performances play in the formulation of an historian's identity by Alice Canabrava, whether in reflecting on her own academic trajectory or in characterizing Braudel as the ideal type.

**Keywords:** Alice Canabrava; identities; history of historiography; gender; body.

## **Lista de ilustrações**

Fotografia 1 - Fotografia de Alice Canabrava

Fotografia 2 - Fotografia de Alice Canabrava na FEA/USP

### **Lista de abreviaturas e siglas**

APUH	Associação de Professores Universitários de História
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FFLC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Base
USP	Universidade de São Paulo

## Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1 - “Uma História colocada no centro das ciências do Homem”: historiografia em território de fronteiras.....	24
1. Passos iniciais de uma trajetória.....	25
1.1. Um “padrão de investigação típico da escola dos <i>Annales</i> ”? .....	29
1.2. O estabelecimento dos cursos universitários.....	38
2. Concepções historiográficas em território de fronteiras .....	41
2.1. A filiação anunciada.....	56
Capítulo 2 - “Nada mais estranho a mim do que o desempenho do papel de heroína”: a entramada apropriação de gênero das memórias de Alice Canabrava.....	58
1. “Não acreditávamos no trabalho intelectual da mulher”: uma breve sociologia institucional.....	60
1.1. “A cátedra estava bem fora do alcance das mulheres”: as mulheres nos cargos de poder.....	64
2. “Eu não sou de maneira nenhuma uma feminista”: a problemática dos pioneirismos .....	71
2.1. “Fiquei contente quando você disse que você não é feminista”: o antifeminismo dos anos 1980.....	76
2.2. “Eu entrei com meu discurso, apolítico, histórico, e foi como água na fervura”: a dimensão (a)política do intelectual para Alice Canabrava.....	79
2.3. A História das Mulheres e o feminismo.....	86
2.4. As artimanhas da memória na atribuição do pioneirismo .....	89
Capítulo 3 - “Quando acabei o curso não desejava outra coisa a não ser, ser...”: o relato de si nas memórias de Alice Canabrava.....	95
1. “Deixei correr os dedos na máquina de escrever, ao leve toque das reminiscências”: a dimensão memorial de uma experiência .....	97
2. Caricaturas de Capistrano de Abreu: o contraponto do historiador ideal.....	100
2.1. “ <i>Le prince charmant</i> ”: o historiador ideal.....	105
3. O “esforço inusitado” nas memórias de Alice.....	111
3.1. “Havia crescido sem medo. Sentia-me forte, afeita à luta”: o gênero na narrativa do esforço.....	112
3.2. “ <i>Penir dans les archives</i> ”: o esforço na prática historiográfica .....	117
4. “O temor inspirado” por Alice “e pelo terrível sobrenome”: leituras de uma <i>performance</i> .....	123
Considerações finais.....	129
Referências Bibliográficas .....	133

## Introdução

### Fotografia 1



Fotografia de Alice Canabrava, sem identificação de local e data. Arquivo Familiar.<sup>1</sup>

Posando no primeiro plano de uma paisagem composta por morros, árvores e arbustos de médio a alto porte, a confundir pela distância, uma mulher figura no centro da fotografia. Recostada em uma cerca de madeira, repousando as mãos sobre o tronco mais alto, ela esboça um sutil e tímido sorriso. Cabelos curtos, óculos arredondados, branca. No corpo, uma calça de alfaiataria, acompanhada por uma camisa social bem abotoada até o pescoço. Destaca-se um botão, ou apetrecho mais visível, que adorna o colarinho. Sobre a camisa, um casaco claro. Completando o visual, ela porta, nos pés, um sapato fechado, de aparência formal. Essa mulher é Alice Canabrava.

Historiadora brasileira nascida em 1911 na pequena cidade de Araras, no interior do estado de São Paulo, Alice<sup>2</sup> cresceu e concluiu as etapas iniciais de sua educação nos campos arenosos daquela cidade. Na adolescência, acompanhada de sua irmã Clementina Canabrava, mudou-se para São Paulo, capital do estado, onde cursou o famoso Colégio Stafford, seguido da Escola Normal da praça Caetano de Campos, estabelecimento que

---

<sup>1</sup> Essa fotografia, assim como a da página 4, me foram fornecidas por Lúcia Carvalho, sobrinha-neta de Alice Canabrava.

<sup>2</sup> Optei por me referir a ela utilizando o nome próprio, quando não referenciada como Alice Canabrava, porque entendo que a tendência acadêmica de utilizar o sobrenome para tratar dos sujeitos esconde inúmeras identidades – ainda que complexas e em alguns casos conflitantes – presentes no nome próprio.



lhe concedeu o diploma de magistério. Anos depois, favorecida pela política de comissionamento<sup>3</sup> do estado, ingressou na segunda turma do recém-criado curso de geografia e história da Universidade de São Paulo, que lhe garantiu o título de historiadora e a levou a percorrer a trajetória que será explorada neste trabalho.<sup>4</sup>

Cada vez mais Alice Canabrava tem se tornado um nome conhecido no campo da história da historiografia e da história intelectual brasileira. A historiadora é frequentemente lembrada por ter sido uma mulher que, apesar de preterida no polêmico concurso da cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, superou uma série de constrangimentos impostos às mulheres na estruturação dos cursos universitários no Brasil e construiu uma carreira de destaque e sucesso na Faculdade de Economia e Administração da mesma universidade.

A descrição de sua fotografia, no entanto, extrapola as intenções de apresentar ao leitor a imagem daquela de quem falarei ao longo das próximas páginas. Trata-se mais de um convite à reflexão sobre corpos e signos que adornam os corpos e simbolizam os gêneros e identidades historiadoras. Tal provocação emerge de um incômodo, fruto da compreensão de que a história se formou como uma narrativa desencarnada,<sup>5</sup> dotada de uma tendência de descorporificar os sujeitos/objetos de análise. Desse mesmo modo, a história intelectual e a história da historiografia, nas investigações que se atentam às identidades historiadoras, centram suas preocupações nas filiações e diálogos intelectuais dos historiadores, afastando o gênero, o corpo e as *performances* corporais de seus trabalhos.<sup>6</sup> Tendência esta que se liga e reitera uma compreensão dicotomizada de corpo *versus* mente, como se os indivíduos se constituíssem e se expressassem apenas na segunda. Na contramão desse movimento, busco neste trabalho me atentar também a

---

<sup>3</sup> Essa política será discutida no capítulo 1.

<sup>4</sup> Essa biografia foi retirada do texto: CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006

<sup>6</sup> Quando muito, o gênero aparece como preocupação complementar. E, mesmo nos trabalhos que o consideram, isso se dá mais frequentemente quando se fala de mulheres, em uma associação ainda persistente da ideia de que falar de gênero é falar de mulheres. As questões de gênero, englobando as masculinidades, raramente são abordadas quando as pesquisas dizem respeito a homens. Além disso, mesmo nos trabalhos em que o gênero está em debate, raramente o corpo propriamente dito é debatido.

essas outras dimensões na formação das múltiplas identidades de Alice Canabrava, elaboradas por ela ou sobre ela, e também às identidades que ela atribuiu a outros sujeitos.

Essas inquietações, no entanto, não vieram de um vazio. Ao final do ano de 2019, viajei a São Paulo para percorrer os arquivos de Alice dispostos no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.<sup>7</sup> Na ocasião, entrei em contato com Lúcia Carvalho, querida sobrinha-neta de Alice responsável pelos seus direitos autorais.<sup>8</sup> Desse contato, fez-se um encontro. Entre ricas trocas de experiências e relatos sobre Alice, Lúcia me presenteou com a fotografia que abre este trabalho. Por algum tempo olhei frequentemente para essa imagem buscando entender mais de Alice Canabrava e de sua trajetória. Nesse percurso, de quase dois anos de diálogo, perpassado por variadas leituras e debates, formulei algumas questões que reproduzo aqui: o que o corpo de Alice, sua aparência e suas roupas podem dizer sobre sua trajetória e os espaços acadêmicos em que transitou? O que eles conseguem dizer sobre os regimes de verdade que constituíram as cenas de reconhecimento que estabelecia quem seria ou não historiador naqueles lugares?

Uma das leituras que me provocou essas inquietações foi a do manifesto “Mulheres e Poder” de Mary Beard, indicado pela professora Maria da Glória Oliveira na banca de qualificação deste trabalho. “Como aprendemos a olhar para as mulheres que exercem ou tentam exercer o poder?”, indaga Beard. Usando da fotografia de Alice para ensaiar alguma resposta, eu diria que a formalidade das roupas da historiadora, e mesmo um certo caráter masculinizado das peças que porta (calça alfaiatada, camisa social) talvez nos forneçam algumas pistas.<sup>9</sup> Mary Beard me auxilia nessa resposta: “não temos modelo para a aparência de uma mulher poderosa, a não ser que ela se pareça bastante com um

---

<sup>7</sup> O pesquisador Otávio Erbereli Junior, que se dedicou longamente ao estudo da trajetória de Alice, produzindo dois trabalhos que foram fundamentais às minhas reflexões, em parceria com o IEB, organizou todo o arquivo da historiadora nesse Instituto. Um trabalho muito organizado e fundamental às pesquisas que se preocupam em estudar as contribuições de Alice, mas também à preservação das memórias da historiadora. Os trabalhos de Erbereli Junior são: ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. 2014. Programa de pós-graduação em História (Dissertação), FFCL/UNESP, 2014; \_\_\_\_\_. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica (Tese), FFLCH/USP, 2019.

<sup>8</sup> Sou muito grata à Lúcia pelo acolhimento gentil desde o primeiro momento em que entrei em contato com ela. O encontro em São Paulo e seu entusiasmo com a trajetória de sua tia-avó me deu mais fôlego para a pesquisa.

<sup>9</sup> Especialmente em uma sociedade que frequentemente recorre as dicotomias de gênero para significar diferenças, o fato de Alice dispor de roupas masculinizadas certamente passa uma mensagem. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez., 1990.

homem”. Em suas reflexões ensaísticas, a historiadora sugere que frequentemente as mulheres que adquirem poder lançam mão de uma série de atitudes “andróginas” para se fazer ouvir, seja na tentativa de tornar a voz mais grave – como ela discorre sobre o caso de Elizabeth I – ou no uso de terninhos e calças compridas – tática visível em diversas líderes políticas do Ocidente, como Angela Merkel, Hilary Clinton, e mesmo Dilma Rousseff. Essas estratégias, reflete Beard, cumprem a função de fazer com que as mulheres pareçam mais adequadas ao papel do poder.<sup>10</sup>

Nos sentidos dessa provocação, me pergunto: estariam os signos que cobrem o corpo de Alice dotados dessas táticas de legitimação?

### Fotografia 2



Fotografia de Alice Canabrava, FEA/USP, 1984. Arquivo Familiar.

<sup>10</sup> BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

Nesta outra imagem, Alice aparece mais uma vez com aquela formalidade da vestimenta. Os mesmos óculos arredondados e cabelos curtos. Dessa vez, portando uma espécie de blazer e camisa social, com um lenço que adorna o conjunto da roupa. Como a carta anexa à fotografia informa, essa imagem foi registrada na ocasião de uma cerimônia de homenagem a Alice na Faculdade de Economia, em 1984.<sup>11</sup> Nessa cena, Alice está cercada não por uma paisagem natural como aquela da primeira fotografia, mas humana, composta exclusivamente por colegas homens. Um cenário certamente corriqueiro em sua trajetória profissional. Mesmo nos anos 1980, momento de uma presença mais expressiva de mulheres nas universidades,<sup>12</sup> a congregação da faculdade de economia, como aparece na imagem, permanecia majoritariamente composta por homens. A história e a produção intelectual de conhecimento não deixaram de ser, mesmo ao longo do século XX, um mercado masculino.<sup>13</sup> Nesse caso, portanto, chama ainda mais atenção a escolha das vestimentas de Alice.

O que pretendo nessa instigação inicial não é chegar a conclusões sobre as intenções pessoais de Alice Canabrava ao escolher seus vestuários, mas provocar uma reflexão sobre as *performances* corporais dos historiadores, sobre as cenas de reconhecimento que prescrevem certas *performances* relacionadas aos gêneros na conformação das identidades historiadoras. Meu objetivo é trazer à tona algumas variáveis que se tendem a ignorar quando se produz uma história intelectual.

Na esteira da teoria e crítica feminista, compreendo que trabalhos como o meu, que se dispõe a investigar trajetórias de mulheres e a problemática do gênero, para alcançar seus propósitos de libertação, não devam apenas almejar às mulheres lugar nas estruturas de poder, mas investigar como essas estruturas funcionam e são reafirmadas de

---

<sup>11</sup> Essa imagem me foi enviada por Lúcia Carvalho. O ano de 1984, como lembrava Alice em carta à amiga de Araras, Lúcia, “é o ano das comemorações, das homenagens”. Na correspondência ela conta que neste ano recebeu uma medalha pelo cinquentenário de fundação da USP, uma homenagem da Faculdade de Economia por ter sido diretora da instituição, e também uma homenagem do Instituto de Pesquisas Econômicas da FEA. No entanto, desconheço a qual desses eventos a fotografia remete. CANABRAVA, Alice. Carta a Lúcia. São Paulo, 16 dez. 1984. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-LÚCI-003.

<sup>12</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

<sup>13</sup> Sobre o advento da história como ciência moderna, Bonnie Smith reflete como nos seminários lançou-se mão de uma série de hierarquias de gênero para classificar o trabalho de produção intelectual, aproximando a prática de pesquisa do conceito atraentemente progressista de cidadania masculina. SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 244.

modo a promover um questionamento mais transformador e subversivo de suas engrenagens.

A produção, assim como a *performance* historiadora de Alice Canabrava, foi apreciada por uma série de intelectuais a partir das décadas finais do século XX, dada a relevância de sua produção historiográfica e o lugar, ainda que relativamente marginal em comparação a outros historiadores homens, que ocupou no cânone historiográfico. Essas análises, mobilizando uma série de memórias disciplinares, atribuíram à historiadora algumas identidades relativamente rígidas que acabaram por ocultar a complexidade dessa intelectual.

Ao longo desta dissertação, demonstro e problematizo diversas dessas identidades atribuídas a ela. Investigo também as memórias de Alice, para compreender como ela, em um exercício complexo de elaboração de si e do outro, questionou e legitimou certas exclusões. A contribuição nova deste trabalho, que se inspira em alguns dos já produzidos sobre a historiadora, está na reflexão sobre como, nas memórias de Alice, a problemática do gênero e da histórica exclusão das mulheres estruturou suas lembranças e esquecimentos, ampliando um caminho de reflexões sobre o papel do corpo historiador no processo de elaboração de identidades.

A discussão sobre a questão das identidades é, portanto, o fio condutor deste texto.<sup>14</sup> De modo a complexificar essa problemática, me parece que o caminho mais produtivo é refletir sobre memórias e identidades como construções, produtos de uma série de relações sociais profundas. Se entendemos a identidade como uma construção social que só existe em relação e a partir do outro;<sup>15</sup> e a memória como uma (re)construção e atualização contínua do passado, que diz respeito mais a “um enquadramento do que

---

<sup>14</sup> Nas produções identitárias as memórias cumprem um papel primordial, ambas se nutrem e se conjugam para produzir pertencimentos e narrativas de vidas e, por isso, são fontes fundamentais nesta pesquisa. As identidades que se estabelecem a partir da incorporação de elementos específicos do passado, de “escolhas memoriais”, são elaboradas de modo a buscar uma permanência de si, ou do outro, forjar uma sensação de pertencimento e de filiação contínua. Desse modo, mesmo sendo apenas estados adquiridos, as identidades acabam alcançando *status* de aparente estabilidade. É aqui onde está a problemática das atribuições identitárias. Algo latente nas identidades elaboradas sobre Alice. CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 19.

<sup>15</sup> BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

um conteúdo”,<sup>16</sup> estaremos cada vez mais distantes de pesquisas que buscam atribuir uma coerência sacralizante aos seus objetos de estudo.

Ao longo da dissertação, fundamento minhas discussões sobre identidade especialmente no diálogo com Judith Butler.<sup>17</sup> Em suma, compreendo que as identidades devem ser entendidas como unidades provisórias que respondem a demandas específicas e, concomitantemente, múltiplas. Não como definições estáveis e engessadas de características dos indivíduos. Por isso, busco discutir a multiplicidade de filiações e aproximações exercidas por Alice Canabrava tanto em sua produção historiográfica quanto em sua prática historiadora, a partir de uma leitura crítica das identidades pretensamente fixas atribuídas a ela por alguns estudiosos.

Os textos que serão analisados neste trabalho são produtos que permeiam as décadas de 1960 a 1990. Mas o volume maior de material refere-se aos anos 1980. De maneira geral, a preocupação está em investigar essas múltiplas identidades que foram produzidas nas décadas finais do século XX, quando Alice já aparecia como uma historiadora estabelecida no universo intelectual brasileiro.

No primeiro capítulo, centro minha investigação em uma das identificações recorrentemente reivindicadas para explicar quem foi a historiadora: seu papel como herdeira dos *Annales*, praticante de uma historiografia fortemente orientada por essa tendência. Essa identidade atribuída a Alice Canabrava está diretamente relacionada a uma cultura disciplinar do curso de História da USP, que se fundamentou ao longo da segunda metade do século XX, centrada em uma memória acadêmica que tendeu a marcar uma ruptura determinante entre o que se produzia antes e após o advento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP.

---

<sup>16</sup> CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Op. cit. p. 9.

<sup>17</sup> A partir de uma crítica ao raciocínio fundacionista da política liberal de representações, que exige identidades supostamente relacionadas a uma origem do sujeito, a autora discute como as identidades devem ser entendidas mais como efeitos, produtos de sistemas jurídicos e de discursos que definem a própria categorização identitária, do que resultado de uma vivência substancializada compartilhada por aqueles que se reconhecem em tal identidade. Pautando-se em uma crítica à metafísica da substância, a partir do questionamento da ideia de um “sujeito” anterior às identidades que lhes são atribuídas, Butler nos explica a impossibilidade de uma postulação da identidade “de uma vez por todas”. Desse modo, compreendo que o problema frequente nas discussões sobre identidades encontra-se tanto no ocultamento de seu caráter normativo, a partir de uma compreensão delas como um conjunto de características descritivas de um indivíduo, quanto na universalização daqueles que as identidades dizem representar, ignorando a multiplicidade de outros pertencimentos e relações travadas por esses indivíduos. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 247.

Desse modo, além dos argumentos que levaram parte de sua fortuna crítica a associá-la aos *Annales*, demonstro, a partir da análise de seus textos de história da historiografia, como a historiadora dialogou com diversas outras tendências historiográficas – ainda que tenha feito parte de uma geração de historiadores que, na produção de balanços sobre a historiografia brasileira, esteve fortemente preocupada em apresentar as fronteiras entre o antigo e o novo, se colocando ao lado da novidade.

No segundo capítulo, analiso outra identidade muito atribuída a Alice Canabrava nas últimas décadas do século XX: a de mulher pioneira na resistência aos limites impostos à sua ascensão universitária. De fato, como veremos na discussão do capítulo, Alice enfrentou complexas situações ao seu estabelecimento como catedrática sobretudo por ser mulher. Contudo, uma identidade de pioneirismo feminino atribuída a ela acabou por explorar insatisfatoriamente as complexidades desses enfrentamentos no campo intelectual e social como um todo. Um dos problemas, nesse sentido, encontra-se no fato de que parte dessas análises da resistência de Alice acabaram por atribuir à historiadora o título de feminista que ela própria rejeitou em mais de uma ocasião.

Ao evocar o nome de uma figura proeminente como Alice Canabrava – que de fato vivenciou situações complexas de machismo – sem problematizar a série de gradações de seu posicionamento, o contexto no qual transitava, ou ainda os efeitos do feminismo nos estudos históricos nos momentos em que ela se declara antifeminista, corre-se o risco de simplificar a complexidade das questões de gênero na produção do saber e o papel, muitas vezes antitéticos, que os indivíduos cumprem nessas experiências.

No terceiro e último capítulo, exploro as memórias de Alice e seu trabalho de elaboração de si-mesma, mas também do outro, especialmente a partir da produção de uma identidade historiadora ideal centrada na figura do historiador francês Fernand Braudel. Nessa investigação, o corpo e o gênero são figuras centrais, seja no recurso que Alice faz a sua infância para elaborar a si mesma, ou nos gestos e signos corporais de Braudel que permeiam as lembranças da historiadora. Além disso, a *performance* de Alice também é analisada a partir das memórias de seus antigos orientandos e assistentes, com foco na discussão de gênero que transpõe essas lembranças e constroem a imagem rigorosa de Alice.

Essa discussão faz parte de um esforço de buscar sentido nas ações e reflexões de Alice e não somente de “tirá-la do esquecimento” por ser uma mulher que encampou uma

carreira promissora nos anos iniciais de estabelecimento dos cursos universitários de história. Concordando com a afirmação de Michelle Rosaldo, de que “parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta”,<sup>18</sup> me parece fundamental analisar a trajetória de Alice Canabrava para além de seus feitos, tentando entender os sentidos que ela própria atribuiu às suas ações e identidades em uma sociedade na qual as hierarquias de gênero são constantemente mantidas e atualizadas pelos sujeitos envolvidos nos múltiplos jogos de poder.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> ROSALDO, Michele Zimbalist. “The uses and abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding”. *Apud* SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez., 1990, p. 86

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977; \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.



## Capítulo 1 - “Uma História colocada no centro das ciências do Homem<sup>20</sup>”: historiografia em território de fronteiras

Quente, frio; masculino, feminino; urbano, rural; moderno, ultrapassado... Quem nunca recorreu à oposição para definir aquilo que se pretendia dizer? O uso de pares antagônicos é frequente em nossa linguagem. Normalmente eles são utilizados de modo a garantir a um dos polos uma identidade que se constitui por aquilo que ela não é, pelo estabelecimento de um “outro”. Dentro dessas dicotomias, fronteiras relativamente rígidas são estabelecidas e as nuances muitas vezes silenciadas. A historiografia não escapou a essa estratégia. O par binário moderno *versus* ultrapassado foi muitas vezes reivindicado para legitimar certas produções historiográficas e os lugares nas quais elas foram gestadas, em detrimento de outras práticas e locais de diálogo intelectual.

A partir dos anos 1950, uma série de balanços historiográficos que objetivavam estabelecer “fronteiras entre o antigo e o novo em termos de escrita da história”<sup>21</sup> foram produzidos. Nesses balanços, os sentidos de uma moderna historiografia foram elaborados por diferentes autores e em muitos casos a universidade foi marcada como o *locus* da inovação. Além disso, os anos 1930 foram destacados como um momento de ruptura completa com o que se produzia em termos de historiografia no Brasil até então. Compreensão essa que se naturalizou e se alastra até os dias de hoje.

Alice Canabrava participou ativamente dessa disputa. A historiadora, compartilhando uma memória acadêmica uspiana – na qual a modernidade na historiografia foi atrelada aos ensinamentos dos professores franceses que vieram ao

---

<sup>20</sup> Quem seria esse “Homem”, com H maiúsculo, colocado no centro da história para Alice? A compreensão da história como ciência, a partir do século XIX, sustentou-se na ideia de uma narrativa sobre um sujeito pretensamente universal, “O Homem” que, segundo o discurso científico, representaria toda a humanidade. Nesse caso, observa-se como o “caráter particular de categorias dominantes [...] [são apresentados] como universais”<sup>20</sup>. Desse modo, a ciência, ancorada em uma pretensa totalidade, acabou por excluir diversos sujeitos como objetos de estudo, mas também como produtores da história. Investigarei ao longo deste trabalho essa histórica exclusão e seus efeitos na trajetória de Alice Canabrava. RAGO, Margareth. Epistemologia feminista. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 23.

<sup>21</sup> VENÂNCIO, Giselle. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 437.

Brasil para auxiliar na estruturação do primeiro curso universitário de geografia e história do país –, apresentou, em seus balanços historiográficos, os *Annales* como sinônimo de inovação. Para ela, sua inquietação com a centralidade da história em relação às demais ciências do homem era tributária dos ensinamentos dos *Annales*.

A partir dessas reflexões de Alice, uma série de intelectuais acabaram por associá-la quase de maneira exclusiva a uma historiografia dos *Annales*, ignorando a multiplicidade de diálogos e trocas intelectuais que ela forjou em sua trajetória profissional. Dentro dessas memórias disciplinares certas identidades historiadoras rígidas, estabelecidas em conformidade a um *éthos* do historiador ideal,<sup>22</sup> foram elaboradas sobre Alice. Processo em que o caráter transitório das identidades foi ignorado.

Desse modo, opondo-me à compreensão do “outro” como antagônico ao “si-mesmo”,<sup>23</sup> busco neste capítulo investigar as leituras sobre Alice e suas filiações historiográficas, assim como a fabricação da própria historiadora sobre as fronteiras da historiografia brasileira, destacando as nuances que escapam às suas elaborações dicotomizadas. Em síntese, procuro discutir como Alice elaborou a ideia de moderna historiografia brasileira; em que sentido a historiadora estabeleceu fronteiras entre o antigo e o novo; e, pergunto-me: dentro dessas definições seria possível vislumbrar nuances nas identidades de Alice em debate?

## 1. Passos iniciais de uma trajetória

Quanto ao método de pesquisa e à preferência pelas fontes primárias pode-se sugerir a incorporação de um padrão de investigação típico da escola dos *Annales*. Em resenhas sobre as duas primeiras teses de Alice

---

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1. p. 31-47, jan/jun. 2005, p. 32.

<sup>23</sup> Em diálogo com Judith Butler, compreendo que o “si-mesmo” se constitui sempre a partir do “outro”. Não em um sentido de oposição, mas no entendimento de que é a interpelação que o outro coloca sobre mim que me faz buscar um sentido sobre mim mesma. Não há si-mesmo fora das relações sociais: “O sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente, e o outro estabelece a cena de interpelação como uma relação ética mais primária do que o esforço reflexivo que o sujeito faz para relatar a si mesmo. Além disso, os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substitutibilidade em que nossas histórias ‘singulares’ são contadas”. BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. *Op. cit.* p. 33.

Canabrava, Fernand Braudel e Vitorino Magalhães Godinho insistiam nessa identidade.<sup>24</sup>

Em 1999, Flávio Saes, ex-orientando e amigo de Alice Canabrava, ancorado em importantes nomes dos *Annales*, buscou demonstrar em certa medida uma identidade *annalista* da historiadora. Essa identificação é recorrentemente retomada e reiterada por intelectuais que investigaram a trajetória de Alice, especialmente nas décadas finais do século XX.

À título de introdução, voltemos o olhar ao percurso de Alice Canabrava nos estudos históricos para compreender o porquê desse fascínio em filiá-la aos *Annales*. Alice nasceu em 1911, na pequena cidade de Araras, no interior de São Paulo, onde viveu os primeiros anos de sua vida e cursou a escola primária. Acompanhada da irmã Clementina Canabrava, ela se mudou para São Paulo em 1923, para estudar no colégio Sttaford. Naquela instituição, a futura historiadora fez um curso complementar de três anos de preparação para a entrada na escola normal. Em 1926, ingressou na Escola Normal Caetano de Campos, e em 1930, recebeu o diploma que a habilitava para o magistério primário.<sup>25</sup>

Em suas memórias da década de 1980, marcadas pela preocupação em construir uma identidade para si enquanto mulher resiliente e dedicada aos estudos,<sup>26</sup> Alice Canabrava contou que, durante o período em que esteve em Araras, folheava “todos os dias as páginas do *Diário Oficial*, em busca de uma oportunidade para [...] aproximar de São Paulo e continuar a estudar”.<sup>27</sup> Tal esforço resultou em seu ingresso no curso de geografia e história da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), em 1935. Sua entrada naquele curso foi possível

---

<sup>24</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1999, p. 51.

<sup>25</sup> Informações retiradas de: ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica (Tese), FFLCH/USP, 2019, p. 28.

<sup>26</sup> Como sugere Ricoeur, na construção de uma identidade narrativa, “o si busca sua identidade na escala de uma vida inteira”. RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 113. Trataremos com mais atenção a identidade que Alice elaborou para si ao longo do capítulo 3.

<sup>27</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora (1984)*. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgs.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

graças à política de comissionamento<sup>28</sup> do então secretário da Educação e da Saúde Pública do estado de São Paulo, Márcio Munhoz.

Já na FFCL, Alice manteve contato com os famigerados professores franceses que essa memória compartilhada por Flávio Saes frequentemente invoca. O curso de geografia e história da USP teve nos seus quadros iniciais professores vindos de diversos países, contudo, foi primordialmente a “missão de professores franceses” que melhor se firmou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>29</sup> Nomes como Emile Coornaert, Fernand Braudel, Jean Gagé e Pierre Monbeig, a convite da universidade recém-fundada, vieram para o Brasil formar os futuros historiadores e auxiliar na conformação do campo historiográfico universitário brasileiro.

Foi, sem dúvida, expressiva a recepção de instrumentos conceituais, metodologias e práticas de ensino nesse contato dos primeiros estudantes do curso de geografia e história com os professores franceses. Contudo, uma suposta hegemonia da historiografia francesa no curso da USP precisa ser interrogada tanto pela presença e atuação de professores brasileiros nesse curso, como Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior e Plínio Ayrosa – ligados a uma tendência que remontava ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) –, quanto pela consideração de que essas renovações historiográficas não foram frutos exclusivos da orientação francesa. Elementos tidos como característicos de uma concepção moderna de história já estavam presentes em alguns autores brasileiros vinculados a outras instituições que não à universidade recém-criada.<sup>30</sup>

Além disso, é fundamental questionar a força que os *Annales* tinham no momento em que professores como Braudel fizeram sua passagem pelo Brasil. Como sugere Aryana Costa em sua tese de doutorado, essa identificação do curso de história da USP com os *Annales* é feita quando estes já haviam conquistado notoriedade, no pós-guerra. Nas décadas de 1930 e 1940 os *Annales* ainda não tinham força tão expressiva para serem

---

<sup>28</sup> Devido à baixa procura no segundo ano de funcionamento dos cursos da FFCL, a secretaria de educação do estado lançou essa política que visava estimular a entrada de professores primários no ensino superior, com o objetivo de preencher as vagas e de formar profissionais para a educação primária e secundária. O atrativo dessa política consistia no fato de que “os comissionados continuavam a receber do Governo do Estado seus respectivos salários em forma integral”. Essa política resultou na modificação do perfil dos alunos ingressantes na recém-criada FFCL. Exploro tal alteração ao longo do capítulo 2. In: In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). *Mulheres na USP. Op. cit.*

<sup>29</sup> ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira: Leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 170.

<sup>30</sup> Vide Capistrano de Abreu, recorrentemente citado por Alice como o precursor de uma moderna historiografia brasileira como discuto adiante.

considerados os únicos agentes que conformaram a produção historiográfica dos paulistas, como tendem a sugerir essas memórias.<sup>31</sup>

Dadas essas considerações, pergunto-me: o que se diz nas décadas finais do século XX sobre o curso de história da USP não seria mais proeminentemente fruto de escolhas memoriais que objetivaram construir uma nova tradição na produção da história, agora universitária? Ou haveria sido a gama de relações intelectuais travadas pelos historiadores que compuseram o curso nesses anos iniciais tão simples assim? Precisamos entender que a universidade nas décadas de 1930 e 1940 era ainda um espaço sem tradição e em disputa, no qual uma série de tendências historiográficas habitaram. Contudo, vigorou na memória disciplinar, formada ao final do século XX, o modelo que se apresentou como moderno e se estabeleceu de forma mais longeva: o estrangeiro.<sup>32</sup>

Nas disputas pelas memórias, observam-se tentativas constantes de esquecimento daquilo que não interessa a alguns. Quando se olha para a história da formação dos cursos de história no Brasil, o procedimento não é diferente. Alice Canabrava transitou pela FFCL desde seus anos iniciais tendo sua trajetória se confundido em alguns momentos com a formação e o estabelecimento do curso de geografia e história da USP. Por isso, é importante analisar mais detidamente esse processo de constituição do curso assim como a memória disciplinar formada sobre ele.

Alice Canabrava vivenciou um momento marcante da transição do *locus* da produção historiográfica de um lugar para outro. Nesse interim, é impossível dizer que apenas um modo de fazer história esteve em seu horizonte de possibilidade ou mesmo de seus contemporâneos universitários. Nessa memória, formada *a posteriori*, acaba-se por engendrar uma tradição disciplinar muito homogênea que buscou denominar como “velha” uma história político-administrativa praticada sob os auspícios dos institutos históricos e geográficos, a partir de uma estratégia de afirmação das “novas” pesquisas sociais e econômicas, como indica Ângela de Castro Gomes.<sup>33</sup> Essa leitura que estabelece fronteiras rígidas entre a tradição e o moderno, e reduz o quê de renovação e permanência

---

<sup>31</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. Programa de Pós-Graduação em História Social (Tese), Instituto de História – UFRJ, 2018, p. 29.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>33</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* In: Estudos Históricos - Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, nº17, 1996, p. 62.

que todas as tendências historiográficas revelam, foi recorrente na apreciação da trajetória de Alice Canabrava como veremos e analisaremos a seguir.

### 1.1. Um “padrão de investigação típico da escola dos *Annales*”<sup>34</sup>?

Alice Canabrava, a partir da segunda metade do século XX, figurou recorrentemente nos balanços historiográficos produzidos por seus contemporâneos como uma das intelectuais incontornáveis e pioneira nos estudos de história econômica, especialmente universitária.<sup>35</sup>

José Honório Rodrigues, em seu livro *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*, de 1949, citou Alice Canabrava como uma das iniciadoras da história econômica no Brasil, ao lado de uma longa lista de intelectuais, dentre eles, Afonso Taunay, Roberto Simonsen, Alfredo Ellis Júnior, Caio Prado Júnior, entre outros. Francisco Iglésias, historiador mineiro e grande amigo de Alice, foi mais enfático nas análises sobre a produção da historiadora. Sua leitura a colocou como modelo de uma historiografia econômica a ser praticada no Brasil.<sup>36</sup> Além disso, ao lado de Amaral Lapa, ele ressaltou o pioneirismo de Alice nos estudos de história da historiografia. Amaral Lapa a situou entre os historiadores que se preocuparam em produzir balanços historiográficos qualitativos dos estudos históricos,<sup>37</sup> entendendo que sua participação na elaboração do *Manual de Estudos Bibliográficos* lhe garantiu tal posição entre os historiadores preocupados com a produção da história no Brasil.

Na busca por atestar esse pioneirismo de Alice nos estudos econômicos e analisar mais expressivamente sua trajetória, nas duas últimas décadas do século XX quatro intelectuais brasileiros produziram textos sobre sua contribuição para a historiografia

---

<sup>34</sup> SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. In: SAES, Alexandre; SAES, Flávio; RIBEIRO, M. A. *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo, Alameda, 2017.

<sup>35</sup> Tais leituras foram retiradas das reflexões introdutórias de Otávio Erbereli Junior em sua dissertação de mestrado. ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.*

<sup>36</sup> “O único modo de contribuir para o aprofundamento da história econômica do Brasil, está, pois, no estudo de um setor, com pesquisas extensas e intensas. Como exemplo dessa atitude, poderíamos lembrar ALICE P. CANABRAVA, com suas obras exaustivas e bem sucedidas (*O comércio português no rio da Prata – 1580/1640; O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo – 1861/1875*)”. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiografia econômica brasileira*. *Apud idem*, p. 18.

<sup>37</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão: historiografia brasileira contemporânea*. *Apud idem*, p. 17.

econômica brasileira, associando a inovação desses estudos ao diálogo que a historiadora travou com professores franceses ao longo de sua formação e carreira universitária. Esses textos serão o foco de minha análise subsequente.

Flávio Azevedo Marques de Saes, Nelson Heideki Nozoe e Zélia Maria Cardoso de Mello, todos ex-orientandos de Alice Canabrava, foram autores do texto *Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava)* (1985).<sup>38</sup> Como o próprio título sugere, eles analisaram as três teses da historiadora de modo a atribuir-lhe um pioneirismo nos estudos de história econômica no Brasil. Flávio Saes foi autor de outros dois textos, um de 1999, intitulado *A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira*,<sup>39</sup> outro de 2005,<sup>40</sup> que consistiu na introdução do livro *História econômica: estudos e pesquisa*, uma reunião de artigos publicados por Alice Canabrava ao longo de sua trajetória intelectual. Ainda que o texto de 1999 esteja mais atento a comparar a obra de Alice com a de outros historiadores econômicos do período, Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, ambos os textos, na análise geral da trajetória de Alice, filiam a historiadora aos *Annales*.

Ainda que Saes tenha destacado em seus textos nomes de historiadores que já marcavam alguma ruptura com o se produzia no IHGB, como Afonso Taunay<sup>41</sup> e Alfredo Ellis Júnior, ou até mesmo tenha apresentado como renovadores do pensamento social brasileiro Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, a novidade da obra de Alice Canabrava – o apreço pelas fontes primárias e pelas produções monográficas – foi associada diretamente a “influência do padrão de investigação típico da escola dos *Annales*”.<sup>42</sup> O autor parte de uma leitura relativamente naturalizada sobre a

---

<sup>38</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n. especial, p. 169-179, 1985.

<sup>39</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *Op. cit.* Em 2017, Saes publicou um texto em homenagem a Alice no livro de comemoração dos 25 anos da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), intitulado *Alice Piffer Canabrava (1911-2003)*.<sup>39</sup> O conteúdo do texto é quase em sua totalidade idêntico ao texto de 1999. Ver: SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. *Op. cit.*

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. Bibliografia de Alice Piffer Canabrava. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. 1º edição. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005, p. 17-21.

<sup>41</sup> Que se voltava “a temas econômicos (e sociais) [...] com suas obras sobre café e bandeiras”. SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. *Op. cit.*

<sup>42</sup> SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. *Op. cit.* No texto de 2005, Saes é ainda mais incisivo: “O leitor não terá dificuldade em identificar, na obra de Alice P. Canabrava, os princípios metodológicos da Escola dos *Annales*, esquematicamente traçados acima. Aí está o elemento que distingue a obra de Alice P. Canabrava dos demais trabalhos de História Econômica produzidos à época. Pode-se

transição da produção intelectual dos institutos históricos e geográficos para a universidade, compreendendo, em grande medida, a novidade como os ensinamentos aprendidos com os professores franceses.

O último texto ao qual voltarei minha atenção foi produzido por Maria Alice Rosa Ribeiro, historiadora da economia que, diferentemente dos demais autores citados, não foi orientada de Alice Canabrava. Intitulado *As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil*,<sup>43</sup> o texto data de 1999 e foi produzido para o Seminário “A participação feminina na construção de novas disciplinas: o caso da historiografia econômica no Brasil”,<sup>44</sup> no V Congresso Latino-Americano. Nele, a autora analisa o advento da história econômica universitária no Brasil, vinculando sua inovação ao contato que as pesquisadoras citadas tiveram com a historiografia dos *Annales*. Alice Canabrava é tida como a primeira a estabelecer essa interlocução.

No mesmo sentido de Saes caminhou Maria Alice Ribeiro. Entendendo que “a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações [de Alice] com os aspectos econômicos vieram dos *Annales*”, a autora sustentava que “as raízes da moderna História Econômica estão no curso de História e na formação dos primeiros historiadores”<sup>45</sup> graças à presença dos professores franceses.

A estratégia utilizada para atestar o lugar de destaque de Alice Canabrava foi a de ressaltar o caráter *annalítico* de suas obras em relação às produções coetâneas. Saes afirmava que as interpretações de história econômica da historiadora se destacavam em relação as obras de Roberto Simonsen e Caio Prado Junior, “em diversos sentidos: objeto, método de pesquisa e fontes utilizadas [que] refletem em grande medida a formação que tivera no curso de História e Geografia”. Os trabalhos de Alice, para ele, estavam mais preocupados com aspectos sociais e econômicos do que as pesquisas dos historiadores

---

mesmo dizer que seus estudos tornam-se ‘modelos’ para muitas teses de História Econômica elaboradas no âmbito da Universidade.” \_\_\_\_\_ . Bibliografia de Alice Piffer Canabrava. *Op. cit.*

<sup>43</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *história econômica & história de empresas*. São Paulo. v. II, n. 2, p. 7-40, 1999.

<sup>44</sup> É curioso o fato de que este texto, assim como aquele produzido por Saes em 1999, foram apresentados no mesmo Seminário e discutiram paralelamente o pioneirismo de Alice Canabrava nos estudos em História Econômica e como mulher na universidade. Exploraremos mais a fundo a leitura sobre esse segundo aspecto do pioneirismo feminino atestado por eles no segundo capítulo.

<sup>45</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *história econômica & história de empresas*. São Paulo. v. II, n. 2, 1999, p. 15



citados, mais voltados ao político. Além disso, suas obras tratavam-se “antes de mais nada, de estudos monográficos que se [...] [contrapunham] claramente à tendência de se produzir grandes interpretações”.<sup>46</sup> Ou seja, a orientação à monografia dos trabalhos de Alice revelaria, mais uma vez, a aproximação com os *Annales*.

No texto de 2005 Saes retornava ao argumento de distinção da produção de Alice em relação a Simonsen e Prado Junior, afirmando que

Certamente, Alice P. Canabrava distingue-se de Simonsen e Prado, não pelo porte de suas interpretações – igualmente brilhantes – mas pelo método de pesquisa que adota. Fernand Braudel, em resenha de *O Comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640*, sugere o caráter distintivo da obra de Alice P. Canabrava.<sup>47</sup>

Desta vez, o autor invocava uma nota publicada por Fernand Braudel na revista dos *Annales* em apreciação à tese de Alice, *O Comércio Português no Rio da Prata* (1942), para fundamentar a aproximação da historiadora à corrente historiográfica francesa.

Exatamente o mesmo trecho da nota de Braudel foi citado nos três textos produzidos pelos ex-orientandos de Alice (1985, 1999, 2005). Nele, Braudel afirmava que “Alice Piffer Canabrava, formada e orientada, posso assegurar, pela leitura e conhecimento de nossos ANNALES, acaba de escrever um livro, seu primeiro livro. Com satisfação, posso dizer que se trata de um livro de grande importância”.<sup>48</sup> A recorrência dessa citação revela que a nota de Braudel foi utilizada como argumento de autorização para afirmar a filiação de Alice aos *Annales*. Em comentário sobre o trecho citado, Saes, Mello e Nozoe não hesitavam em dizer que, por meio dessa nota, é possível “identificar, neste plano, a influência dos historiadores franceses [nas obras de Alice] ligados a revista *Annales*”.<sup>49</sup> Braudel aparece aqui como selo de distinção<sup>50</sup> e o recurso a sua figura serve para afirmar a relevância da produção de Alice Canabrava em conformidade aos preceitos *annalistas*.

---

<sup>46</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *Op. cit.* p. 51.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. Bibliografia de Alice Piffer Canabrava. *Op. cit.* p. 13.

<sup>48</sup> BRAUDEL, Fernand. *Annales* III(2). *Apud* MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica. *Op. cit.*, p. 177.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 176.

<sup>50</sup> “Pela tradição única no país, Braudel vira mais do que selo de qualidade. Vira selo de distinção.” COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 26.

Em uma nota do texto de 1999, Flávio Saes relatava que Alice havia informado em depoimento<sup>51</sup> que aprendeu com Braudel que o historiador devia “pénir dans les archives”.<sup>52</sup> Com base nessa informação, ele concluía então que, “mesmo sem um aprendizado formal de pesquisa histórica, é plausível admitir a influência da escola dos *Annales*, por meio de Braudel, a partir do ‘espírito’ da pesquisa histórica incutido nos três anos de curso”.<sup>53</sup> Ou seja, Saes sugere que durante a primeira passagem de Braudel pelo Brasil, entre 1935 e 1937 (período em que Alice foi sua aluna), este já ensinava aos seus alunos mais próximos uma metodologia de pesquisa histórica orientada pela “escola” dos *Annales*.<sup>54</sup>

Contudo, é fundamental lembrar que esse *status* do Braudel consagrado e símbolo dos *Annales* só foi adquirido anos depois de sua passagem pelo Brasil. Como sugere Paulo Martinez, mesmo que em seus esforços pessoais e profissionais Braudel tenha catalisado o “espírito” da renovação de Marc Bloch e Lucien Febvre, expresso nos *Annales d’histoire économique et sociale*, foi, “sobretudo ao longo das décadas de 1950 e 1960”, que os frutos desse “espírito” foram mais expressivos.<sup>55</sup> O Braudel selo de distinção aparece apenas após 1947,<sup>56</sup> quando o historiador se torna diretor do *Annales*, dois anos

---

<sup>51</sup> Aqui ele faz referência a entrevista de Alice Canabrava concedida a ele em 1997. CANABRAVA, Alice. *Minhas Reminiscências. Economia aplicada*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.

<sup>52</sup> O verbo *pénir* não existe na língua francesa. Não sei se se trata de uma escrita incorreta – imagino que não, pois ele aparece no texto de Saes e também na entrevista de 1997 –; se o autor compreendeu incorretamente a expressão dita por Alice; ou se a própria historiadora utilizou a expressão dessa maneira. De qualquer modo, suspeitamos que a sentença foi utilizada no sentido de “padecer”, “penar” nos arquivos.

<sup>53</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>54</sup> A noção de “escola” é fortemente discutida na historiografia. De modo geral, compartilhamos a compreensão de que a constituição dessa ideia trata-se da invenção de uma tradição *a posteriori*. ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira. Op. cit.* p. 37. Aryana Costa sugere que os *Annales* só se estabeleceram enquanto tal no pós-guerra quando adquiriram mais notoriedade, e, desde então, ocorreu um processo de naturalização deles enquanto parâmetro, inclusive de forma expressiva na historiografia brasileira. Como Costa chama a atenção, a vinda de professores franceses ao Brasil no início da formação da FFCL se deu devido a uma missão diplomática do governo francês, e, portanto, não estava exatamente relacionada a um projeto dos *Annales*, ainda mais entre os anos de 1935 (data da primeira vinda de Braudel ao Brasil) ou 1946.<sup>54</sup> Os *Annales* ainda eram muito incipientes nas décadas de 1930 e 1940 para exercer uma influência tão clara sobre os paulistas e, por isso, Costa é crítica a essa compreensão de que tivemos uma “contaminação por osmose” dos franceses e estimula o tensionamento dessa memória. COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO. Op. cit.* p. 24 a 29.

<sup>55</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*. São Paulo, v. 146, 2002, p. 13.

<sup>56</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO. Op. cit.* p. 26.

antes da produção da tese sobre o Mediterrâneo, que lhe garantiria a notoriedade do historiador das durações.

Desse modo, o contato próximo que Alice manteve com o historiador durante suas passagens pelo Brasil ou a apreciação que Braudel fez de sua tese não permite concluir que toda a obra da historiadora revele exclusivamente uma adoção da metodologia de pesquisa dos *Annales*. Assim como aquela recomendação de “pénir dans les archives” que Braudel haveria concedido a Alice não denota exatamente um princípio de pesquisa da presumida “escola” dos *Annales*. Como veremos a seguir, os diálogos engendrados por Alice foram múltiplos e uma série de perspectivas conformaram sua operação historiográfica.

Para justificar essa aproximação de Alice Canabrava aos *Annales*, além da autorização garantida pelos historiadores franceses, os autores dos textos em análise elencaram uma série de orientações metodológicas e escolhas temáticas que aproximariam a historiadora daquela corrente historiográfica.

A opção de Alice pelas fontes primárias que extrapolavam as oficiais (mais voltadas ao político e administrativo), além de um “tratamento crítico dos documentos”, era atribuída a sua relação com os *Annales*. Assim como a consideração dos fatores geográficos, econômicos e sociais na investigação histórica, entendido como elemento essencial do plano metodológico das produções da historiadora.<sup>57</sup> Outro elemento dos *Annales* seria a orientação da pesquisa histórica a partir de hipóteses pautadas em preocupações contemporâneas ao historiador, a reconhecida “história-problema”. Para esses autores, a história orientada pelos *Annales* e praticada por Alice “seria agora subjetiva, ou seja, cada época será capaz de reconstruir a História de acordo com a visão aí dominante”.<sup>58</sup>

Para os apreciadores da produção de Alice, essa nova história seria marcada pela superação de uma antiga, reconhecida por Saes, Mello e Nozoe como “história positivista”.<sup>59</sup> Os *Annales* apareceriam, portanto, como sinônimo e padrão de renovação

---

<sup>57</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica. *Op. cit.*, p. 177.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 178.

<sup>59</sup> Os autores não explicitaram o sentido do uso do termo “positivista” para caracterizar essa historiografia anterior ao advento dos cursos universitários de história, mas fica evidente o teor negativo do termo. Como afirma Gustavo Biscaia de Lacerda, “há algumas décadas o ‘Positivismo’ é ‘outro’ teórico contra o qual por assim dizer todos batem-se”. No entanto, de modo geral, essa apropriação que toma o positivismo como

nesses textos, em contraponto ao que haveria de antigo e ultrapassado na historiografia brasileira. Essa leitura, como já sugerimos, alinha-se a uma tradição disciplinar na qual o novo, para se firmar enquanto tal, produz aquilo que compreende como ultrapassado, entendemos que tal ação se dá, pois “é da natureza dos movimentos intelectuais e políticos inventarem rótulos de identidade como estratégia de diferenciação [...] especialmente em períodos de mudança social”,<sup>60</sup> como sugere Ângela Alonso.

Na definição da historiografia “positivista” que se contraporía àquela tida como renovada, Saes, Mello e Nozoe, ressaltavam o apreço ao factual, no qual a pesquisa histórica preocupava-se com a busca pelos fatos, e não com suas interpretações. Os temas mais recorrentes nessa tendência historiográfica seriam a história política e administrativa, voltada aos grandes nomes e eventos. Em oposição a ela, estaria a história dos *Annales*, marcada pela aproximação com as demais ciências sociais e o foco nos chamados “fatos de massa”, que possibilitaria uma compreensão mais global da história.<sup>61</sup>

Maria Alice Ribeiro, nessa mesma direção, tece também uma contraposição entre o antigo e o moderno na historiografia brasileira, mas de sua parte recorrendo ao IHGB para fundamentar tal distinção. No tópico de seu texto dedicado ao “Nascimento da Moderna Historiografia Brasileira e a História Econômica”, ela afirmava que o IHGB se opunha a renovação apresentada pelo advento do curso universitário de história da USP, marcado desde sua gênese pela presença de professores franceses. Para fundamentar tal contraposição, ela utilizou trechos de um texto de Alice Canabrava sobre as contribuições de Varnhagen e Capistrano de Abreu para a historiografia brasileira.<sup>62</sup> No intuito de definir as atividades do IHGB ela citou o seguinte trecho do texto de Alice:

O nativismo, a exaltação das riquezas naturais do País e o louvor do caráter dos seus filhos, “*varões preclaros*”, distinguiram os trabalhos

---

sinônimo de ultrapassado e antiquado fundamenta-se em uma leitura reducionista das complexidades políticas e teóricas dos pensamentos de Comte e da possibilidade de sua obra apresentar elementos efetivos para os debates teóricos, metodológicos e políticos atuais. Houve uma mudança constante de valoração dessa palavra e acompanhar essa mudança é historiar uma parte importante da história das Ciências Sociais no Brasil e no mundo ao longo do século XX e início do século XXI. O conteúdo desse “Positivismo” não é algo consensual nem muito menos preciso. LACERDA, Gustavo Biscaia. Augusto Comte e o “Positivismo” redescobertos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, out. 2009.

<sup>60</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. Apud ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>61</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica. *Op. cit.* p. 176 e 177.

<sup>62</sup> CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo, n. 88, p. 417-424, 1971.

produzidos por essa instituição, os quais concebiam a história como forma de perpetuar os bons e honrados exemplos (Canabrava, 1971, p. 14-15).<sup>63</sup>

Os trabalhos do IHGB, para Ribeiro assim como para Alice, distinguiam-se dos estudos executados em outra instituição que emergia nas décadas iniciais do século XX: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que, segundo Ribeiro, “rompeu com esse estado de coisas e inaugurou uma nova perspectiva para os estudos de História, conforme fora desenvolvida pelos mestres franceses da Escola dos *Annales*”, escola esta que “já se rebelara contra a história *historizante*, a história dos acontecimentos”.<sup>64</sup>

Apesar dessa distinção estanque entre história positivista *versus* história dos *Annales* ou história elaborada no IHGB *versus* história produzida na universidade, no texto de 1999, de Flávio Saes, e no texto de Maria Alice Ribeiro, encontra-se algumas nuances a respeito da renovação atribuída exclusivamente aos franceses.

Saes afirmava que “embora predominasse, no âmbito acadêmico, uma história ‘positivista’ (que, por sua própria natureza privilegia os aspectos políticos), é possível encontrar alguns historiadores voltados a temas econômicos (e sociais)”,<sup>65</sup> temáticas que em outros momentos ele conferia exclusivamente às orientações historiográficas dos *Annales*. Em continuidade a esse reconhecimento da abertura de historiadores brasileiros aos temas sociais e econômicos, ele cita Afonso Taunay e Alfredo Ellis Junior, afirmando que tal preocupação se deveu à influência de Capistrano de Abreu, “historiador que teria aberto novos rumos à pesquisa histórica brasileira, seja pelos temas que aborda (econômicos e sociais), seja por seu padrão de análise, claramente distinto do predominante até então”.<sup>66</sup>

Ribeiro, na linha de Saes, reconhece uma complexificação da história no início do século XX. Utilizando-se novamente das reflexões de Alice no texto de 1971, ela afirmava que Capistrano de Abreu teria proposto uma nova forma de elaborar a história, não mais preocupada com as autoridades e datas, mas

---

<sup>63</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *Op. cit.* p. 12.

<sup>64</sup> *Idem.*

<sup>65</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *Op. cit.* p. 50.

<sup>66</sup> *Idem.*

articulando a história dos homens com elementos da cultura material, dos modos de vida, da geografia, da política e etc. Dessa forma, a História passa a desenrolar-se num cenário mais complexo, econômico e social. ‘Não se trata mais de narrar os fatos, de descrevê-los objetivamente, mas de compreendê-los numa elaboração que visa captar uma realidade complexa, com apelo do que ela apresentava mais simples e irreduzível’ (Canabrava, 1971, p. 20).<sup>67</sup>

Como percebe-se por esse trecho, a própria Alice já identificava em Capistrano a superação da história estritamente política. Ainda que certamente haja distinções entre a produção de Capistrano e as orientações dos *Annales*, é importante ressaltar que um dos elementos principais de distinção da escrita da história de Alice, levantado tanto por Ribeiro como por Saes, Mello e Nozoe, é justamente essa preocupação com temas econômicos e sociais e o diálogo com a geografia, algo já reconhecidamente presente no historiador cearense. Como propõe Lúcia Guimarães, observou-se no início do século XX uma importância crescente no IHGB de articular a história à geografia, na observação da paisagem natural, e à economia e ao social, no movimento de pensar o povo e o cotidiano da população. À primeira vista, essas renovações parecem ser originárias de avanços da historiografia francesa, mas esse aumento da preocupação com a geografia, com o social e com a economia, segundo Guimarães, é indicativo das contribuições de Capistrano de Abreu que pautava a importância de pensar a sociedade colonial em sua multiplicidade, com suas imperfeições e contrastes.<sup>68</sup>

Desse modo, compreende-se, ainda que inicialmente, que as aproximações de Alice Canabrava não se restringiram à historiografia dos *Annales* e que essa memória disciplinar, na busca por anunciar uma filiação automática da historiadora aos *Annales*, apaga uma série de diálogos que ela travou ao longo de sua formação e atuação acadêmica.

De maneira geral, na leitura que fazem desse período, esses autores desconsideram a complexidade desse momento de transição, se atrelando a uma memória que a) toma como única a orientação dos franceses no curso em formação, considerando os *Annales* já estabelecidos quando da vinda dos professores da chamada “missão francesa”; b) tende a ignorar a fluidez das fronteiras existentes entre essas diversas instituições de produção

---

<sup>67</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *Op. cit.*, p. 10 e 11.

<sup>68</sup> GUIMARÃES, L. M. P. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: Letras, 2006. p. 162-181.

do conhecimento; c) limitam uma compreensão mais profunda dos diálogos múltiplos travados por Alice Canabrava em sua trajetória historiográfica.

A partir da leitura crítica desses textos, entende-se que esses autores, ao mesmo tempo que não problematizam essa memória disciplinar contribuem para a sua manutenção. Além de afirmar a preponderância dos franceses na constituição do curso, essa memória tendeu a recalcar a participação de outras figuras fundamentais, tidas como tradicionais, como Afonso Taunay e Plínio Ayrosa, à formação dos primeiros alunos e do curso da FFCL/USP. A leitura pautada nessa memória desconsidera a dinamicidade desse período, marcado pela multiplicidade de modelos de fazer história e de formação de historiadores.

## 1.2. O estabelecimento dos cursos universitários

Antes da fundação dos cursos universitários de história e durante seu estabelecimento, os institutos históricos e geográficos, além de outras instituições como os museus e as academias, eram lugares privilegiados da produção da história brasileira. Lúcia Guimarães chegou a afirmar que o IHGB permaneceu sendo o *locus* principal da produção da história até a década de 1960. Para ela, a mudança do centro de produção só se deu a partir de 1961, devido à promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) – reforma do ensino que pressupôs um repensar do ensino universitário, até então mais expressamente voltado à formação de professores – assim como à realização do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior que culminou na criação da APUH. A Associação, no mesmo sentido da LDB, pressupôs maior autonomia das faculdades e uma centralização da produção intelectual naquele espaço.<sup>69</sup> Na APUH as discussões passaram a girar em torno da profissionalização da história, possível exclusivamente a partir do curso universitário, algo que resultou em uma crescente importância da universidade na produção historiográfica.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”. In: NEVES, Lucia Maria; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Márcia de Almeida et alli (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.19-35.

<sup>70</sup> Um dos temas de discussão do Simpósio foi a proibição de que pessoas não licenciadas em história pudessem ministrar a disciplina. Também a questão da criação de cursos de teoria e metodologia foi pautada na reunião. Esses elementos somados revelam uma demanda de especialização. ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: Op. cit.*

Os anos de formação e estabelecimento universitário de Alice Canabrava foram, portanto, fortemente marcados por uma série de intercâmbios institucionais e intelectuais. O trabalho de doutorado de Aryana Costa fornece reflexões fundamentais para pensar nas nuances em termos de historiografia e instituições nas quais esse saber era produzido no período. Em discussão sobre o apagamento do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) na memória acadêmica do curso de história da USP, a autora sugere que este recalque se deu devido a uma “abordagem anacrônica da constituição desse curso, que procura enxergar naqueles primórdios aquilo que nossos olhos já estão acostumados a definir como ‘universidade’, ‘acadêmico’, ‘profissional’”.<sup>71</sup> Trata-se de uma memória construída em seu devir (especialmente a partir da década de 1970), quando os sentidos de universidade já estão mais desenhados do que nas origens da FFCL.

Todavia, como evidencia Costa, o IHGSP teve papel importante na formação desse curso universitário, tanto na composição e criação de cadeiras como nas discussões acerca do currículo e do que deveria ser ensinado nessa nova instituição. Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior e Plínio Ayrosa, três intelectuais reconhecidamente associados ao IHGSP, compuseram o quadro de professores universitários de história nos anos iniciais do curso da USP. Taunay e Ellis Junior, como catedráticos da cadeira de História da Civilização Brasileira em 1935 e 1938, respectivamente, e Ayrosa regendo cadeira de Etnografia Brasileira e Tupi-Guarani, a partir de 1939.<sup>72</sup> Mas antes de serem lidos como professores nessa instituição em ascensão, eram intelectuais de renome do IHGSP,<sup>73</sup> onde partilharam experiências, atividades intelectuais e perspectivas historiográficas que se estenderam na nova instituição frequentada. Sem dúvida, a presença deles nesse curso significava o saber-fazer história do Instituto adquirindo espaço na nova instituição.<sup>74</sup>

Outro fator relevante do papel que o IHGSP cumpriu na FFCL foi a criação da cadeira de Etnografia Brasileira e Tupi-Guarani. O Instituto esteve desde sempre engajado na manutenção dos estudos e da existência da língua tupi-guarani, preocupação atribuída ao célebre Visconde de Porto Seguro, Adolf Varnhagen. No regimento do Instituto, de 1939, há referência à criação da cadeira como uma vitória da entidade na

---

<sup>71</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.*, p. 80.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 84 e 85.

<sup>73</sup> Taunay foi também diretor do Museu Paulista e membro da Academia Brasileira de Letras. Ayrosa foi membro da Academia e de outros Institutos Geográficos e Históricos do país (BA, PE, RN, RS, SE). *Idem*, p. 85.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 90.



nova instituição.<sup>75</sup> Foi então Plínio Ayrosa, primeiro secretário do IHGSP na ocasião, o escolhido para reger a cadeira.

É ainda válido destacar que o intercâmbio entre o IHGSP e a FFCL não se deu por via de mão única. Os recém-formados na FFCL também transitaram pelo Instituto. Na década de 1940, intelectuais licenciados recentemente, e muitos já ocupando cargo de docência, ingressaram no IHGSP como sócios. Dentre eles, estavam Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Mello, Alice Canabrava, Eduardo d'Oliveira França, Pedro Moacyr Campos e Olga Pantaleão.<sup>76</sup>

Dadas essas considerações, retomo uma citação de Fernanda Massi feita por Maria Alice Ribeiro em seu texto.

A formação do curso de Geografia e História com professores estrangeiros feriu a vaidade dos "guardiões da história pátria", os membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que não aceitaram os professores estrangeiros e os historiadores licenciados das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras como sócios daquela instituição (Massi, 1991, p. 199).<sup>77</sup>

Seguindo um caminho contrário ao exposto aqui, Ribeiro, além de ignorar o papel que o IHGSP cumpriu na constituição do curso de geografia e história da USP e os intercâmbios intelectuais travados entre os sujeitos que transitavam por esses lugares, confirma a compreensão infundada, como demonstrei acima, de que o Instituto se manteve hostil à presença dos recém-licenciados.

A criação do curso de geografia e história na USP não significou um rompimento com o IHGSP ou a diminuição da sua relevância na escrita da história de São Paulo ou nacional.<sup>78</sup> Observa-se, na realidade, uma coexistência de perspectivas e fazeres

---

<sup>75</sup> “Além disso, Srs. consócios, cumpre-me fazer-vos cientes de uma coincidência de alta relevância para este Instituto, no concernente à criação da cadeira de Etnografia Brasileira. Ao iniciar-se a vida desta instituição, o seu primeiro presidente lançava um apelo aos sócios para que se dedicassem ao estudo do tupi-guarani; e, quarenta e quatro anos mais tarde, revivendo essa mesma ideia, porém querendo dar-lhe feição mais prática, *empenhou-se o nosso atual presidente perpétuo, Sr. Dr. Torres de Oliveira, junto ao então interventor deste Estado, o Sr. Armando de Sales Oliveira, para que, entre as matérias professadas na Faculdade de Filosofia, figurasse a língua tupi-guarani*. A vitória que tão honrosamente coube a um destacado sócio deste cenáculo, no concurso que acaba de realizar-se, é motivo de júbilo para este Instituto, que tanto trabalhou para que o cultivo da língua tupi-guarani se tornasse uma realidade. (RIHGSP, 1939, p. 186-187. Grifo meu)” In: COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.*, p. 88.

<sup>76</sup> Aryana Costa se fundamenta nas atas do IHGSP para apresentar esses dados. In: *idem*, p. 100, 101.

<sup>77</sup> MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na USP*. *Apud* RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>78</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 97.

historiográficos. Segundo Costa, “as atividades de historiador na década de 1930, 1940 até meados de 1950 ainda se encontravam no interstício entre um regime ‘antigo’ e um ‘novo’, que caminhava para definir suas regras de funcionamento, reconhecimento, legitimidade e especialmente, autonomia”.<sup>79</sup>

## 2. Concepções historiográficas em território de fronteiras

No intuito de ultrapassar a leitura de terceiros sobre a dinamicidade dessas fronteiras, investigarei os textos de história da historiografia produzidos por Alice Canabrava entre 1960 e 1980, a fim de examinar a participação da autora na disputa em torno dos sentidos de moderno e tradição nos estudos historiográficos e o diálogo intelectual que ela empreendeu com uma série de tendências historiográficas, extrapolando aquela filiação automática aos *Annales* sugerida por certos autores críticos de sua produção. O interesse está em compreender como ela participou do processo de estabelecimento das fronteiras entre a universidade e o que estava fora dela – hoje tão naturalizadas na história da historiografia brasileira – assim como questionar essa naturalização.

No ano de 1961 aconteceu na cidade de Marília, em São Paulo, o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior que deu origem a futura ANPUH. Desse evento, emerge o primeiro texto que analisarei, “O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação”. Como o próprio título do relatório do tema sugere, Alice elaborou nesse texto, articulando ensino e pesquisa, a ideia de renovação como tributária dos cursos universitários. O texto de 1971, “Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu”, foi apresentado na mesa redonda organizada pela ANPUH/PR na XXIII reunião anual da SBPC, em que Alice foi chamada a falar sobre esses dois autores fundamentais à historiografia brasileira. Em 1973, a historiadora, enquanto 1ª secretária da Associação, foi convidada a fazer o discurso de abertura do VI Simpósio da ANPUH. Posteriormente esse texto foi publicado nos Anais do evento. As reflexões de Alice sugerem que o caminho da renovação da escrita da história passou primeiro pelos cursos universitários chegando até a ANPUH, que representaria o novo lugar da moderna historiografia brasileira. O texto “Varnhagen,

---

<sup>79</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 80.

Martius e Capistrano de Abreu” é o mais recente deles, datado de 1980, e foi publicado originalmente no III Colóquio de Estudos Teuto-basileiros em Curitiba. As reflexões de Alice sobre a historiografia brasileira permaneceram nele assentadas numa distinção fundada nas noções de moderno e ultrapassado, em termos de produção historiográfica, entre o que havia antes e depois da criação dos cursos universitários de história.

O “Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira”, de 1972, receberá uma contextualização mais extensa em função das particularidades que ele traz sobre o procedimento de análise da história da historiografia de Alice Canabrava (que se repete nos outros textos citados). Trata-se, em suma, de um balanço da pesquisa histórica brasileira produzido na ocasião do I Seminário de Estudos Brasileiros, organizado pelo IEB. Alice foi uma das responsáveis pela escrita da introdução monográfica da área de “Introdução ao estudo da História do Brasil”. Nos anais foi publicado um texto reduzido do original escrito pela historiadora,<sup>80</sup> no qual ela destacou o que julgava essencial a sua análise sobre a historiografia brasileira.<sup>81</sup> Uma especificidade desse evento foi a de que os inscritos poderiam, após a apresentação da introdução, encaminhar comentários e sugestões, o que possibilitou críticas tecidas por Francisco Iglésias e Frédéric Mauro à ausência de critérios metodológicos e epistemológicos na produção da análise de Alice Canabrava sobre a historiografia brasileira.

O “roteiro” se estrutura a partir de três eixos, em um primeiro momento a historiadora destacou as fontes e documentos que possibilitavam a produção de uma história sobre a colonização do Brasil; no segundo momento ela explorou a produção historiográfica brasileira do século XIX; e, por fim, ela marcou a emergência de uma moderna historiografia brasileira com o advento dos cursos universitários, elencando uma série de autores e obras que se destacaram nas reflexões modernas sobre o Brasil. Tal estratégia de elencar obras e tecer breves comentários parece aproximar Alice do procedimento da história da historiografia de José Honório Rodrigues.<sup>82</sup> Ainda assim,

---

<sup>80</sup> Em função da situação imposta pela pandemia, não consegui acessar o texto expandido que se encontra nas bibliotecas do IEB e da Brasileira Mindlin na USP. Quando fui a São Paulo em 2019 consultar as cartas de Alice, não sabia ainda que esse texto estava somente lá.

<sup>81</sup> ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.* p. 215.

<sup>82</sup> Algo que ela faz também em sua contribuição no “Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros”, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien. “Para Richard Graham, o “roteiro” de Alice pode ser tomado como uma primeira atualização do “Manual bibliográfico de estudos brasileiros” organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien.” ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.*

nem mesmo essa aproximação metodológica foi destacada por ela. Como respondeu à intervenção de Frédéric Mauro, ela se limitou a apontar tendências. Francisco Iglésias foi mais enfático na crítica a amiga. Para ele, faltou a Alice uma distinção mais precisa entre o que seriam fontes usadas na pesquisa histórica (destacadas na parte inicial do texto) e produções historiográficas, propriamente ditas, sobre o Brasil (que aparecem nos dois eixos finais). Para ele, “uma história da historiografia brasileira deve ser o estudo dos livros que já se escreveram sobre História do Brasil” e sugeria a Alice a divisão do seu texto em duas partes, uma voltada ao destaque às fontes sobre a história do Brasil e outro à historiografia sobre o Brasil.<sup>83</sup>

Chama a atenção, portanto, essa inclinação de Alice, que se repetiu em outros de seus textos de história da historiografia, de apenas destacar e elencar as tendências da historiografia brasileira, seguido de uma ausência de reflexão a respeito do modo como executou suas análises sobre a história da historiografia ou mesmo dos sentidos de se fazer uma história da historiografia.

No texto de 1980 sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu, Alice iniciava suas reflexões declarando que abordaria alguns problemas centrais da historiografia brasileira e que, para tanto, permaneceria “no século XIX, cuja história se prolonga até 1930”. Aqui o marco que ela traça entre o tradicional, associado ao “pensamento alemão que impregnou profundamente a historiografia brasileira”,<sup>84</sup> e o moderno é a fundação do curso de geografia e história nas recém-criadas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

É claramente a universidade o *locus* da renovação para Alice Canabrava. Anos antes, Alice afirmava que foi o IGHB “o mais importante centro de estudos históricos no país até a criação das Faculdades de Filosofia” [grifo meu].<sup>85</sup> Para a historiadora, teria havido uma transição “entre os empíricos e os autores da moderna historiografia brasileira” na qual a “emergência dêstes liga-se às Faculdades de Filosofia, fundadas a partir de 1934”.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> Para saber mais ver: *Idem*, p. 232 a 237.

<sup>84</sup> CANABRAVA, Alice P. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu (1980). In: \_\_\_\_\_. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005, p. 245.

<sup>85</sup> \_\_\_\_\_. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Op. cit.*, p. 417.

<sup>86</sup> \_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: \_\_\_\_\_; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LUZ, Nícia Vilela. *Anais Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 7.

No entendimento de Alice Canabrava, uma das marcas expressivas dessa renovação mundial seria os *Annales*, presentes nos primeiros anos desses cursos universitários, tendo deixado sua assinatura na produção ali realizada: “o fato de que foram chamados a dar sua colaboração professores franceses, significava o desejo de conferir a esta formação o modelo europeu, especialmente o francês. Sob esta influência desenvolveu-se a moderna historiografia brasileira”.<sup>87</sup> Esse processo de renovação científica da historiografia brasileira seria uma

ressonância daquele que foi formulado pelos diretores dos *Annales* em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, o de colocar a História entre as outras ciências, fazer da História uma disciplina enquadrada nas conquistas intelectuais do nosso tempo.<sup>88</sup>

Mas o que significaria propriamente, para Alice Canabrava, essa moderna historiografia? A historiadora sustentava que o que a distinguiu “das tendências que a precederam é a compreensão de uma História colocada no centro das ciências do Homem e no universo da História geral”.<sup>89</sup> Tal compreensão do lugar da história indicava que, no que a moderna historiografia “apresenta[va] de melhor, predomina[va] o esforço pela busca da interpretação do processo histórico no contexto amplo das ciências do Homem”.<sup>90</sup> Preceito primordial aos *Annales*. Nas décadas de 1930 e 1940, Lucien Febvre, em crítica aos empiristas, defendia uma nova história postulando fundamentalmente a pesquisa interdisciplinar.<sup>91</sup> Em seus textos, Alice recorrentemente atestava a importância dessa centralidade da história nas ciências humanas, afirmando que esse movimento intelectual “se integrava naquele que, desde 1929, em França, se expressa nas páginas dos *Annales*”.<sup>92</sup>

---

<sup>87</sup> CANABRAVA, Alice. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1º secretária da ANPUH. *Anais do VI Simpósio de Professores Universitários de História*. Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH/USP, v. 1, 1973, p. 86.

<sup>88</sup> \_\_\_\_\_. Tema – III. O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação. *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*. Marília: FFCL, 1962, p. 122.

<sup>89</sup> \_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *Op. cit.* p. 7.

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1º secretária da ANPUH. *Op. cit.* p. 86.

<sup>91</sup> “Foi entre 1930 e 1940 que Febvre escreveu a maioria de seus ataques aos especialistas canhestros e empiricistas, além de seus manifestos e programas em defesa de “um novo tipo de história” associada aos *Annales* - postulado por pesquisa interdisciplinar, por uma história voltada para problemas, por uma história da sensibilidade, etc. (Febvre, 1953, pp. 3-43, 55-60, 207-238)”. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1990, p. 38. O livro de Peter Burke é frágil na análise dos *Annales*, bastante laudatório, no entanto, é útil à reflexão aqui proposta, a crítica de Febvre a esse distanciamento do empirismo.

<sup>92</sup> CANABRAVA, Alice P. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1º secretária da ANPUH. *Op. cit.* p. 86.

Outro ponto fundamental, relacionado ao diálogo com as outras ciências humanas, era a mudança nas temáticas de pesquisa, Alice Canabrava entendia que na moderna historiografia, “deve-se dar preferência à História da Cultura e não propriamente à História Política, à História Administrativa, à História Biográfica etc., etc”.<sup>93</sup>

O contraponto feito por Alice entre o tradicional e o moderno no estabelecimento de fronteiras entre o antigo e o novo, em termos da escrita da história, revela muito do lugar de onde ela falava, qual seja, o de uma professora formada nos primeiros anos do curso universitário de história. Aqui, contudo, importa ressaltar que a historiografia praticada sob os auspícios das faculdades de filosofia adquiriu um *status* de profissionalização e modernidade devido mais a um processo de disciplinarização e codificação novos de uma prática tida como tradicional, acessível apenas àqueles que se submetessem ao aprendizado da história institucionalizada academicamente, do que a uma mudança efetiva da historiografia em si.<sup>94</sup>

Na compreensão de Alice Canabrava, a tradição estaria marcada por uma história dos acontecimentos, a conhecida história *événementielle*, enquanto a modernidade consistiria na interpretação dos acontecimentos (aprendizado atribuído aos franceses). No roteiro sucinto, de 1962, retomando o questionamento de Charles Morazé, “O que lia Lucien Febvre?”, Alice provocava: “poderíamos repetir a pergunta em relação a Afonso de E. Taunay”. Para ela, “sem dúvida um dos grandes historiadores brasileiros, cuja formação intelectual se prende à tradição do século XIX”. Em sua resposta à indagação colocada, ela afirmava então que “sobre sua mesa de trabalho [de Taunay] encontravam-se coletâneas de documentos, obras de cronistas e de historiadores, muitos exemplares das revistas dos Institutos Históricos do país [...]”. Nas considerações de Alice, em contraste com Febvre, Taunay lia crônicas e produções de intelectuais mais especificamente voltados ao estudo exclusivo da história sob uma perspectiva historiográfica, tida como tradicional, dos institutos históricos e geográficos. Ao final dessa reflexão, ela concluía: “dois historiadores, duas épocas na História da Historiografia: a História puramente narrativa (*histoire événementielle* ou *histoire historisante*) e a reflexão histórica alargada e aprofundada com o concurso de outras

---

<sup>93</sup> \_\_\_\_\_, Tema – III. O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário. *Op. cit.* p. 121

<sup>94</sup> Tal reflexão me foi motivada pela leitura do livro: SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias: a história e o historiador*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 130.

ciências”.<sup>95</sup> Cada um dos historiadores representava um dos polos da historiografia, que ela distinguia inclusive temporalmente ainda que tenham coexistido (o da tradição expressa por Taunay, de um lado, e o da renovação manifesta em Febvre, do outro).

Além de um contraponto no plano intelectual e nas orientações metodológicas da tradicional e da moderna historiografia, Alice Canabrava se deteve também aos lugares nos quais cada uma dessas produções eram realizadas. O IHGB seria o lugar por excelência da elaboração da história tradicional. Uma série de aspectos são caracterizados como pertencentes à operação historiográfica daqueles vinculados ao Instituto: o culto ao documento; a intensa pesquisa documental voltada à descoberta de fontes; as buscas arqueológicas, geográficas e etnográficas; as temáticas de pesquisa mais voltadas à história político-administrativa e à produção de biografias (galeria de vidas exemplares).<sup>96</sup>

No entanto, é indispensável ressaltar que as análises historiográficas de Alice partiam fundamentalmente de uma visão evolucionista da historiografia brasileira. Desse modo, para a historiadora, o que se praticava no IHGB era digno de reconhecimento e mérito, pois tratava-se apenas de uma etapa do desenvolvimento da historiografia brasileira. Os institutos, para ela, “realizaram tarefa muito importante, pois devassaram os arquivos locais [...] A importância desses trabalhos foi definitiva para o alargamento do campo conhecido sobre os fatos do passado”.<sup>97</sup>

Em contraposição ao IHGB, aparecia a universidade, tida como o espaço da renovação historiográfica e da produção da moderna historiografia brasileira por excelência. Alice Canabrava alertava que a renovação experimentada, em alguns casos, remetia ao período anterior às universidades, no qual já era possível prever alguns elementos dessa nova historiografia. Contudo, para ela, foi a universidade que conseguiu colocar em ação essa inquietação intelectual que, “vindo de mais longe no tempo, consubstanciou-se na década dos 30, com a fundação dos institutos de ensino superior e das universidades brasileiras”.<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> CANABRAVA, Alice P. Tema – III. O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário. *Op. cit.* p. 124.

<sup>96</sup> \_\_\_\_\_. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Op. cit.*

<sup>97</sup> *Idem*, p. 420.

<sup>98</sup> CANABRAVA, Alice P. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1º secretária da ANPUH. *Op. cit.* p. 86.

Atrelado a esse entendimento das universidades como o *locus* de uma moderna historiografia brasileira, Alice destacava a ANPUH como outro lugar continuador dessa renovação dos cursos universitários. É fundamental lembrar que ela participou da criação da APUH, em 1962, e de sua estruturação, tendo cumprido, ao longo de anos, a função de primeira secretária e secretária geral da entidade. Após o falecimento de Eurípedes Simões de Paula, ela foi eleita, em 1979, presidente da então ANPUH, função que exerceu até 1981. Enquanto presidente da associação, em 1980, Alice Canabrava fundou também a *Revista Brasileira de História*, com o intuito de substituir os anais da ANPUH. Sua permanência na direção da revista se deu até o final de 1982. Ou seja, o papel da historiadora na Associação foi expressivo e talvez por isso – para além da incontestável importância da entidade – o destaque atribuído à ANPUH em suas reflexões.

No texto de abertura do Simpósio de 1972, Alice afirmava que a ANPUH “só pode ser compreendida como um botão que se desenvolveu da fértil sementeira que significou o estabelecimento das Faculdades de Filosofia em nosso país”. A ANPUH aparece aqui como produto de uma renovação experimentada no advento das Faculdades de Filosofia, afinal, “seu sopro de vida, seu sopro de inspiração vem das Universidades”.<sup>99</sup> Tal leitura é bastante coerente, uma vez que a ANPUH surgiu justamente no intuito de pensar a pesquisa e ensino superior da história, respondendo a uma certa demanda da história universitária.<sup>100</sup>

Nesse caminho, a nova Associação se tornou, então, na leitura de Alice Canabrava, o novo espaço de contraposição ao que era praticado no IHGB, capaz de fazer desaparecer essa historiografia ultrapassada:

Na ANPUH, por exemplo, seria difícil encontrar lugar para o amadorismo. A figura do amador, que cultivava a História como expressão das belas letras, ou com a preocupação de nomes e datas

---

<sup>99</sup> CANABRAVA, Alice P. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1ª secretária da ANPUH. *Op. cit.*, p. 87.

<sup>100</sup> Na seção “Na eventualidade de um congresso...” de sua tese, Otávio Erbereli Junior, discute o surgimento da APUH a partir do “Simpósio de Professores de História do ensino superior”, ocorrido em Marília em 1961. Em linhas gerais, o autor ressalta que o Simpósio foi realizado no intuito de discutir a criação de um currículo para o curso de História, contudo, o ponto central do debate acabou sendo a questão do papel da universidade na formação do professor e/ou pesquisador de História. Por fim, a reunião resultou na criação da APUH e as discussões se estenderam no tempo e espaço. ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava. Op. cit.*, p. 105.



como significativos por si próprios, delineava-se na aurora da década dos anos 60, como sombra a desaparecer no passado.<sup>101</sup>

Ainda que Alice Canabrava estivesse envolvida nesse esforço de produção de balanços historiográficos que acabaram por estabelecer fronteiras aparentemente rígidas entre a tradição e o moderno, ela destacou, em diversos de seus textos, como a renovação já aparecia antes mesmo da presença dos franceses no curso de geografia e história da USP. Tal compreensão possibilita tensionar a rigidez dessas fronteiras.

A importância atribuída ao econômico e ao social, assim como ao diálogo com a geografia, como característica da moderna historiografia, já estava presente, segundo a própria historiadora, em autores das décadas de 1920 e 1930. Para Alice, antes do advento ou estabelecimento dos cursos de geografia e história da USP, Oliveira Viana, Alfredo Ellis Junior, Alcântara Machado, Sérgio Buarque de Hollanda

Voltaram [...] seu interesse, no sentido do conhecimento da natureza do fenômeno, dos seus condicionamentos ao meio físico, biológico e social, da sua amplitude, não simplesmente no plano geográfico, mas também no plano cultural e da formação econômico social brasileira.<sup>102</sup>

Em referência às obras *Casa Grande & Senzala*, de Freyre, e *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, ela afirmava que estes precederam ao movimento de criação dos cursos universitários, pois “as obras de ambos êsses autores são indagações pioneiras sobre o processo social brasileiro”.<sup>103</sup>

Contudo, a figura central dessa inovação seria Capistrano de Abreu, aquele que havia servido como elo entre duas gerações:<sup>104</sup> de um lado, a que compreendia a história como a narrativa do empírico, tendo Varnhagen como representante máximo, e do outro, aquela que avistava “a História no quadro das ciências sociais”, difundida nos cursos universitários. Capistrano, assim como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Tobias Barreto, para Alice Canabrava, expressou “a sua inquietude em compreender a realidade brasileira com o apêlo das novas correntes científicas que, ao seu tempo, se desenvolviam vigorosamente no campo das ciências do Homem”.<sup>105</sup>

---

<sup>101</sup> CANABRAVA, Alice P. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1º secretária da ANPUH. *Op. cit.* p. 86.

<sup>102</sup> \_\_\_\_\_. Tema – III. O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário. *Op. cit.* p. 123.

<sup>103</sup> \_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *Op. cit.*, p. 7.

<sup>104</sup> \_\_\_\_\_. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu (1980). *Op. cit.* p. 265.

<sup>105</sup> CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Op. cit.*, p. 424.

Uma série de aspectos que marcam esse lugar pioneiro de Capistrano de Abreu na moderna escrita da história brasileira são elencados por Alice Canabrava. Capistrano não só apresentava uma curiosidade incansável em relação às correntes do pensamento europeu no campo das ciências humanas como também era dotado de “sensibilidade para com os fenômenos sociais propriamente ditos”,<sup>106</sup> de modo a enriquecer a trama da história político-administrativa, segundo a autora. Alice afirmava ainda que o historiador cearense dispensava pouca atenção às autoridades e às datas, pois era o povo que ocupava o primeiro plano de suas análises:

Em vez da narrativa factual de Varnhagen, quase sempre inflexível na linha do desenvolvimento político-administrativo, o material empírico vindo à tona pela mão de Capistrano de Abreu se dispõe para nos conduzir ao quadro da vida cotidiana dos homens, à labuta do seu dia-a-dia [...] Os fatos da história político-administrativa tendem a distribuir-se e integrar-se num contexto mais rico, que tem em conta a atividade econômica e social e as condições do meio natural.<sup>107</sup>

Logo, apesar de Capistrano de Abreu ter como tema de seus trabalhos a história político-administrativa, Alice Canabrava entendia que suas obras revelavam novas formas de se pensar e produzir a história, pautadas em leituras de correntes do pensamento europeu. Tal inovação estaria muito próxima àquela praticada pela moderna historiografia executada na universidade.

No entanto, a produção de Capistrano de Abreu apresentava alguns limites. A ausência de uma problemática de base que orientasse seus trabalhos e a falta de aprimoramento conceitual eram observadas por Alice Canabrava como a divisa que o separava da moderna historiografia brasileira produzida nas Faculdades de Filosofia. Para a historiadora, o problema do refinamento conceitual seria transponível caso o autor tivesse dado atenção “a conceitos que, ao seu tempo, as Ciências Sociais já haviam refinado”. Ela cita alguns destes conceitos presentes em autores que eram referência para Capistrano, criticando-o por não lhes haver dado a atenção devida.<sup>108</sup> Foi por esta razão que, para Alice, faltou-lhe “muitas vezes, uma problemática consistente, de modo a conferir a seu pensamento uma diretriz fundamental de interpretação para dar aos elementos de análise a argamassa da unidade teórica”.<sup>109</sup>

<sup>106</sup> \_\_\_\_\_ . Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu (1980). *Op. cit.*

<sup>107</sup> *Idem*, p. 264.

<sup>108</sup> CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Op. cit.* p. 422, 423.

<sup>109</sup> *Idem*.

A renovação pioneira expressa por Capistrano de Abreu, todavia, era o foco das observações de Alice Canabrava sobre este intelectual. Ao final do século XX, em 1980, Alice sustentava a ideia de que a análise dos problemas das relações do meio físico com o homem na expansão colonizadora, produzida por Capistrano no *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1920), se mantinham até aquele momento “com admirável atualidade científica”.<sup>110</sup> Nessa valorização da produção de Capistrano de Abreu, entendemos como, para a historiadora, apesar da sua compreensão de que a moderna historiografia se produziu majoritariamente na universidade, o cenário intelectual brasileiro era mais complexo, no qual diferentes autores e tendências historiográficas representavam a renovação, assim como a tradição, e compartilhavam espaço no momento do advento dos cursos de história no país.

Desse modo, parece haver por parte de Alice um reconhecimento de que a renovação historiográfica era muito mais fruto de um cenário labiríntico, tanto brasileiro quanto mundial, do que da simples presença dos franceses. Na cena brasileira, ela entendia que as obras de Capistrano de Abreu refletiam “uma nova visão do seu próprio mundo, a do Brasil Republicano”. Seus trabalhos serviriam, então, como uma transição entre a prática tradicional e moderna da história, marcada paralelamente pelas instituições elencadas como o *locus* de cada uma dessas produções – o IHGB de um lado e a universidade e a ANPUH do outro – e pela mudança política vivenciada no Brasil, sublinhada pelo fim do Império e pela ascensão do Brasil Republicano. Em suas palavras,

coube ao historiador cearense viver os anos da ruptura da unidade inteiriça do Império, refletida na *História Geral* de Varnhagen, e do delinear de um Brasil novo, que observava com a sensibilidade aguçada pelos instrumentos intelectuais, e tentar recriar o passado, à luz dessa dupla experiência.<sup>111</sup>

Na transição do século XIX para o XX, segundo Fábio Franzini, o campo da ciência e do conhecimento estava internacionalmente agitado devido às instabilidades que a força da sociedade urbano-industrial promovia. Desse modo, “a objetividade típica dos Oitocentos, de fundo positivista e funcionalista”, era substituída por uma “visão relativista da e sobre a realidade”,<sup>112</sup> que passava a ser compreendida como dotada de

---

<sup>110</sup> \_\_\_\_\_. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu (1980). *Op. cit.* p. 258.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 264.

<sup>112</sup> FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Programa de pós-graduação em história social (Tese), FFCLH/USP, 2006, p. 45.

uma complexidade que só poderia ser entendida a partir da investigação dos diversos elementos que a compunha e se relacionavam. Ou seja, essa preocupação crescente com o diálogo com a geografia e com as demais ciências sociais; a consideração de fontes além das oficiais como materiais úteis à operação historiográfica; ou ainda o entendimento da história como mais vinculada com a interpretação do que com o arrolamento cronológico de eventos históricos não foram aspectos apreendidos exclusivamente da historiografia francesa, pois essa era a marca de um momento de renovação internacional da ciência e do conhecimento.

Na leitura atenta das análises historiográficas de Alice Canabrava, portanto, percebemos como essas renovações já estariam colocadas antes do surgimento dos cursos de geografia e história no Brasil e, conseqüentemente, não seriam obra exclusiva de autores dos anos 1930, tampouco somente do contato com os professores franceses vindos pela “missão francesa”. Em diálogo com Alessandra Santos, compreendo que a criação dos cursos de história nas universidades não modificou de maneira significativa “os paradigmas intelectuais e cognitivos que guiavam o corpus historiográfico brasileiro”.<sup>113</sup> É possível notar muitas permanências, nessa historiografia universitária em ascensão, de ideias e práticas tidas como tradicionais, o que indica que o discurso sobre uma ruptura ou renovação repentina faz parte de uma disputa dentro da memória disciplinar.

O surgimento e o desenvolvimento dessas novas possibilidades interpretativas da história, que lançavam mão dos conceitos e perspectivas das ciências sociais, revela a crise de uma historiografia entendida como tradicional, mas não pressupõe o seu desaparecimento, uma vez que “os pressupostos do conhecimento histórico consagrados no século XIX continuavam vivos, e não saíam de cena tão cedo – a rigor, continuam presentes até hoje, em meio à diversidade da produção sobre o passado”,<sup>114</sup> como sugere Franzini. Essa coexistência de tradições historiográficas marcou o período inicial de institucionalização acadêmica da história assim como a prática historiográfica de diversos historiadores, inclusive de Alice Canabrava.

Desse modo, Alice travou uma série de diálogos em sua formação e atuação acadêmica para além daquele empreendido com os *Annales*. Para colocar esse problema em questão poderíamos parafrasear Alice quando, em análise da produção de Varnhagen,

---

<sup>113</sup> SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias: a história e o historiador*. *Op. cit.* p. 130.

<sup>114</sup> FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras*. *Op. cit.* p. 50

ela afirmava que “seu manejo do ofício nos reporta à técnica da pesquisa de Leopoldo von Ranke. Esta hipótese não exclui a possibilidade de outros caminhos concomitantes da influência da escola histórica alemã”.<sup>115</sup> Diríamos então que seu manejo do ofício nos reporta à técnica da pesquisa *analista*, esta hipótese, contudo, não exclui a possibilidade de outros caminhos concomitantes da influência da historiografia dos *Annales* em suas produções.

Otávio Erbereli Junior, pesquisador que se enveredou profundamente pela trajetória de Alice Canabrava, tensiona de maneira muito interessante essa articulação imediata da Alice aos *Annales* produzida por parte de sua fortuna crítica. Para além de uma análise da própria compreensão da autora sobre os sentidos do moderno e do tradicional na historiografia, o historiador faz uma leitura atenta dos diálogos que Alice estabeleceu com diversos intelectuais, para além dos franceses, na produção de suas obras, demonstrando como ela deve ser pensada mais como uma historiadora “entre mundos”, como sugere o título de sua dissertação, do que articulada a uma ou outra tendência.

Na análise dos textos de história da historiografia de Alice ressaltamos como a autora destacou o pioneirismo das indagações de Gilberto Freyre sobre o processo social brasileiro,<sup>116</sup> reconhecendo nele uma contribuição profunda aos modernos estudos historiográficos. Em referência à Freyre e Oliveira Viana, Alice afirmava

sugeriram pesquisas mais profundas, numa época em que ainda predominava o interesse pela cronologia, pela acumulação dos fatos, pela simples compilação de documentos. Ambos situam-se, deste modo, na madrugada dos dias de sol que vieram depois, com o alargamento considerável do horizonte científico no campo das Ciências Sociais, e o conseqüente amadurecimento dos estudos sobre o processo social brasileiro.<sup>117</sup> P. 225.

O apreço da historiadora pelas obras de Freyre, contudo, não se restringe ao reconhecimento discursivo prestado por ela, pois o intelectual figurou frequentemente como referência em seus trabalhos. Erbereli Júnior salienta as constantes menções que ela fez à “Casa-Grande & Senzala” e ao “O Mundo que o português criou” na tese de 1942, além de “Sobrados e Mucambos”, repetidamente citado na tese de 1946.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> CANABRAVA, Alice P. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu (1980). *Op. cit.*. 248.

<sup>116</sup> \_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *Op. cit.* p. 7.

<sup>117</sup> ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.*, p. 37 a 43

Além disso, o contato de Alice Canabrava com a obra de Freyre se deu provavelmente pela aproximação da historiadora com outro intelectual tido como tradicional nessa definição polarizada da historiografia da primeira metade do século XX: Afonso Taunay. Taunay, regente da Cadeira de História da Civilização Brasileira de 1935 a 1937, foi professor de Alice Canabrava ainda no início de sua trajetória acadêmica. Apesar da ausência de bibliografia nos programas produzidos por Taunay para a cadeira que ocupava, encontrados nos anuários da FFCL de 1934 a 1938, no texto escrito por ele quando de sua chegada à Faculdade, em 1934, há um elogio enfático ao célebre ensaio “*A Casa Grande & Senzala*” de Gilberto Freyre.<sup>118</sup> Essa exaltação de Freyre nos dá uma pista da possibilidade de o intelectual ter sido referência nas aulas de Taunay.<sup>119</sup>

O contato de Alice Canabrava com Afonso Taunay extrapolou em muito a aulas de História da Civilização Brasileira ministradas por este, pois o historiador figurou também como membro da banca de doutoramento de Alice, em 1942, além de haver prefaciado sua tese “*A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)*”, de 1946. No prefácio, Afonso Taunay declarava “como excelente e honesta elaboração, agora desabrochada em inteligente realidade, é-me sobremodo grato cumprimentar a Autora de um trabalho efetuado sob as instigações das diretrizes norteadoras dos que escrevem história digna deste nome”.<sup>120</sup> Considerando o prefácio como o lugar de “uma forma explícita de reconhecimento mútuo entre prefaciado e prefaciador”<sup>121</sup> compreende-se que certo compartilhamento de “diretrizes norteadoras” na escrita da história ocorreu entre Alice, durante a feitura de seu trabalho, e Taunay, na apreciação deste. Não à toa, Taunay assegurava que ela escrevia uma “história digna deste nome”, demarcando alguma aproximação entre o que ambos entendiam como merecedor de ser considerado uma produção historiográfica.

O que seria então uma história digna deste nome para Taunay? É a pergunta que Erbereli Júnior se coloca. Na historiografia tendeu-se a empreender uma vinculação direta

---

<sup>118</sup> “*A Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre representa um trabalho da mais larga erudição, um dos ensaios mais sólidos efetuados entre nós, redigido por pensador que sabe ver com singular agudez e expõe com notável brilho o que a bela e culta inteligência apreendeu das visões contempladas. É um ensaio de primeira ordem”. In: TAUNAY, Afonso E. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Apud* ERBERELI JR, Otávio. *Idem*, p. 43.

<sup>119</sup> *Idem*.

<sup>120</sup> TAUNAY, Afonso. Prefácio. *Apud* ERBERELI JR, Otávio. *Idem*, p. 56.

<sup>121</sup> GOMES, Ângela de Castro. Prefácio. *Apud idem*, ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos. Op. cit.*, p. 55.

de Taunay à chamada “Escola Metódica Francesa” (como se fez com Alice em relação aos *Annales*). Contudo, em diálogo com Karina Anhenzini, Erbereli Júnior compreende que tal filiação automática é um erro de cálculo e uma desconsideração das “várias nuances de sua *operação historiográfica*”.<sup>122</sup> Em pesquisa da trajetória de Taunay, Anhenzini, demonstra como o intelectual, apesar de se vincular a diversos preceitos da escola metódica francesa, não pode ser considerado um metódico *strictu sensu*. O mais interessante seria compreendê-lo como um “metódico à brasileira”.<sup>123</sup> O que o distanciava dessa perspectiva historiográfica era o apreço pelas monografias,<sup>124</sup> assim como a consideração da relevância de se estudar outros temas para além da história político-militar.<sup>125</sup>

Além do prefácio produzido por Taunay para a tese de 1946 de Alice Canabrava, o diálogo entre ele e a historiadora se deu também na recorrência com a qual ele foi citado por Alice em seus trabalhos. Na tese de 1942, ela lembrava a importância de sua produção: “não se pode ter ilusões quanto à importância do comércio vicentino com o Rio da Prata, dado o pequeno poder aquiritivo da capitania, como bem nos mostram os estudos do Prof. Taunay [...]”.<sup>126</sup> Para ela, tratava-se de um autor essencial para o entendimento da ocupação das terras paulistas, pois “a obra fundamental de Afonso de E. Taunay, *História geral das bandeiras paulistas* (1924-50) e o *Mapa Geral das bandeiras paulistas*, do mesmo autor, proporcionaram uma síntese dos fatos da ocupação”.<sup>127</sup> Ou seja, mais uma vez percebe-se como as identificações estritas correm o risco de prescrever experiências unívocas aos sujeitos estudados. Alice não se articulou apenas aos *Annales* em sua prática historiadora, pois compartilhava de diretrizes valorizadas por Taunay,

---

<sup>122</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>123</sup> ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: UNESP, 2011, p. 63.

<sup>124</sup> Esse valor a monografias aparece por exemplo no prefácio da obra de Alice, no qual ele afirmava que “a monografia de D. Alice P. Canabrava é digna de real apreço e lugar de destaque lhe fica assinalado nas resenhas bibliográficas sul-americanas portuguesas e espanholas”. In: TAUNAY, Afonso. Prefácio. *Apud ERBERELI JR, Otávio. A escrita da história entre dois mundos. Op. cit.*, p. 57.

<sup>125</sup> Em relação aos limites da história político-administrativa Taunay afirmava: “já não são a história militar e a administrativa as únicas que interessam aos autores e ao público. Incumbem-se os monografistas de apresentar entre aqueles assuntos os da história econômica e da religiosa, os da história literária, artística e científica e, sobretudo, o da história dos costumes” TAUNAY, Afonso. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Apud Idem* p. 58.

<sup>126</sup> CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Boletim XXXV da cadeira de História da Civilização Americana, n. 2, FFCL/USP, 1944, p. 101

<sup>127</sup> \_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *Op. cit.*, p. 5.

historiador tido como tradicional, metódico, mas que tampouco se restringia a estes rótulos.

Alfredo Ellis Junior, historiador voltado aos estudos do bandeirantismo paulista foi outro intelectual, associado à historiografia tradicional, que esteve no horizonte de diálogos historiográficos de Alice. Ellis Junior, assim como Taunay, compôs a banca de doutoramento de Alice. A historiadora, além de ter como referência em sua tese três trabalhos de Ellis Júnior, em texto sobre a bibliografia do bandeirantismo, publicado em 1944, afirmou que o livro *Raça de Gigantes*, de 1926, teria sido o primeiro livro de impacto do historiador, no qual o autor apresentou uma “interpretação do bandeirante à luz de conceitos antro-geográficos”.<sup>128</sup> Ou seja, Ellis Júnior já dialogava com a geografia e com a antropologia em seus trabalhos, elementos que posteriormente viriam ser associados à novidade trazida pelos franceses.

Para além dos diálogos com autores de uma suposta “tradição”, a produção de Alice teve contribuição expressiva de Caio Prado Júnior e seu “sentido da colonização”. Segundo Erbereli Júnior, ela partiu, especialmente em suas teses, de uma interpretação da economia brasileira a partir dos quadros da economia mundial, compreendendo que ela respondia as demandas do mercado externo. Assim como, defendeu a ideia de que as características da economia brasileira se estenderam por uma longa duração que extrapolou o período colonial, interpretação tributária também das reflexões caiopradianas. Além disso, em grande parte de sua carreira, a historiadora esteve vinculada à Faculdade de Economia e isso se expressa em sua produção e concepção da história. A história quantitativa, compartilhada naquela Faculdade, foi para ela, especialmente a partir dos anos 1960, a grande novidade e o método que passou a empregar em seus trabalhos e orientações,<sup>129</sup> pois entendia que, “o quantitativo em história abriu avenidas enormes de compreensão e de importância da qual não podemos mais recuar”.<sup>130</sup>

Ainda que se colocasse no polo da modernidade e identificasse intelectuais como Taunay ou Ellis Júnior vinculados ao polo da tradição, Alice empreendeu um diálogo extenso com a produção desses e de outros autores. Sua leitura evolucionista da história

---

<sup>128</sup> \_\_\_\_\_ . *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. *Op. cit.* p. 17

<sup>129</sup> Para saber mais ver: ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.* p. 72 a 101.

<sup>130</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*



da historiografia nos permite perceber como essa definição da tradição não pressupõe o seu apagamento, pelo contrário. Desse modo, mais do que a vinculação restrita da historiadora a uma ou outra tendência, o que marca sua produção é um intercâmbio vasto e complexo. Como observa-se nos textos de história da historiografia de sua autoria, ainda que envolvida na produção de concepções fronteiriças entre a tradição e o moderno, Alice apresentou gradações dessas renovações na historiografia brasileira.

## 2.1. A filiação anunciada

Alice Canabrava integrou a primeira geração de historiadores formados na FFCL, ao lado de intelectuais como Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d'Oliveira França. Aryana Costa, em investigação da trajetória destes dois intelectuais, demonstrou como esta geração teve papel mais expressivo como facilitadora das relações entre figuras como Febvre e Braudel com pesquisadores brasileiros, do que necessariamente na aplicação exclusiva de métodos de pesquisa ensinados por estes. É importante lembrar que esse anúncio frequente foi fundamental à produção de uma tradição dessa nova instituição sem passado.<sup>131</sup>

Parece-me que, para se afirmar como novidade, a estratégia adotada foi a de se opor ao que lhe precedia, definindo-o como tradicional. Por isso, Afonso Taunay, Plínio Ayrosa, Alfredo Ellis Junior, entre outros, assim como o IHGSP, são excluídos dessa memória e, quando lembrados, aparecem apenas como contraponto ao que havia de novo, inclusive nos textos de Alice Canabrava. Todas essas estratégias fazem parte de uma memória elaborada *a posteriori* que buscou deslegitimar a produção anterior ou externa à universitária para validar a historiografia acadêmica.

Esse anúncio constante de filiação por parte de Alice, subsequentemente mobilizado e promovido pelos autores que avaliaram sua produção, fabricou identidades relativamente estanques, que almejavam apresentar vínculos estáveis à historiadora. Quando formuladas dessa maneira, as identidades acabam sendo mais um ideal normativo do que uma característica descritiva e, nessas identificações, acabamos por pressupor

---

<sup>131</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.*, p. 123.

pessoas idênticas a si mesmas, persistentes e internamente coerentes, sublimando as gradações das identificações e pertencimentos que se dão nas experiências múltiplas.

Além disso, essas identidades que se formam em coerência com uma memória disciplinar mais extensa acabam por promover uma universalização daqueles que elas dizem representar, ignorando a multiplicidade de outros pertencimentos e relações travadas por esses indivíduos. Por fim, as memórias disciplinares são responsáveis por certos processos de sacralização de objetos e sujeitos de pesquisa, produzindo identidades em conformidade a um *éthos* do historiador ideal. Desse modo, maneiras arquetípicas de ser historiador estão prescritas nas identidades que concedemos aos sujeitos. É o que ocorre na atribuição de uma identidade *annalitica* à Alice Canabrava nos textos analisados.

Os autores dos textos de apreciação da obra de Alice não questionaram essa memória disciplinar focalizada em atribuir aos franceses todos os sentidos da renovação. Por outro lado, contribuíram para sua manutenção, inclusive fundamentando tal leitura nas memórias da historiadora, sem indagá-las. Por compreendermos que as identidades são alternativamente instituídas e abandonadas,<sup>132</sup> busquei por hora mostrar a fluidez dos pertencimentos e diálogos historiográficos de Alice Canabrava.

---

<sup>132</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Op. cit.*, p. 42.

## Capítulo 2 - “Nada mais estranho a mim do que o desempenho do papel de heroína”:<sup>133</sup> a entramada apropriação de gênero das memórias de Alice Canabrava

Alice Piffer Canabrava (1911-2003) foi uma mulher à frente de seu tempo que lutou e conquistou seu espaço em meio ao mundo masculino.<sup>134</sup>

O encontro com essa breve e introdutória descrição de Alice Canabrava – potente na condução das reflexões e questionamentos que proponho neste capítulo – se deu no entremeio de algumas incursões. A primeira delas na qualificação deste trabalho, quando a professora e pesquisadora Alessandra Santos contou-nos da descoberta de uma página no Facebook intitulada “Coletivo Feminista Alice Canabrava”. E a segunda na exploração pessoal que fiz desse espaço. Para alguém que já caminhava entre as memórias sobre e de Alice, tal encontro, em particular com o termo “feminista”, suscitou estranhamento, mas também esclareceu algumas questões.

Não é de se esperar que alguém que afirmou em mais de uma ocasião “não ser de maneira alguma feminista” fosse lembrada justamente por tal substantivo. Por outro lado, no primeiro contato com a trajetória e depoimentos de Alice, especialmente com o texto autobiográfico de 1984, é compreensível que alguns leitores e leitoras tenham o impulso de atribuir-lhe o título de feminista, especialmente quando se deparam com os constrangimentos que sofreu no concurso de 1946 e com as reflexões que a própria historiadora produziu sobre essa experiência.

O entendimento de Alice como uma mulher à frente de seu tempo, perspectiva que para historiadores já causa um certo desconforto, não foi compartilhada apenas pelas idealizadoras desse coletivo. Alice foi referida como pioneira em diversos outros textos, inclusive acadêmicos e historiográficos.<sup>135</sup> Presumo que uma das razões para esse resgate

---

<sup>133</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 100.

<sup>134</sup> COLETIVO ALICE CANABRAVA. Alice Piffer Canabrava (1911-2003) foi uma mulher à frente de seu tempo [...]. São Paulo, 02 out. 2018. Facebook: coletivoalicecanabrava. Disponível em: <https://web.facebook.com/coletivoalicecanabrava/photos/a.340765416489324/340667763165756/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

<sup>135</sup> BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. *Op. cit.*; SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *Op. cit.*; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *Op. cit.*; LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras* (1934-1990). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017; ROIZ, Diogo da Silva. A mulher na universidade: o caso Alice Piffer

esteja na estratégia da crítica feminista de dar a conhecer mulheres com trajetórias de destaque em suas áreas. Certamente uma ação necessária, visto que a história e a memória intelectual como um todo, em uma manutenção do cânone, tendeu a lembrar quase que de maneira exclusiva, de homens brancos, heterossexuais e de classes altas, recalçando outras figuras que poderiam entrar nesse “pódio”.<sup>136</sup>

No entanto, orientada pela preocupação central deste trabalho – qual seja: a construção variável das identidades –, à medida que estudo e investigo a trajetória, as produções e as memórias de Alice Canabrava, percebo o quanto há uma experiência complexa dessa intelectual que envolve pertencimentos e identidades múltiplas que suas leituras como pioneira, ou em casos extremos, feminista, tendem a ocultar. Em busca de afastar-se de uma heroicização de sujeitos marginalizados pela memória disciplinar e de uma compreensão simplificada de suas trajetórias, vejo a necessidade de explorar e tensionar profundamente suas experiências individuais.

Partindo da noção de Didi-Huberman de que a produção historiográfica, qualquer que seja, se dá por uma escolha de enquadramento e uma montagem específica,<sup>137</sup> meu propósito aqui é questionar e apresentar a ironia de alguns desses enquadramentos – ainda que invariavelmente produzindo outros – que se apropriaram das memórias de Alice para elaborar a imagem de uma figura exemplar. Neste capítulo, portanto, no intuito de explorar a trajetória da historiadora enquanto mulher na universidade recém-criada, os constrangimentos que sofreu, e também de investigar a particularidade de sua experiência e questionar a apropriação de suas memórias, seguirei dois percursos.

Em um primeiro momento, buscarei fazer uma breve sociologia, especialmente em termos de gênero, do espaço institucional em que Alice transitou no início de sua carreira. Aqui, estarei preocupada em entender de que maneira esse espaço universitário esteve estruturado também por hierarquias de gênero que produziram um ambiente hostil à ascensão da mulher.<sup>138</sup> Esse trabalho, atento à história intelectual, busca pensar para

---

Canabrava (1911-2003). *Caderno Espaço Feminino* - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012 – ISSN online 1981-3082.

<sup>136</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*. v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140. Se mulheres demoraram a entrar, isso é muito mais expressivo quando pensamos em mulheres negras e periféricas.

<sup>137</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Trad. Vera Casa Nova & Márcia Arbex. Belo Horizonte: Ufmg, 2011, p. 58 a 64.

<sup>138</sup> Assim como Lidiane Rodrigues, compreendo que “para além do compromisso com a verdade factual encontrada nos documentos, importa a reconstituição da *lógica do espaço social*, capaz de conferir

além de uma história das ideias, interessando compreender também a sociologia desse espaço e as condições sociais das produções intelectuais.<sup>139</sup> De que maneira e sob quais possibilidades Alice Canabrava inseriu-se e esteve presente nesse espaço fundamentalmente pensado para os homens?<sup>140</sup>

No segundo momento, investigando as declarações de Alice e as apropriações de suas memórias, buscarei tensionar a elaboração de identidades relativamente sacralizadas da historiadora como personagem de uma resistência aos constrangimentos impostos às mulheres nas universidades. Ao evocar o nome de uma figura proeminente como Alice Canabrava – que de fato vivenciou situações complexas de machismo – sem problematizar a série de gradações de seu posicionamento, o contexto no qual transitava, ou ainda os efeitos do feminismo nos estudos históricos nos momentos que ela se declara antifeminista, corre-se o risco de simplificar a complexidade das questões de gênero na produção do saber e o papel, muitas vezes antitético, que os indivíduos cumprem nessas experiências. Meu objetivo consiste, portanto, em explorar as nuances e tensionar certas memórias sacralizadas.

### **1. “Não acreditávamos no trabalho intelectual da mulher”<sup>141</sup>: uma breve sociologia institucional**

A política de comissionamento decretada pela secretaria de educação do estado de São Paulo em 1935,<sup>142</sup> pela qual Alice Canabrava ingressou no curso de geografia e história da FFCL/USP, promoveu uma expressiva mudança do perfil dos alunos,

---

inteligibilidade mesmo aos episódios que só deixaram fragmentos e resíduos frágeis nas fontes” RODRIGUES, Lidiane. "Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP". In: MORAES, Marieta F. de. *Universidade e ensino de história*. São Paulo, FGV, 2020, p. 36.

<sup>139</sup> DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Apud SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias*. Op. cit.

<sup>140</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua*. Op. cit.

<sup>141</sup> Entrevista com Eduardo d’Oliveira França. 1990. Apud COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO*. Op. cit. p. 52.

<sup>142</sup> Essa política foi lançada devido à necessidade de preencher as vagas da recém-criada Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, que contava com baixa procura em seu segundo ano de funcionamento. Ela facilitava o acesso de professores do ensino primário aos cursos da FFCL, uma vez que eles continuariam recebendo seus salários integrais (ver nota 28).

possibilitando a presença significativa de mulheres na instituição, visto que estas compunham a maioria dos egressos das escolas normais do Estado.<sup>143</sup>

É importante ressaltar de quais mulheres se fala quando me refiro a esse contingente novo. Certamente esse espaço não era acessível a todas elas. As questões de raça e classe estiveram invariavelmente relacionadas a quem dispunha de condições para trilhar uma carreira universitária, ainda que permeada de percalços como a de Alice Canabrava. As hierarquias nesse espaço (e em variados outros) se constituíam não só em função do sexismo, mas também do racismo e do elitismo socioeconômico.<sup>144</sup> Se Alice teve dificuldade à sua ascensão universitária por ser mulher, outros atributos estiveram a seu favor nessa disputa. Ela não sofreu o interdito de classe<sup>145</sup> e nem de raça e etnia que mantinha a maioria expressiva das mulheres brasileiras das primeiras décadas do século XX distantes da possibilidade de prosseguimento nos estudos.

Na 36ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a historiadora Olga Pantaleão, aluna da segunda turma do curso de geografia e história da FFCL e colega de Alice Canabrava,<sup>146</sup> lembrava que “a Faculdade, desde a sua segunda turma, foi invadida pelas mulheres em quase todos os seus cursos”.<sup>147</sup> Alice concordava, “como

---

<sup>143</sup> BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). *Mulheres na USP. Op. cit.* p. 53.

<sup>144</sup> GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. P. 223-244. 1984.

<sup>145</sup> Vale ressaltar que esse espaço em formação, no entanto, se abriu às classes médias em titubeante ascensão social com capitais culturais adquiridos em instituições escolares (Limongi, 2001, e Miceli 2001 a – ver Lidiane 2020). Como destaca Erbereli Junior, Alice Canabrava era filha bastarda de um fazendeiro importante de Araras, mas não dispunha de vastos capitais financeiros. Ainda assim, estudou no colégio Sttaford, importante colégio da elite paulista. Portanto, mesmo não fazendo parte de uma elite estabelecida, ainda assim era dotada de capitais que lhe possibilitou uma formação próxima à da burguesia paulista.

<sup>146</sup> Os depoimentos de Alice Canabrava e de Olga Pantaleão, proferidos nessa reunião, foram frutos de uma demanda colocada pelas sociólogas Alice Lang e Eva Blay às intelectuais reconhecidas por elas como “pioneiras” da USP. Essa demanda consistiu em narrar suas experiências enquanto mulheres na universidade recém-fundada. No entendimento de que esses relatos dizem de uma memória pessoal, mas são também frutos de uma memória social e de grupo, eles serão considerados aqui para aventar-se uma breve sociologia desse espaço institucional. Por isso, o depoimento de Olga também será levado em conta. O intuito de explorar essa sociologia será feito com cuidado devido ao risco de generalizar as vivências do sujeito de minha análise. O olhar para as memórias de Alice pressupõe uma reflexão sobre as particularidades de sua experiência que possibilitará verdadeiramente uma complexificação da disputa em torno das identidades dessa intelectual. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 10; LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua. Op. cit.* p. 80.

<sup>147</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). *Mulheres na USP. Op. cit.* p. 109.

tantas outras, fui uma das professoras do magistério primário beneficiadas pelo ato do governo estadual que facultou o comissionamento das interessadas”.<sup>148</sup>

Percebe-se a mudança no perfil dos alunos também quando atenta-se aos números do corpo discente da FFCL em 1934 e em 1935. No primeiro ano, do total de 182 alunos frequentando os 8 cursos existentes na faculdade, somente 8 eram mulheres. Em 1935, por outro lado, das 218 matrículas, 77 eram de mulheres e 141 de homens. No curso de geografia e história em 1934, dentre os 16 alunos, não havia nenhuma mulher matriculada. No ano seguinte, na turma na qual Alice ingressou, houve uma mudança completa, pois o curso contou com a matrícula de 17 mulheres e de 12 homens.<sup>149</sup>

Para Olga Pantaleão, a inclusão de mulheres na FFCL constituiu-se como um “caso à parte no conjunto da Universidade”, uma vez que “as outras Escolas Superiores acolhiam muito poucas mulheres e algumas lhes estavam ainda fechadas, principalmente por causa dos preconceitos existentes na sociedade”. Para a historiadora, uma das razões da entrada expressiva de mulheres foi o fato de “a nova Faculdade não estar submetida aos preconceitos da época”.<sup>150</sup> Tal visão viria a se modificar quando essas mulheres almejavam postos de poder, como veremos a seguir.

No Brasil das décadas de 1930 e 1940 entendia-se, legalmente, que a educação de mulheres e homens deveria se dar de maneira distinta, havendo inclusive uma prescrição exclusiva ao ensino secundário feminino. Na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 9 de abril de 1942, promovida pelo então ministro da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, podia-se ler que:

[...] 3. Incluir-se-á nas 3ª e nas 4ª séries do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina da Economia Doméstica. 4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.<sup>151</sup>

Uma decisão política voltada exclusivamente à definição do ensino de economia doméstica às alunas sugeria o lugar mais legítimo da mulher no imaginário social dos anos 1940. Devido a uma pretensa “natureza da personalidade feminina” cabia a elas o

<sup>148</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 87.

<sup>149</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua*. *Op. cit.* p. 39.

<sup>150</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 109.

<sup>151</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. “Mulheres educadas e a educação de mulheres”. In: PINSKI, Carla B; PEDRO, Joana. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2012, p. 364.

cuidado do lar. Em contraposição, essa mesma Lei Orgânica previa o provimento aos alunos do sexo masculino do curso de economia política. Na escola normal Caetano de Campos, onde Alice Canabrava estudou, a manutenção dessa hierarquia social no acesso ao saber também se manifestava no currículo. Às mulheres eram interditas disciplinas como economia política, e pressuposto o curso de economia doméstica.<sup>152</sup>

A observação dessas prescrições legais permite entender como as relações desiguais entre os gêneros, fundamentadas na ideia de uma relação pretensamente natural, almejavam a manutenção de uma hierarquia social entre homens e mulheres no acesso à esfera pública, onde se dava, proeminentemente, o contato com o saber e com o conhecimento.<sup>153</sup> A história universitária brasileira dos anos 1930 não escapava à cultura patriarcal que estruturava o imaginário social brasileiro daquela época.

Desse modo, a possibilidade da expressiva entrada de mulheres na FFCL por meio da política de comissionamento efetivamente representou um marco nas décadas de 1930 e 1940. Como afirmava Alice, em entrevista ao Museu da Imagem e do Som em 1981, “a abertura de um curso superior, aberto, assim, francamente a ambos os sexos, e principalmente à chamada das professoras primárias que quisessem vir, que passassem no concurso... era um fato não usual, era alguma coisa de pioneiro no período”.<sup>154</sup> Essa política representou um aceno “com novas carreiras ao alcance das mulheres dos idos de 1930”.<sup>155</sup>

Apesar da abertura desses caminhos, uma série de constrangimentos estava colocada a elas. Essa compreensão compartilhada da existência de uma “missão da mulher dentro do lar”, presumivelmente desviou algumas mulheres da carreira universitária. Em carta à amiga Maria Celestina, Alice relatava, por exemplo, que a colega de curso Ruth de Alcantara “casou-se com Décio de Almeida Prado e desapareceu,

---

<sup>152</sup> ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.*, p.33.

<sup>153</sup> Não obstante, é fundamental destacar que alguns trabalhos foram historicamente associados a uma pretensa “natureza feminina” para o cuidado, como a educação primária. Segundo Andrea Borelli e Maria Matos, em finais do século XIX e início do XX, “o magistério tornou-se basicamente feminino [...] na medida em que passou a ser visto como um campo por excelência de mulheres, apreciadas como mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças”. In: BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. “Espaço feminino no mercado produtivo”. In: PINSKI, Carla B; PEDRO, Joana. *Nova História das mulheres no Brasil*. *Op. cit.*, p. 148.

<sup>154</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>155</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 109.



submergida nas lides de mãe e esposa”.<sup>156</sup> Em uma sociedade na qual o trabalho doméstico era entendido fundamentalmente como atribuição das mulheres,<sup>157</sup> faz sentido inferir que o cuidado dos filhos e da casa possa ter interferido no andamento da carreira de muitas delas.<sup>158</sup> Como Alice lembrava em outra carta à Maria Celestina “nada como trabalho [...] para nos dar a certeza de que podemos fazer alguma coisa útil fora do círculo da família”.<sup>159</sup> Essas intelectuais apresentam trajetórias possíveis, mas que não foram fruto de uma simples escolha. Esse ambiente institucional fundamentado por hierarquias lhes impôs uma série de constrangimentos estruturais, seja de gênero, sexualidade, classe ou raça.<sup>160</sup>

### 1.1. “A cátedra estava bem fora do alcance das mulheres”<sup>161</sup>: as mulheres nos cargos de poder

Não foram problemas pessoais, eu acho que o problema visto assim parece que é uma coisa de uma pessoa e de outra pessoa... eu acho que não, que não é isso. As condições são muito mais profundas. Era a guerra e a luta, o preconceito contra a mulher na faculdade em posições de cátedra. Seriam excelentes se fossem datilógrafas, assistentes,

<sup>156</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. São Paulo, 26 de set. 1983. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-TORR-002.

<sup>157</sup> A questão do trabalho doméstico e da dicotomia entre público e privado, contudo, é muito mais complexa quando pensamos sobre quem é chamado para cuidar dos filhos e do ambiente doméstico quando mulheres brancas e de classes mais abastadas são libertas da esfera privada para terem acesso a profissões tradicionalmente ocupadas por homens brancos. Como destaca bell hooks, mulheres negras que vivenciam a necessidade de sobrevivência econômica carregam o duplo fardo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas: “com a intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras cumpre as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras famílias”. FARIA, Daniela. “Operações no Isidoro e Ocupações na Izidora”. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019; HOOKS, bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

<sup>158</sup> O trecho a seguir de uma carta de Maria Celestina à Alice é revelador do quanto as atribuições na esfera doméstica apresentavam-se como entraves à carreira acadêmica: “Acho que V. era a mais estudiosa e, como dizia o Braudel, eu era a mais preguiçosa. Mas não era preguiça, Alice. Afinal eu tinha meus compromissos e Nelson foi o noivo mais abandonado e mais paciente do mundo.”. TORRES, Maria Celestina. Carta a Alice Canabrava. São Paulo, 09 de dez. 1988. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-TORR-016.

<sup>159</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. São Paulo, 26 de set. 1983. *Op. cit.*

<sup>160</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. “Entrevista com Maria da Glória Oliveira”. Entrevista concedida a Henrique Rodrigues Caldeira e Laura Jamal Caixeta. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, Vol. 11, n.3, p. 507-515, set./dez. 2019, p. 512.

<sup>161</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 109.

colaboradoras, mas nunca em posição de chefia, em posição de cátedra.<sup>162</sup>

Nos anos iniciais da trajetória acadêmica, “na vida estudantil”, como nomeava Olga, “não havia objeções quanto à presença de representantes do sexo feminino”. Contudo, “se, como alunas, as mulheres eram aceitas sem qualquer oposição, diferente é a perspectiva quando se considera a questão sob outro ponto de vista”. Qual seria esse outro ponto de vista destacado por Olga? Tanto ela quanto Alice são claras na compreensão de que a hostilidade se firmava quando essas mulheres emergiam intelectualmente como uma ameaça aos colegas homens no provimento de postos de maior destaque na carreira universitária. A Cátedra, lembrava Olga, “estava bem fora do alcance das mulheres: erguia-se uma muralha masculina contra a simples possibilidade”.<sup>163</sup> As condições efetivamente eram muito mais profundas.

Alice destacava que em seus anos de graduação a relação com os colegas era muito mais amena, os atritos surgiram depois de alguns acontecimentos

Meu exame de doutoramento, em 1942, interrompeu um período de alguns anos de muita tranquilidade profissional [...] Até então, o relacionamento com esses colegas havia sido muito afável, direi até, não isento de estima pessoal. A partir de então, o círculo de hostilidade subterrânea começou a se desenhar para mim com evidências, a se apertar anonimamente numa ou outra ocorrência da atividade universitária sem alterar a aparência da superficial cordialidade.<sup>164</sup>

A defesa de sua primeira tese, que lhe garantiu o título de doutora em 1942, seria então o marco de mudança nessa relação afável com os colegas de curso. *O comércio português no Rio da Prata* foi muito bem recebido pela comissão examinadora e aprovado com distinção.<sup>165</sup> Como destacou Alice, sua tese “mereceu elogios da crítica nacional e estrangeira, publicados em revistas internacionais”.<sup>166</sup> Para além dos elogios da banca, especialmente aqueles feitos por Taunay ao prefaciá-la o texto final publicado, outros intelectuais brasileiros, como Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, segundo secretário do IHGB, também apreciou a tese da historiadora. Bittencourt em nota elogiou a decisão da autora de estudar a temática por ela escolhida e aquilo que ele chamou de uma história

<sup>162</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>163</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 109, 112 e 113.

<sup>164</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 98.

<sup>165</sup> A tese obteve nota final de 9,56, consistindo nas médias das notas concedidas por Jean Gagé, Plínio Ayrosa, Pierre Monbeig, Alfredo Ellis Júnior e Eurípedes Simões de Paula, membros da banca examinadora. In: ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.*

<sup>166</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 98.

social.<sup>167</sup> Para além do território nacional, na cena francesa, o trabalho foi contemplado também por nomes de peso da revista dos *Annales*, como Vitorino Godinho e Fernand Braudel.<sup>168</sup> A autora, na década de 1940, já era reconhecida como uma académica de destaque no curso de geografia e história.

Portanto, não é de se duvidar que, de fato, Alice Canabrava, após uma recepção tão positiva de seus estudos, tenha, como ela própria afirmou, “involuntariamente emergi[do] aos olhos dos [...] colegas masculinos, como possível candidata ao provimento efetivo da cadeira de História da América, a ser posta em concurso”,<sup>169</sup> da qual ela já era assistente desde que a cadeira era regida por Paul Varnorden Shaw. Em 1946, quando da realização do concurso, nas palavras de Alice, a hostilidade à ascensão das mulheres foi diretamente experimentada por ela. Segundo a historiadora, independente do resultado final ao seu favor,<sup>170</sup> o critério de definição que acabou por colocar Astrogildo de Melo como catedrático se deu em função de uma estrutura masculina que almejava manter os colegas homens nesses espaços de poder.<sup>171</sup>

Havia, de acordo com Alice, certo entendimento compartilhado de que as mulheres, de maneira geral, não estavam aptas ao exercício de funções intelectuais. Nenhuma hostilidade, contudo, manifestava-se a elas “no exercício de algumas funções administrativas: ‘revelam-se excelentes datilógrafas’”.<sup>172</sup>

---

<sup>167</sup> Ver mais em: ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.* p. 69.

<sup>168</sup> Para saber mais ver capítulo 1.

<sup>169</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 98.

<sup>170</sup> Enquanto Alice Canabrava obteve nota final de 9,35, seus concorrentes Astrogildo Rodrigues de Mello e Odilon de Araújo Grellet contaram com a média de 9,25 e 6,95, respectivamente. Mesmo obtendo a maior nota, foi declarado empate entre Alice e o segundo colocado, uma vez que apenas a nota concedida por Jorge Americano, presidente da banca, foi levada em consideração. O suposto empate foi então decidido em favor de Astrogildo de Mello sob o argumento de que ele já ocupava o cargo de professor da cadeira e possuía o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Para saber mais ver: ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.* p. 75 a 94.

<sup>171</sup> “Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíam em base do critério para indicação ao cargo de professor catedrático, segundo o regulamento vigente. Esta se decidia com a votação pelos membros da banca. Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir a seus interesses. Verificando-se o empate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final e a tomou em favor do meu concorrente, sob a justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo como professor contratado”. In: CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 102.

<sup>172</sup> \_\_\_\_\_. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 102. A investigação de Otávio Erbereli Junior sobre a conformação dos cargos na organização do I Seminário de Estudo Brasileiros do IEB, em 1971, do qual Alice participou, é muito esclarecedora e fundamenta tal percepção da historiadora. Na comissão deliberativa do evento encontravam-se apenas 3 mulheres em um total de 20 nomes. A disparidade também se apresentou na coordenação de área, de 17 intelectuais, 12 eram homens e apenas 5 mulheres. Em relação aos participantes inscritos no evento, observa-se uma certa paridade, havendo 180

Eduardo d'Oliveira França, na década de 1990, rememorava,<sup>173</sup> referenciando Alice Canabrava, a posição dos primeiros professores da FFCL em relação ao trabalho das mulheres:

Havia, como foi declarado por Alice Canabrava, um machismo consciente nos primeiros professores de História – não acreditávamos no trabalho intelectual da mulher. Chegam a certo ponto e estacionam ou se dedicam à vida pessoal. Sou machista e na minha experiência minha intuição não foi negada. Mulher pode ser tão inteligente quanto homem, mas a partir de certo momento, as que não casam tornam-se pessoas desagradáveis e ásperas e as outras param ou são absorvidas pelos filhos, como é de direito. As assistentes mulheres que tive só confirmaram a regra.<sup>174</sup>

Ele afirmava com determinação que existia uma descrença compartilhada em relação ao trabalho intelectual exercido por mulheres. Não é, portanto, improcedente supor que tal descrédito partilhado tenha tido alguma influência na escolha de Astrogildo como regente da cadeira de História da Civilização Americana, ainda que outros motivos possam ter contribuído para tal decisão.

Como ressalta Lidiane Rodrigues “além da oposição homem/mulher” possivelmente outros atributos estavam em jogo nessas disputas “por exemplo, a origem ‘comissionada’ ou já capitalizada culturalmente” de alguns intelectuais.<sup>175</sup> No caso de Astrogildo, ele tinha a seu favor o bacharelado em ciências jurídicas e, como destaca Rodrigues em texto mais recente, “sendo a cifra de mulheres reduzidíssima nos cursos tradicionais de Direito, eleger os juristas como métrica de qualidade implicava a

---

homens e 129 mulheres. Por outro lado, os nomes femininos se faziam mais presentes nas funções de secretariado, dos 25 secretários, 18 eram mulheres e 7 homens. Como reflete Erbereli Júnior, se compreendermos essas funções de coordenação como signos de prestígio e reconhecimento no universo acadêmico, “as mulheres ainda não gozavam do mesmo prestígio que os homens e, em um quadro mais amplo, não por falta de especialistas, como pudemos constatar por sua massiva presença [no seminário], mas sim devido às permanentes barreiras de gênero”. Entendendo que o IEB era uma extensão dos espaços no qual Alice transitava, reunindo diversos professores da FFCL, ela não estava enganada quando avaliava que para a cultura daqueles espaços, elas “seriam excelentes se fossem datilógrafas, assistentes, colaboradoras, mas nunca em posição de chefia, em posição de cátedra”. ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.* p. 209 a 214

<sup>173</sup> Considerando que as memórias são sempre frutos do tempo no qual são elaboradas, uma série de preocupações temporalmente localizadas na década de 1990 orientaram as reflexões de França sobre aqueles anos iniciais de institucionalização universitária da História. Contudo, ainda assim, é curioso como ele parece convencido de uma dada limitação das mulheres no exercício intelectual.

<sup>174</sup> Entrevista com Eduardo d'Oliveira França. 1990. *Apud* COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 52.

<sup>175</sup> RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 11, 2013, p. 99.

eliminação delas”.<sup>176</sup> Desde a formação secundária, o caminho possível a homens e mulheres era bem distinto. A origem comissionada de Alice e o acesso ao capital cultural mais facilitado aos homens, que pode ter contribuído para a decisão em favor de Astrogildo de Mello, estão diretamente relacionados à afirmação de Scott de que os poderes em uma sociedade são distribuídos a partir de um “controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos”.<sup>177</sup>

O caso de Olga Pantaleão apresenta uma confluência de fontes que permite inclusive observar com mais densidade o descrédito ao trabalho intelectual exercido pelas mulheres na FFCL e a hostilidade à sua ascensão acadêmica. A decisão a respeito do provimento da Cadeira de História Moderna e Contemporânea na década de 1940 rendeu discussões entre Eurípedes Simões de Paula, Cruz Costa e Pedro Moacyr Campos. Na correspondência desses intelectuais, eles deixam claro seus posicionamentos em favor de Eduardo d’Oliveira França na disputa pela cadeira com Olga Pantaleão.<sup>178</sup> O que chama atenção nessa tomada de posição são os argumentos elaborados nas missivas.

Certa concorrência subterrânea<sup>179</sup> entre França e Pantaleão pela regência da cadeira se manifestava de longa data. Para esse posto, ambos precisariam defender suas teses de doutoramento e Olga lançou-se a frente de seu concorrente. Em 1944, Cruz Costa enviava uma carta à Eurípedes relatando com desprezo a defesa da tese pela historiadora:

D. Olga é doutora. Defendeu tese e estudou, na mesma, uma história qualquer de comércio da Inglaterra com a América Hespanhola no século não sei bem quanto. Não assisti aos exames: é que prefiro ficar em casa a ler, e não enfiar o nariz por lá. Anda um pouco fedorento aquilo. Soube mais que meteram a lenha na tese: o Ellis e o Astrô. Não

<sup>176</sup> RODRIGUES, Lidiane. "Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP". *Op. cit.* p. 42.

<sup>177</sup> SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria de análise histórica". In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez., 1990, p. 88. Lidiane Rodrigues sublinha as propriedades opostas distribuídas entre homens e mulheres nesse espaço: “de um lado, mulheres/comissionadas/derrotadas e, de outro, homens/juristas/vitoriosos”. RODRIGUES, Lidiane. "Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP". *Op. cit.* p. 43.

<sup>178</sup> Tanto Olga Pantaleão como Eduardo d’Oliveira França atuaram como assistentes da Cadeira por um longo período. Entre julho de 1946 a junho de 1947 Olga a regeu interinamente sendo substituída em 1947 por França: com o retorno de Braudel ao Brasil, a cadeira foi entregue ao pupilo do historiador francês. COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.*

<sup>179</sup> Falo em uma concorrência subterrânea por entender que essa se apresentou mais prontamente na troca epistolar. Em diálogo com Michel Trebitsch, compreendo as cartas de intelectuais como documentos nos quais podemos investigar um lugar de sociabilidade privada em oposição ao espaço público da divulgação do conhecimento. As cartas estariam nesse lugar fronteiro entre a escrita pública e privada dos intelectuais. TREBITSCH, Michel. "Correspondances d'intellectuels. Le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947)". *Le Cahiers de l'IHTP*, n.20, 1992..

sei se têm razão. Como já disse, - não assisti e sem ser de corpo presente, não afirmo nada. Há os que são pró e os que são contra. Eu banco o cético.<sup>180</sup>

O que levaria o historiador a afirmar com tamanho desprezo que aquilo andava fedorento? O que exatamente não lhe cheirava bem na ocasião? Em carta seguinte, sem hesitação, Costa reiterou a sua torcida e expressou o motivo de seu incômodo com o “mal odor” da defesa de Olga: “Naturalmente nós todos preferimos que a futura vaga do Gagé seja preenchida pelo França. É homem, é amigo. Isso de faculdade com catedráticos femininos não me parece coisa séria. Salvo para as exceções e, – aqui entre nós – a Olga nada tem de excepcional”.<sup>181</sup>

O “nós” utilizado por Costa revela um coletivo não exatamente identificado, mas que permite conjecturar que a posição fortemente contrária à presença de mulheres em postos mais altos da hierarquia universitária não era exclusiva do historiador, ele compartilhava com outros intelectuais a ideia de que os homens estavam mais aptos às funções de chefia na universidade. A seriedade não constava na ocupação de cátedras por mulheres, salvas raras exceções. Essa colocação de Costa é um indício interessante do que se esperava das mulheres no campo intelectual, ou melhor, do que não se esperava: produções acadêmicas de qualidade, sérias. A universidade não escapava à lógica da divisão sexual do trabalho, neste caso, do trabalho intelectual.<sup>182</sup>

O diálogo promovido entre essa troca epistolar e o depoimento de Olga de 1984, fortalece o argumento da historiadora de que o percalço enfrentado no prosseguimento de sua carreira na FFCL foi ocasionado “por pressão e ação do grupo masculino dominante no curso de Geografia e História”.<sup>183</sup>

Muito em função dos constrangimentos vivenciados por elas, tanto Olga como Alice, optaram por dar continuidade às suas carreiras em outros espaços, migrando para Faculdades recém-fundadas. Olga, após ser substituída por Eduardo d'Oliveira França na Cadeira de História Moderna e Contemporânea, transferiu-se e ajudou a estruturar a

---

<sup>180</sup> AESP. Carta de Cruz Costa ao titular. 22/11/1944. Cx 23, n. 1792. *Apud* COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 51.

<sup>181</sup> AESP. Carta de Cruz Costa ao titular. 28/01/1945. Cx 23, n. 1818. *Apud* COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 51.

<sup>182</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua*. *Op. cit.* p. 73.

<sup>183</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 114.

recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP de Marília.<sup>184</sup> Alice, ao ser preterida no concurso de 1946, migrou para a também recém-fundada Faculdade de Economia e Administração da USP,<sup>185</sup> onde se tornou catedrática de História Econômica a partir de concurso ocorrido em 1950.<sup>186</sup>

Em suma, o que me interessa aqui é sugerir que o espaço institucional no qual Alice transitou efetivamente impunha uma série de constrangimentos à ascensão das mulheres. Como a própria historiadora indicou, a resistência às mulheres em cargos de poder “alcançava a todas”. Quando se volta o olhar a jornadas de outras mulheres naquele espaço, como a de Olga Pantaleão, percebe-se que as dificuldades eram realmente muito profundas e que o círculo de hostilidade subterrânea de fato se firmava quando elas almejavam postos de destaque. A cátedra, inegavelmente – e como as experiências demonstram – “estava bem fora do alcance das mulheres”.<sup>187</sup>

Apesar da importância do resgate dessas trajetórias e memórias e da relevância de pontuar reflexões concernentes à sociologia desses espaços institucionais, a apropriação das lembranças dessas mulheres precisa ser cuidadosa para não se correr o risco de generalizar ou heroicizar suas vivências.

---

<sup>184</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua. Op. cit.* p. 95.

<sup>185</sup> Lidiane Rodrigues em sua tese de doutorado, sugere que a FCEA se constituiu subordinada à FFCL e que a formação de seus quadros se deu a partir também do recrutamento de figuras mal acomodadas na Faculdade de Filosofia. RODRIGUES, Lidiane. *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e um Seminário. (1958-1978)*. PPGHIS/USP. Tese de Doutorado, 2012, p. 289.

<sup>186</sup> Nesta nova instituição, Alice afirmou não haver enfrentado qualquer preconceito em razão da sua “condição de mulher”. Segundo ela, o ambiente das duas Faculdades era bem distinto. Ela utilizou o argumento de que a cultura acadêmica mais pragmática observada na Faculdade de Economia seria a responsável pela ausência de hostilidade às mulheres. Otávio Erbereli Junior tensiona de maneira muito interessante essas escolhas memoriais de Alice ao observar que na entrevista de 1981, que não sofreu as intervenções de edição postas as outras – uma vez que se tratou de uma entrevista gravada, não transcrita e nem revisada pela historiadora – logo após afirmar não ter sofrido qualquer resistência ao seu estabelecimento na FCEA, ela narra a dificuldade que enfrentou quando diretora da Faculdade. O historiador indica a instigação dessa narrativa aparecer justamente na pergunta concernente aos constrangimentos que vivenciou enquanto mulher na universidade. Ainda que, como Erbereli Junior demonstra, efetivamente houvesse uma cultura mais pragmática na FCEA, isso não significa que necessariamente a nova Faculdade seria um lugar menos hostil à ascensão universitária das mulheres. ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava. Op. cit.* p. 54 a 56.

<sup>187</sup> PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora (1984)*. *Op. cit.* p. 113.

## 2. “Eu não sou de maneira nenhuma uma feminista”<sup>188</sup>: a problemática dos pioneirismos

Os depoimentos femininos são relativamente raros na literatura histórica brasileira [...] Sabemos pouco sobre as heroínas do cotidiano, sejam elas escravas ou senhoras; o de que dispomos nos foi transmitido, quase sempre, por elementos masculinos, a comunicar sua própria visão de mundo [...] Em sua grande maioria as mulheres permaneceram, na História, como figuras silenciosas, em grande parte obscuras, mães, esposas ou filhas sem voz própria.<sup>189</sup>

Alice Canabrava constatava o silenciamento imposto às mulheres na narrativa histórica, mantendo-as como figuras sem voz própria. Mas reconhecia que nos últimos anos várias iniciativas estavam “procurando resgatar a memória feminina do passado, antes que a perda [...] [fosse] irreparável”.<sup>190</sup> A historiadora compreendia que seu testemunho fazia parte das estratégias de “resgate” desse movimento intelectual emergente na década de 1970: a História das Mulheres.

Os primeiros estudos sobre a mulher na USP, resultado de iniciativas isoladas de Helleieth Saffioti e Eva Blay,<sup>191</sup> foram produzidos entre o final da década de 1960 e início da seguinte. Contudo, foi em meados dos anos 1970 que esse campo, fundamentalmente interdisciplinar, começou a desenvolver-se. As mulheres, suas narrativas e suas memórias, ainda que timidamente e num espaço restrito e pouco prestigiado, passaram a ter lugar como objeto de investigação da pesquisa universitária brasileira.<sup>192</sup>

O livro *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*, no qual consultei o depoimento de Alice de 1984, mesmo que publicado em 2004, segue na direção desse movimento intelectual em ascensão nos anos 1970. Como indicaram as sociólogas na introdução do livro,

em julho de 1984, por ocasião do cinquentenário de fundação da USP e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, FFCL-USP, entramos em contato com algumas antigas alunas que, posteriormente, se tornaram docentes da instituição [...] Queríamos conhecer a trajetória destas

<sup>188</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>189</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 85

<sup>190</sup> *Idem*, p. 85 e 86.

<sup>191</sup> BLAY, Eva. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978 (originalmente tese de doutoramento na FFCLH/USP, 1972); SAFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Quatro Artes, 1969 (originalmente tese de livre-docência na FFCL de Araraquara, 1967).

<sup>192</sup> COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre Mulher no Brasil: do limbo ao gueto? São Paulo, Cadernos da Fundação Carlos Chagas, n° 54, ago./1985.



pioneiras. Ressaltaram todas as convidadas a importância histórica de dar seus depoimentos como testemunho da experiência que tiveram ao frequentar as Faculdades.<sup>193</sup>

Desde o princípio, reconhecendo o papel de “pioneira” das convidadas, as autoras visavam retirar essas mulheres do silêncio, dando a conhecer suas trajetórias intelectuais.

Alice Canabrava, de certo, antes dos anos 1980, já figurava como mulher precursora no campo da história. Na década de 1960 a historiadora aparecia como uma das representantes da “supremacia feminina” no jornal o *Estado de São Paulo*. No acervo Lupe Cotrim, no Instituto de Estudos Brasileiros, deparei-me com uma resenha do suplemento literário do jornal em questão que tratava da contribuição de algumas brasileiras à literatura nacional, especialmente ao romance e à ficção. Alice era lembrada em um breve comentário sobre o ensaísmo brasileiro, gênero no qual, segundo o autor “as mulheres continuam mostrando seu valor”.<sup>194</sup> O *status* de pioneira em seu campo de atuação, portanto, já vinha se estabelecendo.

Contudo, acredito que foi nas décadas de 1970 e 1980, em função da emergência do campo de História das Mulheres, que se tornou ainda mais expressiva a retomada do nome de Alice Canabrava, figura a ser lembrada pelo destaque intelectual em uma instituição fundamentalmente masculina quando de sua criação.<sup>195</sup>

A edição do texto autobiográfico de 1984<sup>196</sup> disposto no *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*, interessa a essa investigação não somente em função do seu conteúdo, mas da apropriação que Alice Lang e Eva Blay fizeram das memórias de Alice. É importante perceber a forma dada a esse depoimento. Já na apresentação do livro, algo desperta a atenção: as sociólogas afirmam que os “depoimentos foram gravados e, depois de transcritos, elas [as “pioneiras”] os revisaram e acrescentaram detalhes. Estes depoimentos são aqui publicados na íntegra”.<sup>197</sup> Efetivamente o relato de Alice está integralmente citado no livro.<sup>198</sup> Contudo, algumas intervenções de Lang e Blay no texto

<sup>193</sup> BLAY, Eva; LANG, Alice (orgas.). *Mulheres na USP*. *Op. cit.* p. 9.

<sup>194</sup> SILVEIRA, Alcântara. Resenha “Supremacia Feminina I”. S.I. [São Paulo], [O Estado de S. Paulo – Suplemento Literário], s.n.p. Fundo Lupe Cotrim Garaude. Arquivo IEB/USP. LCG-17.059.

<sup>195</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua*. *Op. cit.*

<sup>196</sup> Outra edição do depoimento de 1984 de Alice Canabrava aparece no livro *História econômica: estudos e pesquisa*, lançado em 2005 no intuito de reunir parte de seus artigos e mostrar a importância de sua obra para a História Econômica Brasileira.

<sup>197</sup> BLAY, Eva; LANG, Alice (orgas.). *Mulheres na USP*. *Op. cit.* p. 9 e 10.

<sup>198</sup> Percebemos isso quando comparamos com sua outra versão no livro *História Econômica*.

da historiadora são visíveis. Elas dividiram o depoimento – respeitando a ordem narrativa elaborada por Alice – por temática, inserindo subtítulos que o seccionaram. Além disso, introduziram comentários ao longo da narrativa, em itálico e com recuo em relação ao texto principal que acabam por promover interpretações e uma quebra do texto integral.

Após o trecho em que Alice Canabrava reconheceu a necessidade de dar voz às mulheres, Alice Lang e Eva Blay teceram um longo comentário sobre o silenciamento geral experimentado por mulheres na história brasileira, ressaltando que Alice, em conclusão próxima à apresentada por elas, “aponta[va] a ausência de informações e se congratula[va] com a oportunidade que agora foi criada para que, pelo menos sua geração, a das primeiras alunas e docentes da USP, recupere[asse] a voz”.<sup>199</sup> Indiscutivelmente o propósito do livro consistiu em trazer à tona figuras representativas das mulheres, promovendo um resgate dessas intelectuais a partir da imagem que legitimaria tal projeto editorial: de dar voz às “pioneiras” da USP.

Tal esforço é sem dúvidas necessário se quisermos desestabilizar o cânone institucionalizado no qual raras vezes encontra-se espaço para os sujeitos subalternizados. Mas em certo ponto, essa leitura do pioneirismo conduz a uma simplificação ou sacralização dessas figuras e limita a compreensão das nuances das experiências e posicionamentos desses sujeitos através da produção de identidades pretensamente estáveis.

O pioneirismo de Alice Canabrava, no sentido de marcar o caráter precursor da presença de uma mulher em posição de cátedra na USP, é inegável. Como a própria historiadora memorava: “como professora catedrática eu penso que eu fui uma das primeiras. Se eu não fui a primeira, eu estou entre as primeiras da universidade”.<sup>200</sup> Mas então, onde estariam os limites desse tipo de resgate? Localizo-o exatamente em uma dessas intervenções simbólicas de Alice Lang e Eva Blay no depoimento de Alice Canabrava. Antes da historiadora narrar suas lembranças sobre a educação recebida de seus pais, as sociólogas incluíram o subtítulo “pais feministas”.<sup>201</sup>

<sup>199</sup> BLAY, Eva; LANG, Alice (orgas.). *Mulheres na USP*. *Op. cit.* p. 86.

<sup>200</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>201</sup> No excerto em questão, Alice afirmava: “Desde menina, ouvira meu pai, homem culto, afirmar muitas vezes sobre a ausência de diferenças de inteligência entre o homem e a mulher, que se reportassem ao sexo; tratavam-se apenas de variações individuais. Não se requerendo o dispêndio de força física, as mulheres, se preparadas, podiam executar qualquer tarefa com eficiência, sem excluir as realizações intelectuais. Minha mãe, de nacionalidade austríaca, de grande vigor físico e invulgar iniciativa, tinha sempre uma

A escolha desse subtítulo me parece capsiosa porque induz o leitor a pensar que, assim como seus pais, Alice também seria feminista.<sup>202</sup> Aqui não me interessa investigar a veracidade dessas memórias da historiadora e dos posicionamentos de seus pais, se eles dispunham ou não de uma postura aberta em relação ao trabalho intelectual feminino. O que me chama a atenção é a atribuição, por parte de Alice Lang e Eva Blay, do adjetivo feminista à conduta dos pais narradas por Alice. Compreendo o anseio que as levou a identificar como feminista tal postura e, ainda, a aspiração de atribuir, mesmo que nas entrelinhas, tal identidade política à Alice, uma vez que, como explorei acima, a historiadora de fato empreendeu uma defesa à liberdade das mulheres e de suas capacidades para a dedicação aos trabalhos intelectuais. Mas, quando nos aprofundamos em suas memórias, encontramos algumas declarações que, se não impedem, dificultam a adjetivação de Alice como feminista.

Três anos antes da produção desse depoimento, na entrevista ao MIS/SP, Alice ao fim de sua resposta à pergunta que lhe demandava uma reflexão sobre a dificuldade de ser mulher na universidade no início de sua institucionalização, afirmava categoricamente: “eu não sou de maneira nenhuma uma feminista, não é... não me intitulo nessa categoria”. E justificava sua não adesão ao movimento:

Não adianta estar catequizando e dizendo você tem direito a isso, tem direito aquilo. Eu acho que a gente precisa sentir de dentro que tem direito às coisas. Que nós merecemos as coisas. Que devemos lutar por ela. Ter força para lutar por ela. Mesmo que perca no final, mas devemos lutar por aquilo que nós achamos justo, e por aquilo que significa alguma coisa de muito caro para nós próprios.<sup>203</sup>

Alice delineou uma forte crítica a uma possível organização política que articulasse as demandas das mulheres e desaprovou a categorização “feminista” a quem

---

palavra de exaltação ao valor do trabalho. Insistia que deveríamos nos preparar para o desempenho de uma profissão, de modo a nos tornarmos independentes economicamente quando adultos”. In: CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 101. Discutirei esse recurso às origens, promovido por Alice ao rememora sua trajetória profissional, no capítulo 3.

<sup>202</sup> Essa atribuição generalista do feminismo a mulheres que resistiram à supremacia masculina na universidade aparece também em outros textos que resgatam a figura de Alice, como no caso do texto de Maria Alice Ribeiro, em que a estudiosa afirma que historiadoras da gênese universitária, dentre elas Alice e Olga, “foram vítimas do antifeminismo, que se manifestou nos momentos em que a presença feminina ameaçava a disputa pelo cargo acadêmico máximo da hierarquia universitária” RIBEIRO, Maria Alice. “Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica”. In: SAES, Alexandre; SAES, Flávio; RIBEIRO, M. A. *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo, Alameda, 2017. p. 198.

<sup>203</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

sentia “de dentro que tem direito às coisas”. Em sua visão, a politização da luta das mulheres assemelhava-se a um processo catequizador, dispensável.

Para ressaltar sua não articulação ao feminismo, ela mantinha a preocupação de afirmar o valor exclusivamente sociológico e histórico de seu depoimento.<sup>204</sup> Enfatizando a utilidade de seu testemunho “para a época”, sugeria que a resistência às mulheres na universidade estaria, de certa forma, superada quando da elaboração de suas memórias: “aparentemente creio que não há preconceito contra a mulher hoje na universidade, mas divergem completamente daquelas que eu encontrei”.<sup>205</sup>

A preocupação de Alice em demarcar sua recusa ao feminismo não se restringiu a essa entrevista. Na correspondência com sua amiga e colega de profissão em Araras, Lúcia, ela contava:

Não deixa de ser gratificante chegar ao término da carreira acadêmica, cercada do respeito e estima dos pares. Foi um caminho de lutas – a imensa barreira contra a mulher em funções de responsabilidade, que retracei há poucos dias em depoimento para o Museu da Imagem e do Som, para que, sem preocupação alguma de feminismo, ficasse preservado para as gerações futuras. Um caminho de incansável trabalho, de persistência nunca esmorecida, de desafio altaneiro. Hoje, olhando para traz, sinto que estava certa, a defender o direito de participar do mundo intelectual que tanto me atraía.<sup>206</sup>

Novamente, a historiadora ressaltava sua defesa à participação das mulheres no mundo intelectual, mas mais uma vez entendendo se tratar de uma luta pessoal, a defesa de um direito individual, recusando que sua batalha, ou ainda o seu relato, estivessem orientados por preocupações feministas.

Para uma pesquisadora contemporânea e articulada a perspectivas teóricas feministas, essa recusa de Alice me provocou alguns questionamentos: quais seriam os sentidos de ser feminista quando ela produz essas memórias? Qual a relação entre movimentos sociais e a produção historiográfica naquele contexto? Como Alice enxergava essa relação? Haveria algo de problemático para a historiadora em uma história politicamente posicionada? A partir dessas questões, buscarei trilhar caminhos, não de

---

<sup>204</sup> “Mas eu tenho essa satisfação de fixar aqui porque eu acho que é um momento importantíssimo do desenvolvimento social esse [...] eu acho que é uma oportunidade de fixar esse depoimento como um depoimento de valor sociológico para a época”. CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>205</sup> *Idem.*

<sup>206</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Lúcia. São Paulo, 24 nov. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-LÚCI-001

resolução desses questionamentos propriamente, mas de reflexão sobre a complexidade das experiências dos sujeitos.

### 2.1. “Fiquei contente quando você disse que você não é feminista”: o antifeminismo dos anos 1980

Você agora acabou de dar um depoimento, do qual uma boa parte eu conhecia, a respeito desse problema da mulher. E fiquei contente quando você agora por terminar, ou ao terminar, disse que você não é feminista, mas que a mulher vale pelas qualidades que ela possui e é isso que na realidade existe de verdadeiro porque fazer movimento feminista contra o que se chama hoje de machismo isso é bobagem, porque quem tá mandando mesmo, sempre mandou, foi a mulher, isso é a realidade, ou de um jeito ou de outro. E a mulher mais sabida, mais inteligente, mais capacitada das suas condições de mulher é aquela que leva, como se, desculpe o termo, leva o homem no bico sem brigar, sem discutir, seja o marido, seja o filho, seja o pai, seja o parente, seja o amigo.<sup>207</sup>

José Ribeiro de Araújo Filho, professor da antiga cadeira de Geografia do Brasil na USP, antes de elaborar sua pergunta na entrevista de Alice ao MIS/SP, teceu esse comentário logo após a afirmação da historiadora de sua não articulação ao movimento feminista.<sup>208</sup> Claramente havia algo de incômodo em alguém declarar-se feminista no contexto.

Nesse excerto, chama atenção algumas assertivas do geógrafo: “a mulher vale pelas qualidades que possui”; “mulher mais capacitada das suas condições de mulher”; “mulher sabida que leva o homem no bico sem brigar, sem discutir”. Uma série de imagens da mulher está sendo prescrita nesse comentário e parece orientada por uma compreensão naturalizada da distinção homem/mulher.<sup>209</sup> Quais seriam essas qualidades

<sup>207</sup> ARAUJO FILHO, José Ribeiro de. Pergunta. In: CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>208</sup> Compreendo que “esse movimento, que se caracterizou por seu ímpeto, sua capacidade de mobilização e impacto social, teve muitas caras. O feminismo agrupou, ou melhor, serviu de guarda-chuva para uma grande variedade de tendências e orientações político-ideológicas [...] Ser feminista não remete inequivocamente para um corpo teórico estruturado, onde variam apenas as exegeses, como no caso do marxismo. Ser feminista está radicado num elemento fluido, o da perspectiva das mulheres, terreno da denúncia e do desejo”. COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre Mulher no Brasil. *Op. cit.* p. 5, 6. O meu propósito consiste em entender a maneira pela qual a imagem da feminista está sendo elaborada e rejeitada pelos pares de Alice e pela própria historiadora, portanto, meu foco não está na exploração da variedade dos feminismos no Brasil nas décadas finais do século XX. Para saber mais, ver: SILVA, Carmem Silvia Maria da. *Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

<sup>209</sup> Havia nessa fala de José Araújo Filho uma expectativa social e de gênero em relação às maneiras como os homens e especialmente as mulheres devem atuar no espaço público que vão do falar ao modo como exercer suas atividades intelectuais. KUCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia.

essencialmente femininas? Quais seriam essas condições de mulher às quais elas deveriam buscar estar capacitadas? Ele dá uma pista: essas qualidades e condições não combinariam com brigas ou discussões. Por outro lado, a passividade e a conciliação eram exigidas dessas mulheres “verdadeiras”.

Em seus não-ditos,<sup>210</sup> José Araujo Filho elabora uma contra-imagem da mulher ideal: a da feminista. Aquela que almeja qualidades que não possui, que não lhes são suas por direito e natureza e que quer extrapolar sua condição de mulher. Aquela que fala, que discute e não se silencia. Atitudes inadequadas à feminilidade e aos papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres num sistema binário de gênero.<sup>211</sup> Ainda que alguns estudiosos nesse momento estivessem questionando a diferença sexual naturalizada e os estudos sobre mulheres e de gênero estivessem alcançando cada vez mais espaço na academia, muitos intelectuais pontuavam e defendiam ainda a existência de uma óbvia diferença das condições naturais de cada sexo.

Essa imagem da feminista raivosa definida por José Araújo Filho não é exclusiva de suas reflexões. Rachel Soihet, em análise do jornal alternativo *O Pasquim*,<sup>212</sup> entre as décadas de 1960 e 1980, observava recorrentemente a formulação de um estereótipo da feminista: vistas como viragos, perigosas e feias. Noções que, não poucas vezes, levava (e ainda leva) mulheres a rejeitar sua aproximação ao feminismo e até a combatê-lo, se distinguindo do ideal feminino constantemente revificado de delicadeza, beleza, paciência e, claro, heterossexualidade.<sup>213</sup> Esse ideal prescreve às mulheres uma estética, uma atitude comportamental e uma sexualidade específicas, sem brechas.

De modo a não se aproximarem desse estereótipo, outras intelectuais no período entoavam a recusa do feminismo. A poetisa e jornalista Adalgisa Nery, em 1971, afirmava

---

A Categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do Ceam*, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015. p. 73.

<sup>210</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>211</sup> SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria de análise histórica”. *Op. cit.*, 1990.

<sup>212</sup> Os editoriais desse jornal alternativo, ainda que fortemente críticos à ditadura militar, eram hostis às questões feministas. O feminismo era conotado, na visão de setores da esquerda brasileira, como um estilo de vida burguês, de uma pauta importada e muito específica. Defendia-se que com a derrocada das classes dominantes, os problemas das mulheres também estariam superados. COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. *Pesquisa sobre Mulher no Brasil*. *Op. cit.* p. 12.

<sup>213</sup> SOIHET, Rachel. *Mulheres Investindo Contra o Feminismo: Resguardando Privilégios ou Manifestação de Violência Simbólica?* *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008. p. 193.

achar horroroso ser feminista.<sup>214</sup> Em 1982, a jornalista Cora Rónai dizia que “a gente não pode deixar que as Feministas ocupem todos os espaços falando em nome da gente. Eu, pessoalmente, nunca passei procuração para ninguém para reivindicar, no meu nome, coisas que eu não quero”.<sup>215</sup> A cantora Neusinha Brizola, em 1983, declarou enfaticamente “olha, não sou feminista, sou feminina [...] ir pra rua pregar feminismo é coisa até de sapatão. A mulher tem que conquistar as coisas através de seu trabalho, do seu talento, numa demonstração do que ela pode”.<sup>216</sup>

Certamente, encontra-se uma maior formalidade na entrevista de Alice do que na de Neusinha Brizola. Contudo, há uma certa aproximação de suas reflexões. Ambas reconheciam a validade das mulheres ambicionarem conquistas, mas entendendo que estas deviam ser fruto de uma ação individual, do esforço e trabalho pessoal, e não de uma batalha coletiva. Como sugeria Alice: a mulher deveria sentir de dentro que tem direito às coisas e não ficar catequizando outras sobre seus direitos.

A questão da imagem da feminista como uma mulher masculinizada, grosseira, enérgica e avessa à sua suposta condição natural de mulher pode ser uma das razões que levou a historiadora à recusa de sua articulação ao feminismo. Não temos mais fontes para investigar com profundidade essa possível relação, mas certamente esse estereótipo da feminista era compartilhado por alguns de seus pares acadêmicos. O alívio de José Araújo quando a historiadora refutava qualquer vinculação ao movimento nos dá pistas dos constrangimentos relacionados à assunção de uma identidade política tão polêmica entre certos intelectuais. De outra parte, na análise da correspondência de Alice Canabrava com o historiador e amigo Francisco Iglésias, algumas questões despontam e fundamentam uma hipótese paralela e mais robusta para pensar essa rejeição.

---

<sup>214</sup> NERY, A. Entrevista com Adalgisa Nery. 1971. *Apud* SOIHET, Rachel. *Mulheres Investindo Contra o Feminismo*. *Op. cit.* p. 193.

<sup>215</sup> RÓNAI, C. Concorde com a Daniela, mas... 1982. *Apud* SOIHET, Rachel. *Mulheres Investindo Contra o Feminismo*. *Op. cit.* p. 195.

<sup>216</sup> BRIZOLA, N. Uma entrevista sem mintchura. 1983. *Apud* *Idem*, p. 197.

## 2.2. “Eu entrei com meu discurso, apolítico, histórico, e foi como água na fervura”<sup>217</sup>: a dimensão (a)política do intelectual para Alice Canabrava

A conjuntura política brasileira dos anos 1970, marcada pela ditadura militar, influenciou sobre uma mudança na produção do conhecimento histórico, provocando maior engajamento do historiador.<sup>218</sup> No entanto, essa “nova” posição pública despertou certo receio por parte da intelectualidade que temia a perda de cientificidade de estudos marcados por “pressões e paixões de grupos ou individualidades ainda participantes do cenário histórico”.<sup>219</sup> Em suma, a análise crítica do contemporâneo, associada a articulações políticas era vista com desconfiança por alguns intelectuais.

Pensando nesse cenário, e considerando as perguntas há pouco levantadas sobre o problema da politização na produção da história, formulo outras questões: compartilharia Alice desse entendimento de que as articulações políticas no exercício de elaboração da história garantiam prejuízos à produção? Qual seria a postura ideal do intelectual para a historiadora? Estaria a recusa do feminismo associado a esse problema da politização da história? E, por fim, a história das mulheres, campo de reflexões sobre os silenciamentos desses sujeitos, o qual Alice referenciou em suas memórias, estaria orientado por pautas feministas?

As cartas trocadas entre Alice Canabrava e Francisco Iglésias foram, em sua maioria, escritas nas décadas de 1970 e 1980, momento em que a universidade já ocupava um lugar central na formação do historiador, de quem era requerido um conjunto de saberes e práticas condicionados por esse “novo lugar” da produção historiográfica.<sup>220</sup> Nos anos 1970, muitos dos historiadores estiveram preocupados em promover reflexões sobre o que se tinha feito na historiografia brasileira até então, dentre eles, Alice Canabrava e Francisco Iglésias, e, por isso, o estado da arte dessa produção foi assunto recorrente entre os missivistas.

<sup>217</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 26 jul. 1981. *Op. cit.*

<sup>218</sup> É o que sugere Amaral Lapa em sua leitura sobre as novas preocupações da comunidade de historiadores paulistas. Somente em 1969 foi apresentada uma tese sobre o tema republicano na USP. “A universidade de São Paulo no tocante aos compromissos dos historiadores que a ela serviram ou nela se formaram se refugiou no estudo do passado colonial, voltando inteiramente as costas ao presente”. LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão. Op. cit.* p. 41.

<sup>219</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão. Op. cit.* p. 31

<sup>220</sup> VENÂNCIO, Giselle. Prefigurações da paisagem historiográfica. *Op. cit.* p. 436, 437.



Ao lado de outros historiadores como José Honório Rodrigues, Alice e Iglésias compartilhavam uma avaliação bastante negativa do que se vinha produzindo no campo historiográfico brasileiro. Essa crítica centrava-se na denúncia de uma utilização mecânica e indiscriminada pelos historiadores de modelos teóricos e metodológicos emprestados das ciências sociais na produção de estudos que, para eles, não se preocupavam com a historicidade, com o sentido da mudança, assim como, muitas vezes, não empreendiam uma interpretação devida das realidades estudadas.

Em uma quantidade expressiva de cartas escritas por Francisco Iglésias, encontra-se extensos elogios à prática historiográfica de Alice Canabrava, dotada de um “valor excepcional”.<sup>221</sup> Em contraposição a essa excepcionalidade de Alice, ele denunciava a tendência de alguns historiadores contemporâneos de adotarem modelos teóricos prontos das ciências sociais, renunciando à história.<sup>222</sup> Essa historiografia que se pretendia sofisticada e inovadora, acabava, segundo Iglésias, “não conduz[indo] a grande coisa – a sofisticação pela sofisticação, o gosto do número, de gráfico, de variáveis, de funções, que se esgotam em si mesmos, não são feitos para expressar uma realidade viva, mas para provar que o autor é moderno e é cientista”.<sup>223</sup> Em sua leitura pouco importava essa sofisticação metodológica, dado que “parece que de vez se esqueceu a etimologia de método, que diz que é o caminho para alguma coisa, não a coisa em si mesma”.<sup>224</sup> Para ele, a ausência de interpretação fazia com que essa sofisticação se mantivesse no plano discursivo, tratando-se exclusivamente de “pregações inovadoras”.<sup>225</sup>

A questão central que chama atenção nessa crítica diz respeito ao rebaixamento da dimensão política do trabalho do historiador. A compreensão de Alice Canabrava e de Francisco Iglésias de que um certo abandono da historicidade fazia com que o conhecimento não chegasse a lugar nenhum, apenas na “conversa fiada, no desabafo

---

<sup>221</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 24 mar. 1972. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 7.

<sup>222</sup> O abandono da historicidade no estudo da “realidade viva”, para Iglésias, estaria no fato de que “esses cientistas, na maioria [...] não têm nenhuma sensibilidade histórica, não têm o sentido da mudança”. \_\_\_\_\_ . Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 06 nov. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 26.

<sup>223</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 24 mar. 1981. *Op. cit.* p. 7.

<sup>224</sup> *Idem.*

<sup>225</sup> \_\_\_\_\_. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 25 mar. 1975. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 10.

peçoal, na propaganda política”,<sup>226</sup> revela de que maneira a ação política efetiva, pragmática, foi vista como problemática e contraposta a uma interpretação da história “sob bases científicas”.<sup>227</sup>

Segundo Ângela de Castro Gomes, o estabelecimento do regime ditatorial e da repressão política no Brasil na década de 1960 resultou na experimentação imediata dos acontecimentos históricos e no sentimento de que o político se fazia presente em ambientes inusitados do cotidiano dos brasileiros. Nesse cenário, instaurou-se uma demanda por explicações sobre o que estava acontecendo e viria a acontecer na sociedade brasileira. Essa crise conjuntural e essas demandas por explicações “dramatizaram e concretizaram uma ‘nova’ posição pública do historiador, o que o aproximou mais de outros cientistas do social e de outros intelectuais produtores de interpretações”.<sup>228</sup> Aparentemente, essa nova postura foi entendida por Alice Canabrava e por Francisco Iglésias como comprometedora da razão científica.<sup>229</sup>

Na avaliação de ambos os historiadores, “o meio universitário brasileiro” encontrava-se “irremediavelmente perdido pela política”.<sup>230</sup> Em carta ao amigo, datada de 1981, Alice Canabrava afirmava que a USP, e especificamente o departamento de história da faculdade de filosofia, estava “na trincheira ideológica”<sup>231</sup> e, por isso, questões de ordem política e pragmática adentravam a produção histórica acadêmica. A partir das cartas, os historiadores sugeriam que o uso desmedido de modelos das ciências sociais

---

<sup>226</sup> *Idem.*

<sup>227</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 26 jul. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1,24.

<sup>228</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* In: Estudos Históricos – Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, nº17, p. 59-84, 1996. P. 68.

<sup>229</sup> Não pretendemos sugerir que Francisco Iglésias ou Alice Canabrava não estivessem preocupados com uma história que fosse útil ao entendimento do futuro ou do presente. Para Iglésias, a história deveria fornecer à sociedade “os elementos para que se esclareça sua situação [pois] o historiador, mais que qualquer outro estudioso, pode entender o momento que vive” (IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. Apud SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias*. *Op. cit.*, p. 168). E Alice Canabrava, em diversos de seus trabalhos, se orientou por questões do presente. O desenvolvimento industrial do estado de São Paulo na década de 1950, por exemplo, foi o problema que fundamentou a produção de sua tese *O Desenvolvimento do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, ou ainda a historiadora entendia que “os grandes progressos ea História Econômica inspiraram-se nos problemas do presente” (CANABRAVA, A. P. *História e Economia*). A questão aqui não se apresentava nos termos de uma ciência que tem utilidade para a compreensão da sociedade brasileira coetânea, mas sim na junção da atividade política efetiva ao exercício da história.

<sup>230</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 06 nov. 1981. *Op. cit.*

<sup>231</sup> \_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 13.

era prática mais recorrente dos grupos ideológicos que povoavam as universidades. Na mesma carta Alice declarava estar “de pleno acordo com V. [Iglésias] sobre a Historiografia Brasileira, sua esquerdização, sempre os mesmos chavões”.<sup>232</sup>

A historiografia de esquerda, primordialmente marxista, era entendida por ela como uma “viciada literatura”.<sup>233</sup> Não propriamente pela mobilização de conceitos e perspectivas do pensamento de Karl Marx, “autor tão genial e de obra tão rica”,<sup>234</sup> como sugeria Iglésias, mas pelo uso dos chavões e expressões prontas que resultavam em “trabalhos sem valor algum”.<sup>235</sup> Em sua avaliação, essas produções eram “projetados pelos ‘companheiros’ como grandes obras, somente porque [assumiam] [...] a posição ideológica”,<sup>236</sup> e não pelas suas qualidades propriamente ditas.

Para Alice, dois problemas complementares estavam presentes nessa historiografia “esquerdizada”. O primeiro era o de que, “da grandeza da obra de Marx, tira-se, em geral, um pobre rascunho, sempre repetido, sem qualquer originalidade”.<sup>237</sup> O produto desses trabalhos, sem “nenhuma sensibilidade histórica”,<sup>238</sup> seria apenas uma cópia do que outros já haviam dito, a partir da mobilização de um marxismo esquemático e mecânico. O segundo dizia respeito à motivação para a utilização desses chavões que, para ela, explicava-se pelo posicionamento ideológico. A autora entendia que o pensamento e as teorias de Marx eram utilizados por um grupo de historiadores que buscavam levantar bandeiras de reivindicações sociais no exercício da história, prejudicando a qualidade desses trabalhos, tanto pela ausência de originalidade e profundidade de pesquisa, quanto pela sua carga política e ideológica.<sup>239</sup>

---

<sup>232</sup> *Idem.*

<sup>233</sup> *Idem.*

<sup>234</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Carta a Alice Canabrava. Belo Horizonte, 19 de abr. de 1979. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 18.

<sup>235</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 1981. *Op. cit.*

<sup>236</sup> *Idem.*

<sup>237</sup> \_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 26 jul. 1981. *Op. cit.*

<sup>238</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 06 nov. 1981. *Op. cit.*

<sup>239</sup> Não pretendemos sugerir que Alice Canabrava ou Francisco Iglésias desconhecêssem a relatividade do conhecimento histórico. Iglésias afirmava, enfaticamente, que “sempre que alguém considera a realidade, está tomando posição, consciente ou inconscientemente” (IGLÉSIAS, Francisco. História combatente. *Apud* SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias. Op. cit.* p. 170.) e Alice, em caminho paralelo, confirmava que a “convicção quanto à objetividade do historiador foi demolida pelo desenvolvimento ulterior das ciências sociais, com o postulado de que a História é uma construção do historiador” (CANABRAVA, Alice. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu. *Op. cit.* p. 250). Contudo, ambos eram resistentes ao posicionamento ideológico pragmático no fazer historiográfico. Iglésias, ao condenar a ilusão

Os estudos históricos estreitaram os laços com as ciências sociais nesse conturbado contexto político e intelectual. Amaral Lapa ressaltava, inclusive, o papel fundamental dos sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e economistas na renovação dos estudos históricos em relação à temática, mas também aos métodos e técnicas de investigação. Uma série de esquemas interpretativos propostos pelos demais cientistas sociais passaram a ser adotados pelos historiadores naquele cenário.<sup>240</sup> A crítica de Alice e Iglésias localiza-se, portanto, nessa entremada conjuntura política e intelectual.

A visão crítica sobre a aplicação de métodos sofisticados que não levariam à compreensão da realidade vivida era também compartilhada por cientistas sociais que se propuseram a refletir sobre o que se vinha produzindo nas ciências sociais naquele contexto. Otávio Guilherme Velho, em uma análise das ciências sociais no pós-64, teceu uma crítica aos cientistas sociais contemporâneos a ele que davam ênfase à investigação empírica e ao treinamento de estudantes a partir de modelos de pesquisa pré-estabelecidos buscando se afastar da geração anterior que, para eles, centrava-se em elocubrações teóricas-metodológicas desenraizadas e abstratas.<sup>241</sup> A crítica de Velho a essa geração é, portanto, próxima àquela tecida por Alice Canabrava e Francisco Iglésias e revela como a leitura destes se aproximava do posicionamento de outros intelectuais contemporâneos.

Nesse mesmo tom, e insistindo na crítica às posições ideológicas de historiadores de esquerda, Alice Canabrava reclamava com Iglésias de uma reunião da ANPUH:

na sessão de abertura houve dois discursos não esperados da esquerda ostensiva [...] a incitar os presentes a uma ação política efetiva. Então, entrei com meu discurso, apolítico, histórico, e foi como água na fervura. Eu já havia recomendado que não aceitaria manifestações políticas no Simpósio.<sup>242</sup>

Neste trecho, a historiadora empregou os termos “histórico” e “apolítico” praticamente como sinônimos, assim como relatou que havia informado com antecedência seu desacordo em relação a manifestações políticas nas discussões do

---

da neutralidade científica, afirmava que isso não significaria a pregação “de uma atividade partidária”,<sup>239</sup> visto que essa atividade interessada pressupunha “a definição por um dos lados de modo decidido, torcendo-se a verdade para a defesa de algum interesse” (IGLÉSIAS, Francisco. *História combatente*. *Apud* SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias*. *Op. cit.* p. 170-171).

<sup>240</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*. *Op. cit.* p. 33.

<sup>241</sup> VELHO, OG. *Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais*. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 351-385. p. 370.

<sup>242</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 26 jul. 1981. *Op. cit.*

simpósio. Tanto a escolha de utilização dos termos como sinônimo, quanto o dissenso às expressões de ordem política, constituem-se em elementos que fundamentam a compreensão de que Alice Canabrava entendia que os campos da política e da história não deveriam estar em diálogo na execução da atividade científica pelo historiador.

Inconformada com o grupo de colegas que pretendiam incitar os demais à ação política efetiva, ela desabafava:

parece incrível que, justamente quando a SBPC tudo faz para se livrar da carga política em seus trabalhos, a ANPUH por uma de suas alas deseja uma atuação política efetiva [...] No meu entendimento, a ANPUH deve estar aberta à análise de qualquer problema político, do passado e recente, desde que seja sob base científica.<sup>243</sup>

A única maneira legítima de investigação dos problemas políticos, na avaliação de Alice, seria através de uma base científica. No elogio que fez à preocupação da SBPC de retirar a carga política dos seus trabalhos<sup>244</sup> e na crítica à insistência de alguns membros da ANPUH de manter essa carga, percebo que a historiadora condenava duas atitudes dessa historiografia posicionada ideologicamente: a articulação entre o fazer historiográfico e a atuação política pragmática, assim como a investigação de problemas políticos por aqueles que pregavam a junção dessas duas atividades.

Nesse conturbado cenário, a historiadora relatava que a sua faculdade havia se tornado “um campo de luta entre duas facções políticas principais do país, um ambiente deprimente, eu nunca poderia eu imaginar que os ‘soi dizant’ intelectuais universitários pudessem descer tanto...”.<sup>245</sup> Aqueles que se alinhavam a qualquer uma das “facções políticas” do país, fosse de direita ou de esquerda, não eram nem ao menos entendidos por Alice como intelectuais, ainda que se intitulassem enquanto tal. O problema não se localizava apenas nas bandeiras de reivindicações sociais levantadas pelos historiadores de esquerda, mas de qualquer um que pretendesse a atuação política efetiva a partir da

---

<sup>243</sup> *Idem.*

<sup>244</sup> É curioso pensar que na contramão desse comentário de Alice, alguns intelectuais entendiam que “A SBPC, cujas reuniões anuais tiveram um papel político importante, em face da falta de espaços alternativos para a oposição na década de 70, incluía em sua programação, já em 1972, os estudos sobre mulher; em 1975, organizou uma mesa-redonda sobre o tema e posteriormente considerou inclusive a produção de grupos feministas não necessariamente vinculados à academia. Isto deve ter contribuído para o fato, salientado por Queiróz (1983), de que muitos dos trabalhos da área de Ciências Humanas, apresentados nestas reuniões tivessem sobretudo um caráter militante e de denúncia” QUEIROZ, M. I. P. SBPC, 1982: caracterização das comunidades de pesquisa nas ciências do homem. *Apud* COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre Mulher no Brasil. *Op. cit.* p. 7

<sup>245</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 03 fev. 1980. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (114).

produção do conhecimento histórico. O recalque da dimensão política da produção da história estabelecido por Alice parece sugerir a não imbricação de economias morais distintas na própria construção da ideia de ciência.<sup>246</sup>

Como sugere Santos, no final da década de 1950, os debates a respeito das relações entre a atividade científica e a atividade política pragmática foram intensos e controversos. Ainda que a produção do conhecimento histórico estivesse ligada a uma preocupação em promover mudanças sociais e refletir sobre a realidade social, não havia um consenso sobre os limites dessas atividades.<sup>247</sup> Além disso, a partir dos anos 1960, com o estabelecimento da ditadura civil-militar brasileira e as demandas por explicações das mudanças experimentadas pelos cidadãos, um novo papel era esperado dos intelectuais, assim como uma “nova posição pública do historiador” que deveria estar atento a essas vivências “imediatas” da história.<sup>248</sup>

Nesse sentido, quando, em 1981, Alice Canabrava declarava não ser “de maneira nenhuma uma feminista”,<sup>249</sup> o papel ideal do intelectual distante da atividade política pareceu fundamentar sua recusa em participar de um movimento político categórico como o feminismo.

É indispensável ressaltar que o texto autobiográfico de 1984 de Alice Canabrava, fundamentalmente acessado para sugerir o pioneirismo da historiadora e, em alguns casos, alçá-la ao *status* de feminista, é resultado de uma iniciativa de estudiosas associadas à História das Mulheres. E é nesse ponto que a recusa de Alice ao feminismo parece, a meu ver, guardar relações também com uma tensão posta dentro desse campo de estudos, qual seja: a da relação conflituosa e ambígua entre militância feminista e produção acadêmica sobre mulheres.

---

<sup>246</sup> DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017. 143pp. Tradução: Alves, Derley Menezes; Iegelski, Francine.

<sup>247</sup> SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias*. *Op. cit.*, p. 181.

<sup>248</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc*. *Op. cit.* p. 68.

<sup>249</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

### 2.3. A História das Mulheres e o feminismo

Os estudos de História das Mulheres emergiram com alguma antecedência nos Estados Unidos e na Europa, especialmente no pós-68, em resposta às demandas dos movimentos feministas e de mulheres. Esses estudos passaram a galgar legitimidade não só como reivindicação política, mas também como problema científico.<sup>250</sup> No Brasil, contudo, as relações entre os movimentos feministas e a academia não foram tão claras assim. Por um lado, a literatura sugere que o aparecimento de estudos sobre as mulheres teve relação com o contato de acadêmicas brasileiras com esse campo em estágios no exterior, que desencadearam adesões senão ao feminismo, ao menos aos estudos sobre mulher.<sup>251</sup> Por outro lado, ressalta-se que uma das características desses estudos no Brasil foi a sua busca por integração à dinâmica da comunidade científica nacional, almejando dela o reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais e, portanto, desviando o caráter militante de seus estudos.<sup>252</sup>

O desenvolvimento do campo de estudos de gênero, em continuidade às reflexões da história das mulheres, atuou para além da ampliação das discussões desse campo,<sup>253</sup> serviu como defesa de um novo conceito utilizado muitas vezes instrumentalmente para substituir os termos “mulher” e “feminismo”.<sup>254</sup> De uma forma geral, havia a compreensão desse conceito como estabilizador da carga política dos estudos, favorecendo a aceitação acadêmica, “na medida em que despolitizava uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos”.<sup>255</sup> Contrariamente à suposta despolitização da temática, Joana Maria Pedro, em diálogo com

---

<sup>250</sup> COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre Mulher no Brasil. *Op. cit.* p. 6.

<sup>251</sup> *Idem.* p. 9.

<sup>252</sup> HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

<sup>253</sup> A mobilização dessa categoria foi útil à ampliação da problemática, na rejeição do determinismo biológico, tornando enfáticos os aspectos relacionais da construção social do feminino e do masculino. Os estudos de gênero almejavam afastar o fantasma da naturalização e pontuar as hierarquias e assimetrias existentes nas relações de poder entre homens e mulheres. SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria de análise histórica”. *Op. cit.*

<sup>254</sup> Para atender às exigências dos fundos de financiamento, as mulheres identificadas com o feminismo recorriam instrumentalmente ao “gênero”, como sugere Joana Maria Pedro. PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal*. Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011. p. 274

<sup>255</sup> HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. *Op. cit.* p. 188.

Joan Scott, sugere que a reflexão a partir de gênero como categoria de análise seria também uma forma de fazer política, mas nesse caso no campo acadêmico.<sup>256</sup>

Certamente, diversas foram as preocupações de intelectuais envolvidos(as) na produção de estudos sobre as mulheres. Esse campo atraiu pesquisadores(as) de disciplinas variadas, em diferentes momentos de suas carreiras, e com distintas perspectivas teóricas e opções políticas. Mas algo é certo: esses(as) estudiosos(as) viveram sob intenso fogo cruzado. De um lado a comunidade acadêmica, para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não uma mera denúncia militante; do outro lado, as feministas, para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho na causa coletiva. Militantes para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as militantes.<sup>257</sup> Trata-se, portanto, de um campo espinhoso desde a sua emergência, que pontua insistentemente a questão do posicionamento político na produção intelectual.

No entanto, quando volta-se olhar para os diferentes campos das ciências humanas, percebe-se que essa resistência situou-se de maneira desigual. Nas ciências sociais, esses estudos encontraram maior abertura, inversamente ao que se verificou na historiografia, no mesmo período. À título de exemplo, entre 1970 e 1984, na USP, dos 46 trabalhos de mestrado e doutorado sobre "mulheres", somente 4 foram produzidos no Departamento de História, sendo 33 nas Ciências Sociais e os outros 9 no Departamento de Letras.<sup>258</sup> Outro dado expressivo desse desinteresse entre os historiadores diz respeito à criação de grupos de trabalho nas principais associações dessas duas áreas. Enquanto na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi criado o GT "Mulher na Força de Trabalho", em 1978, na Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), o primeiro GT voltado para pensar questões relativas às mulheres e ao gênero só apareceu em 2001, a partir da criação do GT Estudos de Gênero.<sup>259</sup>

A trajetória costumeiramente "cautelosa" da história e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem atrasaram em alguma medida o avanço das

---

<sup>256</sup> PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal*. *Op. cit.*

<sup>257</sup> COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. *Pesquisa sobre Mulher no Brasil*. *Op. cit.*

<sup>258</sup> COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. *Pesquisa sobre Mulher no Brasil*. *Op. cit.*

<sup>259</sup> POSSAS, Lidia. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). *Hist. R., Goiânia*, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014.



discussões.<sup>260</sup> De modo semelhante ao contexto norte-americano, relatado por Scott, aqui alguns historiadores aplicaram o rótulo de “ideologia” às pesquisas de historiadoras feministas, acusando-as de produzir um conhecimento oposto a uma investigação ideal, marcada pela neutralidade e isenção do autor.<sup>261</sup>

O campo da história das mulheres e estudos de gênero sintetiza, portanto, a tensão entre produção de conhecimento e posicionamento político ideológico insistentemente criticada por Alice Canabrava. Há autores ainda que, na linha da crítica à aplicação de metodologias prontas das ciências sociais, acusaram a História das Mulheres de manter uma atitude de deslumbramento diante da “Grande Teoria”, incumbindo-a de tudo explicar através de um ritual de reiteração de postulados básicos, parafraseando os clássicos e valorizando o conteúdo de denúncia e militância dos estudos, ao invés de se criar novos conceitos e aprimorar as metodologias utilizadas.<sup>262</sup>

Alice Canabrava, portanto, ao se preocupar em marcar o afastamento do feminismo na elaboração de suas memórias, denota o rebaixamento da dimensão política em sua “operação historiográfica”.<sup>263</sup> Seu entendimento do intelectual como aquele que deveria se manter distante das ideologias e da política pragmática na produção da história tem respaldo, conseqüentemente, na maneira como ela própria exercia e anunciava sua intelectualidade.

No esforço compreensível de resgatar sua figura a fim de desestabilizar o cânone masculino da produção da história e de dar voz às mulheres, algumas iniciativas, no entanto, acabam por simplificar e sacralizar a imagem de Alice Canabrava. O caso da atribuição de uma identidade feminista à historiadora demarca o ápice dessa sacralização. Contudo, em outras apropriações historiográficas de suas memórias, centradas mais

---

<sup>260</sup> PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 284.

<sup>261</sup> SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992. p. 77.

<sup>262</sup> COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre Mulher no Brasil. *Op. cit.* p. 12 e 14.

<sup>263</sup> Esse rebaixamento do aspecto político da história produziu uma série de silenciamentos, dissimulando os aspectos externos que fundamentaram a prática historiográfica, assim como os sujeitos que a escreveram. Trata-se de uma história que adquire sua legitimidade científica a partir de uma produção supostamente não situada. E é nessa pretensa universalidade da história que marcadores sociais de gênero, classe social, sexualidade e raça, que estiveram e estão invariavelmente imbricados na produção da história, são apresentados como irrelevantes. In: OLIVEIRA, Maria da Glória. “Entrevista com Maria da Glória Oliveira”. *Op. cit.* p. 511.

fundamentalmente em uma noção vaga de pioneirismo, lhe é atribuído um suposto caráter heroico. Em linhas conclusivas do capítulo, será esse o foco das reflexões a seguir.

#### 2.4. As artimanhas da memória na atribuição do pioneirismo

Nada mais estranho a mim do que o desempenho do papel de heroína. Avançava tranquila, no exercício do que considerava um direito.<sup>264</sup>

Certamente, pelo teor das suas lembranças e denúncias que explorei ao longo deste capítulo, Alice Canabrava após suas elaborações memoriais, especialmente aquelas encontradas no seu texto autobiográfico, passou a figurar recorrentemente como heroína exemplar da resistência feminina aos constrangimentos sofridos na universidade. Seguido do *status* de pioneirismo intelectual feminino anunciado já na 36ª reunião da SBPC, uma série de outros trabalhos, e aqui focarei nos historiográficos, anunciam e evocam Alice Canabrava precedida do substantivo “pioneira”.

Antes de adentrar nos problemas que encontro nessa atribuição de pioneirismo, é fundamental ressaltar a importância também desses trabalhos.<sup>265</sup> Mesmo que hoje haja

---

<sup>264</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). *Op. cit.* p. 100.

<sup>265</sup> José Jobson Arruda elaborou o prefácio da reedição de 2011 da tese “O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo” de Alice Canabrava. Nesse texto, o autor teceu uma crítica inicialmente próxima da que elaboro aqui, afirmando que: “a garra demonstrada por Alice na defesa de seus direitos de prosseguir na carreira universitária é admirável, mas a transformação de sua ação em um momento privilegiado da defesa do feminismo e da história de gênero é excessiva. Ela não se envolveu com os movimentos sociais e políticos empreendidos pelas mulheres naqueles anos. Não há qualquer referência em suas memórias a tais agitações, nem sua identificação com elas” p. 36. No entanto, a continuidade de suas reflexões me parece um tanto problemática. Sua preocupação concentrou-se em demonstrar que a hostilidade enfrentada por Alice foi um caso isolado e que nesse seu resgate como “ícone do movimento de afirmação feminina” criou-se a ilusão de um problema estrutural que injustiçou alguns de seus colegas homens. Para tanto, ele relativizou a perseguição que Alice sofreu, trazendo nomes de homens que estiveram ao seu lado no polêmico concurso. Concluindo que “o problema não era, portanto, de caráter estrutural, senão pontual, localizado num contexto específico em que uma disputa se feriu e, nesse caso extremo, o espírito do corpo masculino prevaleceu” p. 34. Para fundamentar sua crítica, Jobson recorreu às memórias de Olga Pantaleão, afirmando que “o que Alice exacerba, a partir de sua experiência pessoal, Olga relativiza, recusando a existência de discriminação *lato sensu*, mas reconhecendo sua ocorrência em situações específicas” p. 30. Discordo quase em totalidade com essa leitura, me parece que o autor tem dificuldade e se recusa a enxergar a complexidade do problema estrutural do machismo e da marginalização histórica das mulheres no campo da produção do saber. Certamente a resistência à ascensão das mulheres se torna latente em situações específicas, por isso são casos específicos em que observamos a discriminação e seu relato, mas isso não significa que ela não se capilarizava. Olga, por exemplo, não relativizava sua ocorrência, como Jobson afirma. Como vislumbramos ao longo deste capítulo, ela, assim como Alice, compreendia que havia uma hostilidade estrutural às mulheres que almejavam cargos de poder. Jobson, portanto, ao criticar uma suposta “leitura maniqueísta” dos estudos feministas que tratam as mulheres como vítima e ignoram as injustiças com professores homens, ele próprio acaba a realizando. Considerar o problema de gênero na universidade não significa ignorar hostilidades enfrentadas por outros sujeitos. Trata-se, de outro modo, de uma perspectiva profundamente cara à ampliação das investigações da história intelectual e da história da historiografia, assim como da superação de constrangimentos estruturantes da

um campo robusto de pesquisas que tematizam a história das mulheres e o gênero, com uma produção acadêmica consolidada, ainda pouco se analisa as atividades letradas e intelectuais de mulheres historiadoras.<sup>266</sup> Como constata Maria da Glória Oliveira, a história intelectual, incluindo a história da historiografia, permanece majoritariamente silenciosa quanto ao gênero e às contribuições intelectuais de “outros” que não os autores masculinos canonizados. É o silenciamento desses variados “outros” pelos cânones e pela memória disciplinar que mantém a condição historicamente marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual.<sup>267</sup>

No entanto, ainda que a própria presença das mulheres nos espaços institucionais voltados majoritariamente aos homens já expresse um tensionamento das hierarquias entre os gêneros,<sup>268</sup> é necessário ter cuidado com atribuições de pioneirismo que acabam por sugerir uma heroicização dos sujeitos estudados. Certos trabalhos de resgate e de memória tendem a elaborar identidades relativamente estáveis aos sujeitos marginalizados, como se elas revelassem uma experiência comum, em quase todos os termos, entre eles e outros que as compartilham.<sup>269</sup> Temo que nesse processo de uma busca de representatividade, como é o caso da elaboração para Alice da imagem da pioneira, corra-se o risco de limitar as identidades múltiplas dos sujeitos estudados.

Tomando de empréstimo as reflexões de Butler, reformulo uma questão colocada pela autora: não seria talvez cada vez mais necessário um novo tipo de teoria e crítica feminista para contestar a pretensa substancialidade do gênero e da identidade, uma teoria

---

produção do saber. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. In: CANABRAVA, Alice. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

<sup>266</sup> Elas ainda ocupam um espaço “guetizado” nos estudos históricos. A permanente guetização dos estudos de gênero e sobre as mulheres, temas ainda tidos como específicos, carregam a marca da diferença e o estigma da particularidade. In: VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott*. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 63-84, 1994.

<sup>267</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *Op. cit.* p. 104-140.

<sup>268</sup> RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. *Op. cit.*

<sup>269</sup> Aqui me refiro a formulação de Butler sobre o risco da universalização das experiências, assim como da estrutura de dominação. Essas relações, como sugere a filósofa, são múltiplas e distintas e resultam em identidades variadas também. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. *Op. cit.* p. 22.

feminista que tome a construção variável das identidades como um pré-requisito metodológico e normativo?<sup>270</sup>

Em sentido distinto ao proposto, a apropriação do texto autobiográfico de Alice por uma série de produções que buscaram destacar seu *status* de pioneira se deu, na maior parte dos casos, a partir de uma leitura e uma centralidade dada exclusivamente ao conteúdo das memórias da historiadora. As condições de elaboração desse texto ou o diálogo com outras produções memoriais de Alice raramente foram consideradas.

Como lembra Butler, o “eu” que relata a si mesmo só o faz mediante a interpelação de um “tu”. É, portanto, somente frente a pergunta “‘Foste tu?’ [...] que fornecemos uma narrativa de nós mesmos ou descobrimos que, por razões urgentes, devemos nos tornar seres autonarrativos”.<sup>271</sup> Alice se narrou assumindo o pioneirismo porque foi convidada a fazê-lo. O seu relato cumpria também a função de persuadir a audiência a quem foi destinado. Desse modo, retomando a frase que intitula este capítulo questiono-me: seria mesmo estranho a Alice o desempenho do papel de heroína? Não estariam os convites para que ela narrasse sua experiência já carregados de uma expectativa quanto ao relato de pioneirismo e de uma vivência excepcional? Nesse processo complexo de interpelação e relato de si certamente se confundem as vozes narrativas que preenchem as memórias de Alice sobre sua vivência. E é ao marginalizar essa problemática que algumas leituras sobre sua trajetória perdem a possibilidade de adentrar uma reflexão mais profunda sobre esse sujeito complexo.

Quando Flávio Saes mobiliza os estudos de gênero apenas como nota biográfica para destacar que Alice se distinguia da “média do elemento feminino de sua geração”, ressaltando o pioneirismo feminino da historiadora “numa época em que a presença feminina era pouco marcante” na universidade;<sup>272</sup> ou quando Diogo Roiz, amparado na

---

<sup>270</sup> O original: “talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo” *Idem*, p. 25.

<sup>271</sup> BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. *Op. cit.* p. 23.

<sup>272</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *Op. cit.* Em texto mais recente, de 2018, Saes narra a trajetória de Alice em termos muito semelhantes aos levantados no texto de 1999. Mantendo sua análise na perspectiva do resgate, ele volta a afirmar que “seu pioneirismo enquanto mulher que galgou os degraus da carreira universitária numa época em que a presença da mulher no mercado de trabalho em geral, e em postos elevados na hierarquia, era rara e até certo ponto hostilizada [...] Aí se situa precisamente seu pioneirismo: trata-se de percorrer caminhos inéditos (para uma historiadora e para uma mulher), ainda que possíveis nas situações históricas específicas.” SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. *Op. cit.* p. 259.

leitura do livro *Mulheres na USP*, busca resgatar Alice num esforço semelhante ao do livro de dar voz às mulheres, sugerindo que ela e as outras convidadas são “as pioneiras da mudança dos caminhos subterrâneos das mentalidades coletivas”,<sup>273</sup> uma imagem heroicizada da historiadora, centrada em uma vaga noção de pioneirismo e no aspecto excepcional da trajetória de Alice, é revivificada.<sup>274</sup>

A leitura e análise de Carmem Liblik do depoimento de Alice, por outro lado, é mais interessante e aprofundada, uma vez que a autora considera as condições de produção e as diferentes temporalidades do relato. Contudo, ainda que Liblik destaque que Alice Canabrava conquistou prestígio e reconhecimento em função da qualidade de seus trabalhos, ela promove uma certa generalização da experiência e da produção intelectual da historiadora quando sugere que, como outras, “para poderem ser aceitas, tornaram-se as vestais dos grandes autores, reproduzindo as mesmas análises no quadro das teorias constituídas”.<sup>275</sup>

Alice Canabrava, como demonstrou Otávio Erbereli Junior, empreendeu uma análise do processo de industrialização de São Paulo que demonstrou expressiva autonomia frente aos trabalhos dos famigerados intérpretes do Brasil (Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre). Mesmo sendo muito tributária das interpretações propostas por esses intelectuais, ela inovou em sua investigação ao demonstrar que a industrialização de São Paulo se deu em um primeiro momento graças à dinâmica de mercado interno, em detrimento de uma tradição interpretativa que vinculava toda a dinâmica econômica colonial ao mercado externo, rompendo com o modelo da “grande lavoura” presente nos intérpretes canônicos.<sup>276</sup> Logo, essa leitura de

---

<sup>273</sup> ROIZ, Diogo da Silva. *A mulher na universidade*. *Op. cit.* p. 250.

<sup>274</sup> Maria Alice Ribeiro também destacou o pioneirismo de Alice em duas ocasiões, em texto de 1999, já discutido aqui, e outro de 2018. Em referência a Alice e outras intelectuais do início da institucionalização da história, Ribeiro afirmou que “por elas terem sido as primeiras a realizar estudos na área com rigor metodológico do ofício de historiador, podem ser chamadas ‘as Pioneiras’” RIBEIRO, Maria Alice. “Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica”. In: SAES, Alexandre; SAES, Flávio; RIBEIRO, M. A. *Rumos da História Econômica no Brasil*. *Op. cit.* p. 144. A compreensão do pioneirismo de Alice aparece também no texto: MELO, Hildete Pereira; RODRIGUES, Lígia M. C. S. *Pioneiras da Ciência do Brasil*. Disponível em <http://cnpq.br/pioneiras-da-ciencia-do-brasil>. Acesso em: 28 jun. 2021.

<sup>275</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua*. *Op. cit.* p. 73.

<sup>276</sup> “O processo de autonomia intelectual assim tornou-se, em nosso entender, a marca da trajetória da historiadora acadêmica que iniciou sua produção no final da década de 1930, acompanhou as discussões e debates das décadas seguintes, atualizou o seu instrumental com a história quantitativa, e pelos resultados obtidos teve a capacidade de estruturar um outro modelo explicativo: a existência de processo de acumulação mercantil via comércio inter-regional em região periférica aos centros da economia e

um pretense ajustamento intelectual da historiadora às teorias já estabelecidas para se afirmar entre os pares, restringe uma compreensão mais fundamentada de suas efetivas contribuições intelectuais.

Para além disso, Liblik, ao fim de suas considerações sobre o testemunho de Alice e suas condições de produção, acaba por sacralizá-la ao afirmar que a historiadora “constrói uma imagem de si mesma no passado bastante coerente com a trajetória que construiu e de alguém que sabia o que desejava, sem medo. Ela tece uma narrativa de si lembrando que naquela menina e depois jovem mulher já havia um projeto”, este assentado “no terreno da coragem, da luta e da ambição”.<sup>277</sup>

Entendo que, em suas memórias, Alice efetivamente buscou dar sentido às suas ações pretéritas em coerência a um projeto de vida. Contudo, amparada em Gilberto Velho, compreendo que estes se formulam invariavelmente no momento de elaboração das memórias, no presente, atuando também na construção de uma identidade plausível.<sup>278</sup> Portanto, na presunção de apresentar um sujeito coerente e exemplar, sugerir que Alice Canabrava agiu desde sempre em função desse projeto excepcional de resistência é cair, de certa forma, nas artimanhas da memória.<sup>279</sup> Por ser, na verdade, fragmentado, o indivíduo está constantemente deslocando seu sentido de identificação e sua identidade constituindo-se e reconstituindo-se permanentemente no plano político.<sup>280</sup>

Em minha leitura das memórias de Alice, que explorarei mais profundamente no próximo capítulo, para além da análise das denúncias e narrativas da historiadora sobre os constrangimentos que sofreu, procuro investigar algo mais entramado no que diz respeito ao modo como as hierarquias de gênero fundamentam a construção da imagem do historiador ideal por Alice Canabrava. Não é por ser mulher e ter vivenciado uma série de constrangimentos que seus discursos são isentos de orientações hierárquicas em termos

---

administração na colônia e no império” ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.* p. 100.

<sup>277</sup> LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua*. *Op. cit.* p. 99.

<sup>278</sup> VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003, 3ª ed.

<sup>279</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1. p. 31-47, jan/jun. 2005.

<sup>280</sup> KUCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia. A Categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. *Op. cit.* p. 76.

de gênero. Mais potente do que resgatar é questionar como o gênero conduz também a produção do saber.

Para superar fronteiras do gênero como estruturante das relações desiguais no ambiente acadêmico, portanto, é preciso desconstruir as lógicas de silenciamento nas produções do cânone, mas também questionar seu papel na produção do conhecimento histórico, dos modelos e das auto-imagens<sup>281</sup> de historiadores, empreendendo um questionamento teórico mais radical das bases conceituais e premissas epistemológicas da história e da história da historiografia.<sup>282</sup>

---

<sup>281</sup> PAUL, Herman. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*. n. 59-60, 2011a. p. 157-170.

<sup>282</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Op. cit.*

### Capítulo 3 - “Quando acabei o curso não desejava outra coisa a não ser, ser...”:<sup>283</sup> o relato de si nas memórias de Alice Canabrava

É nas reticências da fala de Alice Canabrava, que dá título a esse capítulo, que a análise a seguir se formula. Na ocasião da entrevista ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo, em 1981, ao ser interpelada inicialmente a elaborar uma breve autobiografia de sua vida, Alice deixou escapar uma dúvida quanto a esse “ser” que ela tanto desejava ao final do curso de geografia e história. A incerteza estava entre ser historiadora ou geógrafa, e como sua trajetória profissional deixa ver, a opção foi pela história.<sup>284</sup>

Ainda que essas reticências comportem duas possibilidades específicas e localizadas de “ser”, elas também abrem espaço para um questionamento sobre os regimes de verdade que definiram quais maneiras de “ser” eram inteligíveis ou não dentro de cenas específicas de reconhecimento, nas quais Alice transitou ao longo de sua trajetória acadêmica. O indivíduo que relata a si mesmo, como sugere Judith Butler, na tentativa de se fazer decifrável para ele mesmo e para os outros, busca enquadrar-se numa forma de racionalidade que é anterior e externa ao “si mesmo”, que têm caráter social e estabelece normas sociais de reconhecimento. Nessa perspectiva, “nenhum ‘eu’ pertence a si mesmo”, pois ele é sempre resultado de uma interpelação do outro. Desse modo, o “eu”, seu sofrer, seu agir, seu dizer e conhecer, acontece em um emaranhado de relações sociais.<sup>285</sup>

Butler reflete sobre a constituição do si mesmo em um plano geral. Neste trabalho, no entanto, aproprio-me de suas reflexões para pensar os regimes de verdade que Alice experimentou na USP e que definiam quem poderia ou não ser historiador nessa cultura de memória acadêmica específica, que a interpelou em seus exercícios de relatar a si mesma. As culturas de memória, como indica Hermann Paul, servem ao propósito de legitimar práticas acadêmicas contemporâneas e se sustentam na elaboração de mitos fundadores, dentre eles na atribuição do *status* de “pai da história” a figuras célebres do

---

<sup>283</sup> CANABRAVA, Alice. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>284</sup> A geografia, no entanto, permaneceu tendo importância em seus estudos. Após uma pergunta do geógrafo José Ribeiro de Araújo Filho na entrevista de 1981, sobre a posição dos historiadores em relação à geografia, Alice refletiu prolongadamente sobre a importância da interdisciplinaridade nas pesquisas de ciências humanas. Para ela, “deve[ria] haver unidade, uma comunhão entre elas, deve[ria] haver diálogo, deve[ria] haver uma fecunda colaboração”. *Idem.*

<sup>285</sup> BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. *Op. cit.* p. 149 a 167.



campo historiográfico.<sup>286</sup> É por meio dessas culturas de memória, segundo Paul, que os historiadores produzem autoimagens de si mesmo.

Nos três textos de memória elaborados por Alice ao final de sua vida, observa-se uma preocupação da historiadora de produzir essas autoimagens ancoradas em certas culturas de memória. No entanto, em cada um desses relatos, as condições de enunciação e as cenas interpelativas comportaram especificidades que influíram nas autoimagens que Alice forjou de si.

Na entrevista de 1981, Alice Canabrava foi uma dentre os vários entrevistados do projeto *Estudos Brasileiros*, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS/SP), que tinha como objetivo a gravação de depoimentos de intelectuais brasileiros que se destacaram na pesquisa em humanidades voltadas ao estudo da realidade nacional. Além de Alice, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda são alguns nomes que também figuram entre o corpo de entrevistados. Aqui é importante ressaltar que Alice foi a única mulher convidada. O texto autobiográfico de 1984, por outro lado, como já tratado no capítulo 2, foi fruto de um projeto de Alice Lang e Eva Blay que buscava reunir depoimentos de mulheres que fizeram sua carreira na USP desde a graduação até a atuação profissional. Nesse projeto, Alice esteve exclusivamente ao lado de mulheres.

Por fim, há a entrevista de 1997, organizada pelo ex-orientando de Alice Canabrava, Flávio Saes. Não se tem acesso às perguntas feitas a Alice, mas pela relação entre ela e o entrevistador, o tom da conversa foi orientado pela consideração da historiadora como mestre e a entrevista constituiu-se como uma tentativa de reconstruir os caminhos que levaram Alice ao lugar de destaque que alcançou ao fim de sua trajetória. Nessa entrevista, Alice se referiu intensamente a Fernand Braudel como modelo de historiador ideal em todos os pormenores de sua prática historiográfica, seja em relação ao ensino, seja em relação à pesquisa. É fundamental à análise que se segue destacar que Alice elaborou as memórias dispostas nos três textos e foi interpelada a narrar-se quando já figurava como uma historiadora de destaque.

Focando nesses textos, e motivada pelas reflexões teóricas aqui levantadas, surgem as questões que orientam este capítulo: como Alice elaborou a si mesma enquanto

---

<sup>286</sup> PAUL, Hermann *Fathers of History: Genealogies of the Historical Discipline*. *Storia della Storiografia*, n. 59-60, 2011b. p. 224-230.

historiadora? Qual autoimagem ela construiu? Quais mitos de origem Alice procurou elaborar para legitimar sua prática acadêmica? Houve um pai da história que lhe serviu como mito fundador na prática de uma moderna historiografia? Quais os vieses de gênero envolvidos na construção da imagem do historiador ideal? O relato que Alice fez de si mesma contribuiu para a consolidação dos regimes de verdade que definiam a forma ideal de ser historiador ou provocou questionamentos e uma revisão dessas formas de reconhecimento?<sup>287</sup>

Seguindo o fio condutor dessa dissertação, neste capítulo também questionarei as identidades pretensamente estáveis, buscando atentar-me para o caráter transitório da afirmação desses pertencimentos. Para tanto, levarei em consideração a elaboração identitária que Alice fez de si mesma e as cenas de reconhecimento<sup>288</sup> que acomodaram não só a ela, mas também aos outros que a interpelaram. Certamente, como diz Durval Muniz Albuquerque, aquele que se diz um, comporta muitos outros.<sup>289</sup>

### **1. “Deixei correr os dedos na máquina de escrever, ao leve toque das reminiscências”<sup>290</sup>: a dimensão memorial de uma experiência**

É certo que a posição de destaque que Alice Canabrava assumiu no campo historiográfico, em função de sua vasta e importante produção intelectual, preparou um solo fértil ao seu relato de si. Não em vão, as interpelações a ela foram várias. E seus relatos são dotados de um teor afetivo sobre o ato de rememorar sua vida, especialmente o texto autobiográfico de 1984.

Em seus textos, Alice assumia uma postura que variava entre a humildade quanto à importância de suas contribuições aos estudos brasileiros e a consciência do seu papel

---

<sup>287</sup> “Quando agimos e falamos, não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que fala, sujeitando-os à ruptura ou à revisão, consolidando suas normas ou contestando sua hegemonia”. BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. *Op. cit.*

<sup>288</sup> Utilizo essa expressão no sentido discutido por Butler, entendendo que, “o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento” *Idem*, p. 35.

<sup>289</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas. História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre; BISSO, Benito Schmidt (orgs.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 31.

<sup>290</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 104.

de destaque nesse campo. Na entrevista de 1981, ela afirmou que sua vida não merecia um livro de memórias. Três anos depois, no entanto, não hesitava em declarar:

Sempre pensei na possibilidade de um relato sobre minha vivência como aluna e professora da Universidade de São Paulo, a ser preservado como testemunho, eventual subsídio para a história das mentalidades em nosso país. Entusiasmei-me logo pela idéia, consciente, como historiadora, do papel que pode ter a contribuição memorialística na reconstituição do passado.<sup>291</sup>

A memória aparece nesses textos como uma fonte útil à reconstrução do passado tal qual ele foi, especialmente quando elaborada por uma historiadora. Alice se posicionava nesse debate: “como historiadora, não vejo razão para reduzir o testemunho a referências vagas que podem dar margem a suposições não corretas, puramente imaginativas”.<sup>292</sup> Não estava em discussão para ela o teor ficcional e imaginativo de toda elaboração memorialística. Os relatos e testemunhos sobre o passado estariam, em seu olhar, dotados de um *status* de sedimento e substância, sendo, conseqüentemente, estáveis.

Desse modo, as cartas seriam lugares de arquivamento de memórias sobre o passado. Em correspondência à sua amiga Maria Celestina, datada de 1985, Alice, além de comentar sobre as memórias que compartilhou em seu texto autobiográfico, relacionadas à experiência como aluna da FFCL, refletiu sobre o papel de acervo de memórias das correspondências:

...você, como eu, tem o bom hábito de guardar as cartas recebidas – com a distância no tempo, tornam-se cada vez mais preciosas; além disso, podemos sentir o passado de novo, repensá-lo, agora com o enriquecimento da experiência e a perspectiva dos anos.<sup>293</sup>

Chama a atenção o fato de que Alice, na década de 1980, passou a copiar em papel carbono todas as cartas que enviava a seus remetentes. Esse hábito faz pensar sobre uma possível intenção de arquivar sua própria vida, objetivando construir uma certa memória de si para a posteridade. Otávio Erbereli Junior, no entanto, sugere que esse arquivamento provinha mais de uma gestão de sua correspondência do que necessariamente da intenção

---

<sup>291</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 85.

<sup>292</sup> *Idem*, p. 104.

<sup>293</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. São Paulo, 20 jan. 1985. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-TORR-005.

de deixar ao futuro uma memória de si e sobre si.<sup>294</sup> Em sua carta-testamento, endereçada à irmã Clementina Canabrava, Alice pedia que, em caso de morte repentina, seu testamento fosse modificado quanto à doação de seus livros. Ela solicitava à irmã que vasculhasse seus materiais antes de doá-los (ao IEB, não mais à FEA/USP, como previsto no testamento) para impedir que papéis com conteúdo particular fossem encaminhados ao arquivo. Alice pedia que todos os seus papéis “escritos à mão e à máquina (materiais de estudo, fichas de estudo, cópia de fontes etc)” fossem queimados.<sup>295</sup>

Embora iniciativas como essas indiquem uma preocupação de Alice com a gestão da sua memória, elas não são suficientes para afirmar que ela tinha a intenção de organizar um arquivo. Mas é certo que nesses processos de interpelação, que resultaram em seus textos de memória, ela construiu uma imagem de si que acessamos e investigamos hoje. A potencialidade desses textos, portanto, está na possibilidade de investigarmos os regimes de verdade que orientaram os relatos de si elaborados por Alice. De que maneira ela se comportou nesses regimes de verdade, questionando-os ou reproduzindo as cenas de reconhecimento por eles estabelecidas.

Na contramão da afirmação de Alice sobre a memória como capaz de reconstituir o passado tal qual ele foi, analisarei seus textos memorialísticos partindo da noção de Ricoeur de que toda recordação, entendida como a condensação da experiência a partir da narrativa, é descontínua e secundária e que a unidade narrativa da vida daquele que se narra é produto de um “misto instável entre fabulação e vivência”.<sup>296</sup>

A historiografia, em uma busca de afastar a subjetividade da prática científica, por muito tempo tendeu a tratar os documentos memoriais como fontes suspeitas. No entanto, essas narrativas não canônicas permitem, para além de investigar produções que problematizem a relação dos historiadores com seu ofício, produzir um campo reflexivo sobre os regimes de verdade e sobre as formas de ser e de se afirmar historiador que regem as políticas de reconhecimento dentro de certas relações e espaços intelectuais. As fontes memoriais possibilitam também analisar a forma pela qual os historiadores organizam seus investimentos pessoais para serem reconhecidos nessas cenas interpelativas. Acredito que reflexões como essa permitem um aprofundamento das discussões de

---

<sup>294</sup> Para saber mais: ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.* p. 257 a 265.

<sup>295</sup> Processo 2003.1.59.31.0. Doação do acervo Alice Canabrava. IEB/USP. *Apud Idem*.

<sup>296</sup> RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. *Op. cit.* p. 173.

gênero em perspectiva historiográfica, pensando na dimensão não só intelectual da prática historiográfica, mas também performativa.

Em síntese, a identidade que uma pessoa elabora para si está relacionada com valores, normas, ideais, modelos, heróis, nos quais a pessoa ou a comunidade à qual ela pertence se reconhece.<sup>297</sup> Desse modo, a elaboração de uma identidade historiadora ideal por Alice ocorreu em paralelo e dialeticamente à construção de si como historiadora. Ela se reconheceu em uma identidade historiadora que elaborou com o intuito de ser reconhecida pelos seus pares. Mas, afinal de contas, quem seria o historiador ideal para Alice, a quem ela se faz posteriormente imagem e semelhança?

## 2. Caricaturas de Capistrano de Abreu: o contraponto do historiador ideal

A imagem do historiador, divulgada nas caricaturas de Capistrano de Abreu, falecido em 1924 – um estudioso arcado pelo peso dos anos, as lentes grossas a denunciarem a miopia, os olhos sempre voltados para os velhos papéis, indiferente ao mundo que o cerca – é um estereótipo inteiramente falso.<sup>298</sup>

Para entender quem seria o historiador ideal para Alice Canabrava talvez seja interessante, a princípio, partir da constatação de quem ele não era, ou melhor, de quem ele se diferenciava em termos não só de prática intelectual, mas também de signos e *performances* corporais. A figura de Capistrano de Abreu, famigerado historiador brasileiro da primeira metade do século XX, constituía um estereótipo inteiramente falso do historiador da década de 1980 para Alice Canabrava. Capistrano não era dotado de uma *performance* a qual ela buscava se associar.

Se, nessa década, o estereótipo de Capistrano se afastava da imagem corriqueira do historiador, o oposto acontecia até os anos 1960:

Quando eu fiz a minha tese, a tese de 50, e mesmo nos anos 60 o pesquisador de história era um homem completamente solitário, [...] eles eram idealistas, solitários no seu gabinete. E vamos dizer, a imagem de caricatura do Capistrano de Abreu, do homem mergulhado em livros e com enormes óculos grossíssimos de míope, isolado do mundo, no meio daquele monte de livros e de infólios, era um pouco essa imagem, quer dizer, de ficar sozinho, sem ter ninguém [...] De

<sup>297</sup> RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. *Op. cit.*, p. 122

<sup>298</sup> CANABRAVA, Alice. *História e Economia* (1985). In: \_\_\_\_\_. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005, p. 273.

modo que ele era um isolado, completamente. Isolado também intelectualmente.<sup>299</sup>

A imagem de Capistrano erigida nessas memórias comporta algumas características específicas: o pesquisador de história era solitário em suas pesquisas, acompanhado exclusivamente dos livros; um míope, portador de óculos com lentes grossas; e, acima de tudo, um homem.<sup>300</sup> Capistrano foi um intelectual fronteiriço, mas que transitou pelo IHGB. Alice, por outro lado, formou-se em uma nova instituição que buscava se estabelecer sublinhando a diferença com o que havia até então. A superação da dita historiografia tradicional era a marca desse novo lugar, ao menos nos discursos. A ANPUH, apresentada como herdeira das universidades, se sustentava como uma associação que colocaria em diálogo os especialistas que se formavam nos recém-fundados cursos de história. Essa nova associação buscava justamente superar uma característica que Alice insistia em atribuir a Capistrano: a solidão da pesquisa.

Essa visão é, no entanto, relativamente controversa. Os próprios institutos, organizados no modelo dos seminários que se constituíram no século XIX e início do XX, tanto na Europa quanto no Brasil, se sustentaram como lugares no qual o saber científico encontrava a comunicabilidade tão fundamental ao advento da ideia da história como ciência moderna.<sup>301</sup> Reconhecer a comunicabilidade como prática presente apenas na ANPUH, portanto, seria desconsiderar o papel dos seminários, especialmente no IHGB.

De todo modo, compreender o momento em que Alice Canabrava construiu essas memórias é fundamental para entender o conteúdo delas. Nos anos 1980, os cursos de pós-graduação estavam caminhando de forma mais estruturada, uma nova e mais encorpada cultura acadêmica universitária delineava seus traços. Na USP, especificamente, buscava-se fundamentar uma “escola uspiana de história”.<sup>302</sup> Para

---

<sup>299</sup> CANABRAVA, Alice. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>300</sup> Tratarei do aspecto de gênero mais adiante.

<sup>301</sup> De acordo com Daston, o princípio da comunicabilidade foi fundamental aos seminários dos historiadores do século XIX, responsáveis por fundamentar cientificamente a história. A objetividade era o valor primordial dessa história científica. E, para combater as particularidades individuais e produzir essa visão global, os historiadores deveriam reunir-se em comunidades científicas onde comunicariam os resultados alcançados a partir do uso de métodos e procedimentos compartilhados e padronizados. A comunicabilidade seria responsável pela produção de uma “verdade” científica. DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. *Op. cit.* Bonnie Smith também discutiu essa questão: nos seminários do século XIX, “cada pessoa agia no interesse da coletividade. Por um lado, seu trabalho os tornava autônomo; por outro, eles renunciavam à individualidade em favor de uma irmandade comum de profissionais.” SMITH, Bonnie. *Gênero e história*. *Op. cit.* p. 237.

<sup>302</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERLINI, Vera Lucia Amaral; GLEZER, Raquel. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.

sustentar essa nova tradição, a historiografia ali praticada foi associada aos professores que compuseram a chamada missão francesa. No final do século XX, a presença da historiografia francesa dos *Annales* tornava-se ainda mais evidente no Brasil<sup>303</sup> e recorrer à Braudel, Febvre e Monbeig era interessante à elaboração memorialística dessa nova tradição. As disputas entre os conceitos de moderno e tradicional que aparecem incessantemente nas memórias de Alice estavam em debate no contexto em que ela rememorou sua carreira.

Nesse cenário, enquanto criticava esse estereótipo do historiador isolado, associado a uma historiografia ultrapassada, Alice produzia uma outra imagem do historiador ideal, propriamente “moderno”:

Aulas maravilhosas de História, cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil. A exposição oral acompanhava o esquema que ia sendo apresentado no quadro negro; os eventos e a interpretação, sempre que possível, associavam-se ao quadro geográfico apresentado em rápidos ‘croquis’; a bibliografia especializada complementava a geral, dada no início do curso. Aprendíamos – e o professor insistia muitas vezes – que uma boa exposição oral, aula ou conferência, devia desenvolver apenas três pontos fundamentais, complementares entre si, excepcionalmente quatro, nunca uma pluralidade de ideias, por mais brilhantes que fossem. Acostumados a conhecer as grandes figuras da História apenas pelos seus nomes, datas e alguns eventos, sobretudo guerras e batalhas, ficávamos fascinados com a nova perspectiva, a de conhecê-los e interpretá-los sempre que possível, com auxílio de textos de autoria própria, biografias ou estudos especializados. A leitura destes, pelo Mestre, constituía-se em inesquecível mostra de uma faceta de ator – a dicção perfeita, as variações da voz, a expressão da fisionomia. Ao se despedir, ao término de cada aula, com o indefectível *la suite, à la prochaine fois*, desolávamos a interrupção. Vivíamos em permanente estado de encantamento, todos os estudantes, sem distinção, a justificar o designativo que, muito depressa, firmou-se com respeito ao professor de História: *le prince charmant*”.<sup>304</sup>

O nome próprio do sujeito que Alice descreve nessa cena é dispensável ao leitor que se envereda pelas memórias da historiadora. Sua onipresença é inquestionável nesses relatos, talvez por isso ela não tenha se preocupado em efetivamente nomear esse tal príncipe encantado em toda a longa cena narrada (assim como nos parágrafos seguintes). Havia para ela um único Mestre historiador, assim mesmo, com a primeira letra em

<sup>303</sup> FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90. In: Cesar A. B. Guazzelli. (Org.). Questões de teoria e metodologia da história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, v., p. 27-40.

<sup>304</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 92.

maiusculo, quase um nome próprio com potencial de substituir aquele outro mais corriqueiro: Fernand Braudel.

A “nova perspectiva” descrita por Alice, caracterizada como uma história mais atenta à interpretação e ao diálogo com a geografia, se aproximava em muito dos valores associados pela historiadora (e por outros de seus pares uspianos no momento de elaboração dessas memórias) aos *Annales*.<sup>305</sup> Não à toa, apenas os franceses aparecem em suas lembranças acompanhados do pronome mestre, responsabilizados por promover uma verdadeira mutação na historiografia brasileira, mas também (e talvez especialmente) no ensino da história:

em primeiro lugar, [estavam] os grandes mestres franceses. O Professor Paul Fernand Braudel<sup>306</sup> ministrava os cursos de História Geral [...], Pierre Monbeig, as de Geografia [...] A metodologia dos mestres franceses, sua personalidade, seu interesse pelo país, as relações de cordialidade afetiva e compreensão, e mesmo de estima pessoal que mantinham com os estudantes os distinguiam dos demais professores.<sup>307</sup>

Do lado oposto ao da modernidade expressa pelos franceses, aparecem os brasileiros. Alice destacou recorrentemente Afonso Taunay e Plínio Ayrosa como contraponto à novidade apresentada por Braudel e Monbeig. Segundo a avaliação da historiadora sobre Taunay e Ayrosa, “como professores eram antiquados”,<sup>308</sup> uma vez que, em suas aulas, “o aprender, habitualmente, se resumia em repetir o professor com base em apontamentos de aula, o ensino, puramente verbal, sem qualquer outro recurso, o formalismo solene nas relações entre professor e aluno”.<sup>309</sup> Para além do ensino, a crítica a Taunay se fazia também na pesquisa.<sup>310</sup>

No entanto, essa noção do pioneirismo de Braudel no ensino da história associado aos *Annales*, a qual Alice é responsável também por fomentar, pode e deve ser contestada, como o fez Aryana Costa. Segundo a historiadora, Braudel esteve compassado com certas

---

<sup>305</sup> Ver discussão feita no capítulo 1.

<sup>306</sup> É curioso o fato de Alice empregar o nome completo de Braudel ao referenciá-lo. Seria uma forma de mostrar um conhecimento maior do historiador do que em geral as pessoas detinham?

<sup>307</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 91.

<sup>308</sup> \_\_\_\_\_. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>309</sup> \_\_\_\_\_. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 95.

<sup>310</sup> “Meu gosto pela pesquisa não vem do Taunay. Ele não era um grande professor. O seu grande mérito foi ter sido um compilador incansável [...] Mas não possuía a versatilidade de um Capistrano de Abreu, muito mais profundo do que o Taunay nas implicações sociais”. \_\_\_\_\_. *Minhas Reminiscências*. *Op. cit.* p. 158.



tradições de ensino que mais o distanciaria dos *Annales* do que o contrário. Em uma conferência publicada pelo historiador em 1936, sob o título de *Pedagogia da História*, ele ressaltou uma série de aspectos fundamentais a uma boa aula de história: a necessidade do professor encantar seus alunos a partir de uma narrativa sedutora; a primordialidade da relação de proximidade com os estudantes para o encantamento necessário; a clareza na exposição dos poucos tópicos que deveriam ser trabalhados em uma aula; e o recurso à geografia no ensino da história (aspecto talvez mais próximo das preocupações dos *Annales*). Em síntese, Braudel sugeria que bons professores de história eram aqueles que lançavam mão de uma encantadora narrativa histórica. A personalidade do professor era o que estava em jogo para Braudel (e, não surpreendentemente, é o que destaca Alice ao lembrar de suas aulas).

De acordo com Aryana Costa, essa estratégia de Braudel estava diretamente ligada aos cursos dos liceus franceses, um modelo de aula dominante no século XIX na França.<sup>311</sup> Nesse modelo, o foco do ensino estaria na figura do professor que deveria dispor de uma personalidade encantadora e sedutora: aí estaria o êxito no ensino da história. Esse modelo de aula estaria muito mais associado aos métodos de ensino defendidos por Charles Seignobos e Ernest Lavisse, do que à escola dos *Annales*. É preciso, portanto, redimensionar o caráter extraordinário desses conselhos de Braudel.<sup>312</sup> Alice, assim como outros historiadores, tenderam a atribuir-lhe um pioneirismo pedagógico associando tal novidade aos *Annales*, no entanto, como o próprio Braudel afirmou em sua conferência, “seu relógio [estava] acertado com a hora de todo mundo”<sup>313</sup> e a hora de todo mundo ainda não era aquela dos *Annales*, ao menos não antes da segunda metade do século XX.

De todo modo, estivesse o ensino da história de Braudel associado aos *Annales* ou não, são os franceses que representam a inovação nas memórias de Alice. Ainda que

---

<sup>311</sup> “As qualidades de uma boa aula, descritas pelos relatórios dos inspetores de educação, frequentemente se traduziam em qualidades pessoais; para o caso da história, as de um bom narrador, o que: a) reforça o foco no professor, em detrimento do aluno, para o sucesso de uma aula e b) remete fortemente à aula ideal descrita pelo prof. Braudel em sua conferência em São Paulo.” COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 192.

<sup>312</sup> Para saber mais ver: *Idem*, p. 183 a 196.

<sup>313</sup> BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. *Apud idem*, p. 181.

Pierre Monbeig figure juntamente à Fernand Braudel nessas lembranças, o geógrafo adquire papel secundário.<sup>314</sup>

Seria Braudel então a nova caricatura do historiador ideal? Àquele a quem Alice se constrói imagem e semelhança? Certamente. A forma de ser historiador de Braudel, suas *performances* corporais, assim como as práticas cotidianas de produção e ensino da história se transformam no foco das narrativas de Alice Canabrava. E é nesse apreço de Alice por Braudel que buscarei demonstrar como maneiras arquetípicas de ser historiador estão prescritas nas identidades que concedemos aos sujeitos.

### 2.1. “*Le prince charmant*”<sup>315</sup>: o historiador ideal

Quando comecei a escrever, tinha letra muito grande. Braudel disse-me que deveria usar letra pequena pois assim perdia-se menos tempo para escrever. A letra dele parecia um grão de areia de tão pequena.

O Prof. Braudel dizia sempre que um bom artigo requer várias ‘edições’ para sair numa linguagem correta.

O Prof. Braudel sempre repetia: ‘penir dans les archives’. Eu pessoalmente sempre repousei em documentos.

Creio que o gosto que adquiri pela História Econômica possa ter sido influência de Braudel.

Nunca fui à aula sem ter um plano. Sempre segui as recomendações do Prof. Braudel: deve-se abordar três pontos fundamentais ou no máximo quatro em cada aula, reservar um espaço ao término da aula para um resumo final.<sup>316</sup>

Das estratégias corriqueiras do cotidiano da produção intelectual, passando por aspectos fundamentais à metodologia de pesquisa e chegando ao ensino, Alice tem Fernand Braudel como modelo de professor e historiador, a quem ela atribui a origem de suas práticas intelectuais. Braudel é certamente o nome mais citado na entrevista de

---

<sup>314</sup> “Eu tive dois grandes professores que influenciaram muito minha formação intelectual. O primeiro deles foi Paul Fernand Braudel. Ele ensinava e conquistava as pessoas pelo encantamento. Não devemos nos esquecer de que nós vínhamos de uma geração em que o professor era ‘magister dixit’, ou seja, o professor em cima e os alunos lá em baixo. No entanto, Braudel era diferente. Muitas vezes ele nos convidava para tomar chá [...] As preleções do professor Braudel eram encantadoras. Ele traçava as grandes linhas da civilização e não se detinha nos detalhes”. CANABRAVA, Alice. *Minhas Reminiscências*. *Op. cit.* p. 157. Ainda que a historiadora lembre dos dois grandes professores, ela discorre apenas sobre Braudel e isso se repete em outros momentos de seus relatos. Em diversas ocasiões ela cita os dois, mas ao longo da narrativa, Monbeig se perde.

<sup>315</sup> \_\_\_\_\_. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 92.

<sup>316</sup> \_\_\_\_\_. *Minhas Reminiscências*. *Op. cit.* p. 157 a 162.

1997.<sup>317</sup> Não são suas obras, contudo, as personagens centrais dessas memórias, mas sim sua prática historiadora: o estímulo à escrita em letra miúdas; a insistente permanência nos arquivos; a releitura constante dos textos; o gosto pela Economia; o planejamento das aulas.

A consideração de Braudel como mestre não é exclusiva das memórias de Alice. Nas décadas de 1980 e 1990, o historiador, para uma memória disciplinar mais ampla, aparece como uma espécie de “pai da história”, senão brasileira, certamente uspiana. Ainda que os *Annales* nas décadas de 1930 e 1940 não tivessem a força que vão adquirir no pós-guerra, no momento de elaboração dessas memórias, eles ocupavam lugar de destaque na cena internacional da historiografia e um dos nomes dessa corrente que se tornou célebre na segunda metade do século XX foi justamente o de Braudel, o mestre de Alice Canabrava.

Como sugere Hermann Paul, a metáfora do “pai da história” é conjuntural e em cada caso certos elementos são destacados para valorizar aquele que é eleito como patrono intelectual.<sup>318</sup> No caso de Alice, a valorização de Braudel nas décadas finais do século XX está diretamente relacionada a um esforço de legitimação de certas práticas e modos de ser historiador. O que está em jogo nessas lembranças é a elaboração de uma personalidade acadêmica de Braudel a partir da qual ela construirá a sua própria.

As memórias que se constituíram sobre Alice em termos de aproximação teórico-metodológica com os *Annales* têm certamente sua sustentação nos textos memorialísticos destacados aqui. Em todos os seus textos de memória, a historiadora empreendeu uma valorização dessa nova forma de se produzir história, assentada nos métodos e teorias da *Nouvelle Histoire* dos *Annales*. Ao final da entrevista concedida em 1981 ao MIS/SP, por exemplo, Alice afirmava que ela e outros professores da USP eram “filhos da pesquisa histórica da França por causa dos grandes professores que tivemos”.<sup>319</sup> Contudo, integrando a primeira geração de historiadores formados na FFCL, Alice atuou ao lado de intelectuais como Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d’Oliveira França que, como sugere Aryana Costa, tiveram papel mais expressivo como facilitadores das relações entre figuras como Febvre e Braudel com pesquisadores brasileiros do que necessariamente na

---

<sup>317</sup> É possível que o próprio entrevistador tenha frequentemente questionado sobre Braudel, como não temos acesso às perguntas, essa possibilidade permanece em aberto.

<sup>318</sup> PAUL, H. *Fathers of History*. *Op. cit.*

<sup>319</sup> CANABRAVA, Alice. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

aplicação exclusiva de métodos de pesquisa ensinados por estes.<sup>320</sup> A preocupação nesses textos de memória de Alice, portanto, é mais a de anunciar uma filiação do que de fato realizá-la exclusivamente.<sup>321</sup>

No texto de 1984, Braudel é mais lembrado pela historiadora no que diz respeito ao ensino de história. Talvez pelo caráter autobiográfico desse texto, criando a possibilidade de uma escrita mais poética, Alice lançou mão de uma série de adjetivos para narrar a experiência que teve com o francês: “Aulas maravilhosas de História, cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil”.

A adjetivação da figura de Braudel não parava por aí. O historiador, além de apreciado por práticas corriqueiras do ensino e da pesquisa em história, é lembrado também por sua existência corporal, sua desenvoltura, seus gestos, seu trato e tudo aquilo que cobria esse corpo historiador:

Sim, encantador, não apenas pelo magnetismo das aulas, mas também pelo trato e aparência. Chegava às aulas com luvas de couro na mão, jogadas com naturalidade sobre a mesa, o terno sempre escuro de linhas perfeitas, a gravata em harmonia, todo o conjunto se coadunava em elegância sóbria. O refinamento no trato conjugava-se com a atitude espontânea e afável de nos deixar à vontade, sem um tanto inibidas, a tropeçar em nosso francês malfalado. Vencíamos aos poucos o formalismo das relações entre aluno e professor, mas este perseverava no vestir, fiel ao padrão convencional: comparecíamos às aulas de luvas e chapéu, meias e sapatos de salto alto, os rapazes de terno completo com colete, gravata e o chapéu, que, respeitosa, depositavam na cadeira ao lado. O professor invariavelmente gentil, sempre com uma palavra afetuosa e amiga para cada aluno, ansioso para conhecê-lo mais de perto.<sup>322</sup>

O corpo, sem dúvida, ocupa um lugar de destaque nessas memórias. De Braudel em primeiro lugar, vestido com terno escuro de linhas perfeitas, com a gravata em harmonia e que, em um ato final de consagração da sua imagem quase sublime, retira suas luvas com naturalidade jogando-as sobre a mesa. E depois dos alunos, projetos de

---

<sup>320</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 123.

<sup>321</sup> Como já discutido no capítulo 1, Alice Canabrava foi uma historiadora fronteira, entre mundos, localizando-se no entremeio entre uma produção propriamente universitária – tratada como moderna e *annalista* pela memória disciplinar uspiana – e aquilo que se produzia fora dessa emergente instituição – situado discursivamente no polo da tradição. ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos*. *Op. cit.*

<sup>322</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 92.

historiadores que se vestiam à altura do Mestre. Os atributos que Alice garante ao francês estão diretamente ligados a uma *performance* corporal de Braudel.

Esse corpo, no entanto, não deve ser entendido como um substrato, matéria natural e neutra. Pelo contrário, partindo do princípio de que o corpo é sempre efeito de investimentos socioeconômicos e históricos sutis e ao mesmo tempo complexos,<sup>323</sup> entende-se que a produção de corpos-homens e corpos-mulheres se dá por uma sofisticada tecnologia social heteronormativa de gênero.<sup>324</sup> Os gêneros são incorporados performaticamente nos corpos, por reiteraões contínuas, ele adquire vida nos sinais, nos gestos e nas roupas que os corpos exibem, em uma estilística definida como apropriada, estabilizando, dando visibilidade e a falsa ideia de naturalidade a esses corpos.<sup>325</sup>

Em meio a reflexões sobre a histórica marginalização das mulheres dos espaços de poder e do papel fundamental que as vestimentas e certos comportamentos tiveram para que algumas mulheres acendessem a postos de destaque,<sup>326</sup> Mary Beard em seu manifesto “Mulheres e Poder”, tem uma frase potente à reflexão que proponho aqui. A autora afirma que sua

premissa básica é que o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino. Se fecharmos os olhos e tentarmos conjecturar a imagem de um presidente ou – para passarmos ao âmbito do conhecimento – um professor, o que a maioria de nós vê não é uma mulher.<sup>327</sup>

O que esses textos memorialísticos de Alice permitem presumir é que, talvez, se fosse pedido a ela que fechasse os olhos e descrevesse a imagem de um historiador, possivelmente a caricatura imaginada seria a de Braudel.

O fato de Braudel ser um célebre historiador com quem Alice teve contato durante sua formação é certamente um motivo decisivo para a construção do historiador ideal

---

<sup>323</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. *Op. cit.*

<sup>324</sup> DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender, essays on theory, film and fiction*. Bloomington, Indiana: Univ. Press, 1987.

<sup>325</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. *Op. cit.* p. 69.

<sup>326</sup> “Aqueles que conseguem se fazer ouvir adotam, muitas vezes, algum tipo de atitude ‘andrógina’, como Mécia no Fórum ou Elizabeth I em Tilbury, deliberadamente imitando aspectos da retórica masculina. Foi o que aconteceu com Margaret Thatcher quando fez exercícios vocais específicos para tornar sua voz mais grave, para adicionar o tom de autoridade que seus assessores consideravam inexistente em sua voz estridente.” BEARD, Mary. *Mulheres e poder*. *Op. cit.*

<sup>327</sup> *Idem.*

fundamentado em sua figura. Mas, para além disso, a provocação que faço é a de que, sendo a materialidade do corpo efeito de um poder, ao falar sobre a aparência de Braudel, estilizar suas vestimentas, sustentada em uma caricatura masculina e também europeia, Alice produz indiretamente uma imagem generificada e colonialista do historiador ideal.

Fernand Braudel não é somente homem, mas também francês, *le prince charmant*. O *status* histórico de centralidade da Europa como o lugar do saber e do conhecimento foi construído e legitimado ao longo do processo colonialista. Essa relação de poder gestada no século XV se manteve, no entanto, mesmo após o rompimento político expresso nas independências da América. A colonialidade prescreve ainda hoje (e certamente no século XX) o padrão hegemônico do poder e do conhecimento: branco, europeu e masculino.<sup>328</sup> Além disso, a França no início do século XX figurava expressamente como a nação das Luzes, do saber e da modernidade. Valores como elegância e polidez estavam diretamente associados aos franceses. É sintomático, portanto, que esse historiador ideal seja alguém do norte global.<sup>329</sup> As dinâmicas de gênero, como aponta Lugones, tomam formas específicas em contextos coloniais e pós-coloniais, pois estão entrelaçadas às dinâmicas de colonização e globalização.<sup>330</sup>

Portanto, elaborar a imagem desse historiador ideal sustentada na caricatura de Braudel é promover uma certa manutenção de regimes de verdade que fomentam a colonialidade do saber e a noção da produção intelectual como atributo masculino. Não pretendo sugerir que Alice compreendia que apenas homens estariam dotados da

---

<sup>328</sup> Como afirma Quijano: “a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, consequentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.” QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117.

<sup>329</sup> O filósofo africano Paulin Hountondji, de acordo com Raewyn Connel, sugere que, em uma perspectiva de colonialidade do saber, a atitude dos “trabalhadores do conhecimento” (intelectuais) da periferia global é sempre fundamentada na mobilização de categorias e teorias dos teóricos da metrópole, afim de autorizar e legitimar o que se produz no sul. Nesse processo de extroversão “arcabouços teóricos inteiros, terrenos de debate e problemática são importados” e tratados aqui como autoridades que constituem a disciplina. A própria imagem do intelectual acaba sendo a daquele que vem da metrópole. Nesse processo, não só as categorias e teorias são importadas, mas também o modo de ser intelectual. CONNELL, Raewyn. *A colonialidade do gênero*. In: *Gênero em termos reais*. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016, pp. 25-44.

<sup>330</sup> LUGONES, Maria. *Colonialidad y género*. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, jul.-dic., 2008.

capacidade intelectual de produzir história, mas ela certamente transitou em espaços nos quais os regimes de verdade compartilhados associavam razão e produção do saber à masculinidade.<sup>331</sup> Lembro ao leitor deste texto que os historiadores contemporâneos à Alice na FFCL não poupavam esforços em afirmar que não acreditavam no trabalho intelectual da mulher, com raras exceções, ou que a cátedra, posto de destaque intelectual na hierarquia acadêmica, quando ocupado por mulheres não parecia coisa séria.<sup>332</sup>

Alice se narrou a fim de ser reconhecida pelo outro e se o reconhecimento nesse espaço passou pela necessidade de se aproximar mais do polo masculino e europeu, então é coerente que ela assim o tenha feito. Relações de poder estão invariavelmente imbricadas no processo de relatar a si mesmo. As cenas de reconhecimento se constituem como lugares de poder, não só no plano discursivo, mas também na dimensão corporal. Como sugere Adriana Cavarero, nós só vemos e percebemos o outro que nos constitui porque ele existe corporalmente exposto.<sup>333</sup> Assim, quando Alice diz a verdade sobre si ancorada em uma imagem masculinizada do historiador, ela também exerce poder no discurso, legitimando certos regimes de verdade e tornando-se replicadora desse discurso. Processo complexo no qual ela reproduz um regime de verdade que a exclui. No entanto, se Alice tivesse optado por questionar essas formas de reconhecimento, perguntar o que elas deixavam de fora, ela estaria correndo o risco de não ser reconhecida como historiadora, estaria colocando em questão a verdade de si mesma.<sup>334</sup>

Igualmente por ser parte fundamental às cenas de reconhecimento, perguntar sobre o corpo do historiador é algo que se faz urgente em uma história da historiografia que se questiona sobre as identidades historiadoras, sobre o que aparece como “ser

---

<sup>331</sup> Essa lógica é gestada no início do processo de compreensão da história como ciência moderna. Como lembra Bonnie Smith, os seminários do século XIX destacavam a “virilidade” como atributo fundamental ao cientista moderno. A própria palavra seminário teria origem na ideia do poder seminal, de semear, capacidade exclusivamente masculina. Desse modo, “o uso inverterado de hierarquias de gênero para caracterizar o projeto científico moldou a prática histórica a partir de políticas normativas. A experiência do seminário como prática fundadora da história científica foi estimulante porque aproximou-se do conceito atraentemente progressista de cidadania masculina [...] assunto transparente, o estudioso ativo e realizador, uma comunidade unida de historiadores que cooperavam como cidadãos virtuosos: no século XIX, todos esses atributos do seminário começavam também a estruturar a masculinidade.” SMITH, Bonnie. *Gênero e história. Op. cit.*, p. 244.

<sup>332</sup> “Havia, como foi declarado por Alice Canabrava, um machismo consciente nos primeiros professores de História – não acreditávamos no trabalho intelectual da mulher”. Entrevista com Eduardo d’Oliveira França. 1990. *Apud* COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO. Op. cit.* p. 52. Para saber mais, ver capítulo 2 desta dissertação.

<sup>333</sup> CAVARERO, Adriana. *Relating Narratives. Apud* BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo. Op. cit.* p. 43.

<sup>334</sup> BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo. Op. cit.* p. 35.

historiador” em certas culturas acadêmicas. O corpo constitui uma das grandes lacunas da história e, conseqüentemente, da história da historiografia também. Como indica Le Goff, a história formou-se como uma narrativa desencarnada, quase sempre sem corpo. É, no entanto, preciso dar corpo à história, tal qual é preciso dar uma história ao corpo, porque as concepções sobre ele, seu lugar na sociedade, sua presença no imaginário e na realidade sofrem sempre modificações.<sup>335</sup> E aqui eu prolongo a provocação: é preciso dar corpo à história da historiografia também, aos historiadores e às suas *performances* que, para além das práticas intelectuais, engendram corpos-homens ou corpos-mulheres que promovem a manutenção ou o questionamento de certos regimes de verdade.

Nesse sentido, ainda que Alice elabore a si mesma como próxima à Braudel, há algo que a singulariza: ela permanece sendo uma mulher. Como todo ser constituído corporalmente na esfera pública, Alice é um ser exposto e singular e isso faz parte da sua publicidade, até mesmo de sua sociabilidade. Em síntese, essa singularidade organiza as formas pelas quais ela se torna reconhecível pelos outros.<sup>336</sup> Portanto, se não era possível a Alice se dissociar dessa exposição singular que ela era (uma mulher), o que ela fez para ser mais bem aceita nesses regimes de verdade que regiam quem seria ou não reconhecido como historiador? Explorarei adiante.

### 3. O “esforço inusitado”<sup>337</sup> nas memórias de Alice

Para além das práticas corriqueiras da pesquisa e ensino de história que aprendeu com Braudel, Alice também atribuiu aos franceses uma nova postura de proximidade com os alunos. Diferentemente de Taunay e Ayrosa, que “nunca falaram com os alunos”,<sup>338</sup> os franceses eram lembrados pela gentileza com os estudantes. No entanto, tal proximidade requeria também uma dedicação expressiva de Alice para alcançar o nível exigido por eles:

Para mim, os três anos do curso significaram um período trabalhoso, de muito estudo, que não conhecia domingos e feriados, nem se quer as férias [...] Dormia pouco, a estudar pelas noites adentro e, não raro, via

<sup>335</sup> LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. Uma história do corpo na Idade Média. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006, 207p.

<sup>336</sup> BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. *Op. cit.* p. 47

<sup>337</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 96.

<sup>338</sup> \_\_\_\_\_. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*



os primeiros clarões do sol que anunciavam o novo dia. Acompanhar o nível de estudo que os mestres franceses nos ofereciam requeria esforço inusitado.<sup>339</sup>

O esforço se tornou palavra-chave nessas memórias. Especialmente no texto de 1984, a narrativa que Alice faz de si, legitimando-se enquanto historiadora, está expressivamente sustentada na ideia do esforço e da excepcionalidade frente a outras mulheres. As questões de gênero, como veremos adiante, são latentes na elaboração dessas ideias. Como sugere Lidiane Rodrigues, as universidades em sua gênese eram compostas por membros que não rompiam com padrões pretéritos. Ao contrário, os importavam para o interior dela, mantendo suas vantagens. Desse modo, o trabalho assíduo e disciplinado foi tratado como a única chance das comissionadas se remediarem.<sup>340</sup>

A ideia do esforço foi, portanto, fundamental ao testemunho de superação da condição marginalizada das mulheres no acesso e produção do conhecimento, mas também ao relato de sua prática de pesquisa historiográfica, fundada em uma poética do saber<sup>341</sup> que caracterizava a historiografia dos *Annales* (mais próxima do ramo da literatura do que se pretendeu em seu ideal cientificista). Investigarei adiante esses dois sentidos atribuídos ao esforço em suas memórias.

### 3.1. “Havia crescido sem medo. Sentia-me forte, afeita à luta”<sup>342</sup>: o gênero na narrativa do esforço

Para denotar o esforço despendido para chegar no tal nível que exigiam os professores franceses, Alice Canabrava sustentou sua narrativa em descrições dicotomizadas que diferenciavam sua formação educacional e sua carreira docente

<sup>339</sup> \_\_\_\_\_. *Alice Piffer Canabrava: historiadora. Op. cit.* p. 96.

<sup>340</sup> RODRIGUES, Lidiane. "Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP". *Op. cit.* p. 50, 51.

<sup>341</sup> Segundo Jacques Rancière, a historiografia que se pretendeu “científica” por se afastar da literatura guarda muito mais laços com ela do que anuncia. A “ruptura” com a historiografia do século XIX que os *Annales* declaram é, na verdade, permeada de continuidades. Apesar de demarcarem uma distinção entre literatura e ciência, essa “nova” história bebeu intensamente na fonte da literatura, produzindo uma nova articulação entre relato (literatura) e discurso (ciência). Mesmo negando o elo literário, nessa poética do saber em que o relato do acontecimento se tornou o relato de seu sentido, a literatura permeou a interpretação do acontecimento. RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio de poética e saber* São Paulo: Editora Unesp, 2014 (160 p.).

<sup>342</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora. Op. cit.* p. 100

interiorana da educação universitária que ela adquiriu e promoveu ao frequentar a USP. O divisor de águas dessa narrativa é, sem dúvida, o curso de geografia e história, onde ela manteve os primeiros contatos com os mestres franceses.

A trajetória docente de Alice Canabrava iniciou-se em uma cidadezinha do interior paulista, Manduri. Segundo ela, era um “lugarejo em meio a um grande campo arenoso, constava de uma única rua central [...] Nenhum cinema, nem médico ou dentista [...] O único grande acontecimento diário era a chegada do trem, que vinha de São Paulo ao cair da noite”.<sup>343</sup> Anos depois, a historiadora viu a possibilidade de transferir-se para a escola de sua cidade natal, Araras. O cenário que ela construiu sobre essa cidade, um pouco mais simpática em suas memórias, permaneceu marcado pelo atraso.<sup>344</sup>

Nesses lugares, não havia, segundo Alice, “nenhuma perspectiva para alguém que desejasse prosseguir os estudos além do curso primário ou exercer qualquer outra atividade paralela.” No entanto, lançando mão da perspectiva do esforço, a historiadora narrou os caminhos alternativos que ela buscou trilhar: “passei[ou] a estudar francês com um suíço e percorri boa parte da literatura disponível sobre a ‘escola nova’, que fui adquirindo. Procurava enfronhar-me nos modernos métodos de ensino, sobretudo quanto à alfabetização”.<sup>345</sup>

Na contramão da inércia, Alice testemunhou nesses textos sua dedicação a superar a ausência de perspectiva na qual se encontrava, apresentando-se sempre como alguém que permanecia atenta às oportunidades de extrapolar as barreiras impostas. O comissionamento, como já vislumbrado, marcou a possibilidade de mudança. Quando seu relato se concentra na descrição da capital paulista e do curso de geografia e história da USP, o atraso é substituído pelo avanço, a tradicional história aprendida no curso primário e ginásial é substituída pela moderna historiografia ensinada pelos franceses: “a professorazinha do interior vivia empolgada pelo universo intelectual em que mergulhava, pela nova visão do mundo que ia assimilando, que implicava profunda revisão de valores”.<sup>346</sup>

---

<sup>343</sup> *Idem*, p. 88.

<sup>344</sup> “Transferida para Araras, minha terra natal, fui encontrá-la estagnada como a havia conhecido na minha infância” CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 89.

<sup>345</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>346</sup> \_\_\_\_\_. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.*, p. 96.

O que possibilitou, na narrativa de Alice, que a professorazinha do interior se tornasse a reconhecida historiadora econômica, foi tanto seu esforço quanto a infância excepcional que vivenciou. Efetivamente era complexo para mulheres nos anos 1930 percorrer uma carreira historicamente compreendida como masculina (como já discutido no capítulo 2), portanto, é inegável a dedicação aos estudos históricos que Alice teve que despende para se firmar como uma historiadora de destaque. Mas chama a atenção a narrativa de si como excepcional que ela elabora, especialmente no relato de sua infância.

Nas memórias de 1984, Alice justificou o sentido de narrar sua vivência anterior à experiência universitária:

Estas evocações podem parecer muito afastadas do assunto que nos reuniu aqui, mas não significam narrativa vã. Intentam mostrar o ambiente em que me movia, afastada da capital do Estado, absorvida em área de trabalho muito diferente daquela que iria escolher ao entrar na Faculdade, e intimamente sempre inconformada, a folhear todos os dias as páginas do *Diário Oficial*, em busca de uma oportunidade para me aproximar de São Paulo e continuar a estudar”.<sup>347</sup>

Lembrar e narrar sua experiência interiorana sob o signo da excepcionalidade (especialmente em relação a outras meninas), não se tratava de “narrativa vã” como exortou Alice, tinha um propósito no sentido que ela buscou atribuir à sua trajetória intelectual. Como sugere Leonor Arfuch, é comum o regate e a elaboração de mitos de origem sobre si em autobiografias, no intuito de construir um devir predestinado.<sup>348</sup>

Nesse sentido, se as universidades se formaram ainda muito ligadas a padrões patriarcais, inclusive no que diz respeito à compreensão da produção do conhecimento como tarefa masculina, e se Alice não conseguia se livrar da exposição singular que ela era (entre muitas coisas, uma mulher), faz sentido que a elaboração que ela fez de si mesma tenha se sustentado na compreensão de si como alguém excepcional em função do esforço empregado. Por isso, o relato de sua origem ao mesmo tempo sustentou a excepcionalidade e auxiliou na elaboração de um devir predestinado. Alice afirmava assertivamente ao lembrar do concurso: “havia crescido sem medo. Sentia-me forte, afeita

---

<sup>347</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>348</sup> ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

à luta, e tinha a impressão de que, em toda a minha infância e juventude, havia-me preparado, psiquicamente, para o momento [do concurso]”.<sup>349</sup>

Algo anterior aos conflitos vivenciados no concurso, segundo a historiadora, já lhe dava a força necessária para lidar com tamanha injustiça. Essa afeição à luta teria suas origens na sua infância e juventude. Ela se apresentava como uma “criança destemida, travessa, transbordante de energia e saúde. Pouco afeita às bonecas”. Aluna exemplarmente dedicada aos estudos, mas também astuta, que nos momentos de descanso investia nas brincadeiras com “as turmas de meninos”, com quem escalava muros dos quintais desocupados para apanhar fruta madura, construía diques e apostava corrida pelas ruas ermas. “Sempre boa aluna, mas travessa e inquieta, a comandar equipes e disputas de jogos, a organizar festinhas literárias à margem dos horários de aulas e de estudos”.

Além de ter caracterizado sua infância a partir de suas próprias lembranças, Alice recorreu também a uma origem anterior a si mesma:

Desde menina, ouvira meu pai, homem culto, afirmar muitas vezes sobre a ausência de diferenças de inteligência entre o homem e a mulher, que se reportassem ao sexo; tratavam-se apenas de variações individuais. Não se requerendo o dispêndio de força física, as mulheres, se preparadas, podiam executar qualquer tarefa com eficiência, sem excluir as realizações intelectuais. Minha mãe, de nacionalidade austríaca, de grande vigor físico e invulgar iniciativa, tinha sempre uma palavra de exaltação ao valor do trabalho. Insistia que deveríamos nos preparar para o desempenho de uma profissão, de modo a nos tornarmos independente economicamente quando adultos.<sup>350</sup>

O embrião de sua disposição ao trabalho e especialmente à atividade intelectual remetia a uma consciência progressista de seus pais em relação ao trabalho feminino. Não me interessa investigar a veracidade desse relato, se seus pais efetivamente dispunham de um posicionamento progressista, mas importa-me entender como essas memórias contribuem com a elaboração de um devir predestinado por Alice.<sup>351</sup> Como já discutido

---

<sup>349</sup> Outros trechos que denotam a mesma ideia: “Desde cedo aprendi a tomar decisões, a assumir responsabilidades, a sair sozinha para as compras e visitas a amigas, a viajar também sozinha, a um tempo em que as pessoas do sexo feminino não saíam à rua desacompanhas”; “Minha irmã e eu fomos as únicas meninas da cidade a prosseguir os estudos após o término do primário”; “A adolescência e os anos da mocidade, anteriores à frequência na Universidade, sempre haviam sido marcados por muito trabalho e pouco lazer”. CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 100, 101.

<sup>350</sup> CANABRAVA, Alice. *Alice Piffer Canabrava: historiadora*. *Op. cit.* p. 100.

<sup>351</sup> Recorrer a algo anterior a si não é uma coisa rara nos relatos de si. Como sugere Butler, por recorrer a normas que excedem a própria vida de quem relata a si, esse relato dá testemunho também de coisas que ele pode não ter presenciado, anterior ao seu surgimento como sujeito cognoscível. Nessas circunstâncias

no capítulo 2, a ideia de “pais feministas” e da excepcionalidade de Alice frente às meninas de seu tempo, foram compartilhados por uma memória que buscou caracterizá-la como feminista.<sup>352</sup> Por mais que Alice tenha afirmado em 1984 que não havia nada mais estranho a ela “que o desempenho do papel de heroína”, observando seu relato, sustentado na narrativa do esforço e da excepcionalidade, me pergunto se, efetivamente, esse lugar era tão estranho assim a ela. Parece-me que a estratégia narrativa para sustentar uma identidade historiadora que ela buscou atribuir a si esteve associada à elaboração de uma infância excepcional.

Em um processo de retroalimentação, o relato que Alice faz de si e as demandas que a interpelaram a narrar a si mesma contribuíram para a produção dessa figura excepcional. A narrativa de Alice sustentada na dicotomia entre rural, como lugar do atraso, e urbano, como lugar do progresso, fundamenta a vitória de uma pessoa vinda do campo. Essa leitura certamente mobiliza todo um imaginário que acaba legitimando uma visão da história como tempo do progresso e da modernização. Não que ela não tenha empreendido uma carreira promissora pouco acessível às mulheres no contexto em que se formou, mas investigar essas construções de memória é um caminho interessante para compreender as formas de ser historiador que permeavam a cultura acadêmica que ela experimentou.

Destemida, travessa, enérgica, inquieta são atributos que ela garantiu a si. Social e historicamente essas características foram associadas ao universo masculino. A filosofia clássica tendeu a considerar a emoção uma fraqueza. De Platão à Kant, a razão assume o papel do que há de melhor, a ela são associadas a ação, a energia, a inquietude. Essa

---

a narração é fabulosa, fictícia. Não no sentido de que a pessoa mente sobre si, mas que a sua narrativa começa quando já aconteceram várias coisas que as faz possível na linguagem. O si mesmo sempre se recupera, se reconstrói e encarrega-se de ficcionalizar e fabular as origens que não pode conhecer. BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. *Op. cit.*

<sup>352</sup> Para Além de Eva Blay e Alice Lang, outros intelectuais lançam mão dessas ideias. Maria Alice Ribeiro ao falar dos pais de Alice, toma como dado a afirmação de que eram abertos ao trabalho feminino: “o sobrenome Piffer era da sua mãe, nascida na Áustria, [...] de invulgar iniciativa, tinha sempre uma palavra de exaltação ao valor do trabalho”; seu pai era um ‘homem culto’” RIBEIRO, Maria Alice. “Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica”. *Op. cit.* p. 152; Flávio Saes dizia que “o sobrenome Piffer vem de sua mãe, nascida na Áustria e que, segundo a própria Alice Canabrava, estava habituada ao trabalho árduo e não via razões para a mulher se abster do estudo e do trabalho. Seu pai, com raízes brasileiras, era homem culto, afeito à leitura, e também não admitia a inferioridade feminina em relação às tarefas intelectuais. Definiram-se, assim, duas influências desde a infância de Alice Canabrava que, embora distintas, convergiam ao afirmar o valor do estudo e do trabalho para a mulher. Esse ambiente familiar certamente contribuiu para que a formação escolar de Alice – seu curso secundário – se desse em condições distintas do padrão então vigente numa cidade do interior” SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. *Idem*, p. 240.

dicotomia razão *versus* emoção foi significada por uma série de hierarquias, sendo o gênero uma delas, a partir do qual a polarização entre masculino e feminino foi incessantemente utilizada para alicerçar a diferença e significar as relações de poder.<sup>353</sup>

É indiscutível que Alice escolheu narrar suas origens aproximando-se do universo masculino, fosse na caracterização que faz de si ou nos relatos das brincadeiras que a agradavam. Aqui não está em jogo se de fato Alice foi uma criança destemida e pouco afeita às bonecas. É possível que sim, mas o que me interessa é compreender como, sutilmente, nesse relato de si que busca ao mesmo tempo o reconhecimento do outro e a elaboração de uma identidade coerente, é possível vislumbrar os regimes de verdade que Alice compartilhou e reproduziu. Extrapolando uma visão determinista que a enxerga como uma historiadora à frente de seu tempo, mas também evitando o olhar historicista que toma o anacronismo como maior risco do trabalho do historiador, é preciso compreender as cenas de reconhecimento compartilhadas por Alice e as estratégias por ela empregadas para se apresentar e ser reconhecida. Leitura esta que tende a complexificar a análise historiográfica.

### 3.2. “Penir dans les archives”<sup>354</sup>: o esforço na prática historiográfica

A ideia do esforço, como vimos acima, sustentou a legitimação de Alice enquanto mulher em um campo de saber majoritariamente masculino, mas também o aspecto metodológico da pesquisa historiográfica foi sistematicamente ressaltada pela historiadora. O esforço aparece muito associado às novas técnicas empregadas na análise das fontes e especialmente na metodologia da história quantitativa:

Posteriormente, meus trabalhos ingressaram na história quantitativa [...] Esta mudança não me intimidou, pois sendo muito trabalhadeira aquela massa incrível de dados não me impressionava. Não poderia me retirar da pesquisa. A mudança para a história quantitativa representou uma revolução na época, era um método diferente de trabalho.<sup>355</sup>

<sup>353</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. Que emoção! Que emoção? São Paulo: Ed. 34, 2016; SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria de análise histórica. *Op. cit.*

<sup>354</sup> CANABRAVA, Alice. Minhas Reminiscências. *Op. cit.* p. 157

<sup>355</sup> \_\_\_\_\_. Minhas Reminiscências. *Economia aplicada. Op. cit.*, p. 160.

Nessa nova metodologia, o trabalho do historiador consistia em interpretar um grande volume de dados estatísticos. Essa busca pela interpretação do que estava nas entrelinhas exigiria, portanto, esforço e dedicação do historiador.

Para Alice, a novidade da história quantitativa veio acompanhada dos franceses, assim como o apreço pela economia e pela sociologia, campos fundamentais à interpretação dos dados. Como sugere Rancière, essa louvada metodologia sintetizava uma poética do saber compartilhada pelos *Annales*, corrente historiográfica que, apesar de se afirmar distanciada da literatura e da historiografia do século XIX, guardava laços com ela, nutrindo vínculos com a literatura na escrita da história. A nova história se honrava por seguir a lição dos estatísticos, “de não empregar mais as palavras senão para explicar ou comentar as fórmulas”,<sup>356</sup> pela via dos sociólogos e dos economistas. Nessa busca por romper com o literário em nome da ciência, no entanto, os *Annales* articularam o relato (literatura) ao discurso (ciência).

Essa articulação se deu a partir de meados do século XX. Se comprometendo a fazer falar aqueles que estavam silenciados, os *Annales* voltaram o olhar às mentalidades estruturais. Nesse “deixar falar”, o historiador foi para a frente da cena e o saber histórico científico foi dotado de uma maneira específica de tratar a fala do outro: “ele nos faz vê-los, ou melhor, ele os vê por nós; [...] nos diz o que eles dizem, não o conteúdo, mas aquilo que está nas entrelinhas, que as fontes são impotentes em nos mostrar”.<sup>357</sup> Nessa poética do saber, o relato do acontecimento tornou-se o relato de seu sentido, centrado em uma história narrativista e não mais em uma narrativa mimética. A literatura, desligando-se da *mimesis* e da diversão, tornou a história possível como discurso da verdade.<sup>358</sup> Superar a *mimesis* seria, portanto, essencial para a manifestação da história como ciência.

Desse modo, o relato produzido nessa poética do saber exigia do historiador esforço. Os *Annales* defendiam, portanto, uma *performance* ideal do historiador: aquele que despendia horas no arquivo, desvendando o que nele se encontrava escondido. Ainda que Alice Canabrava tenha se enveredado por uma série de correntes historiográficas distintas, é inegável a maneira pela qual essa poética esteve na base da sua operação

---

<sup>356</sup> RANCIÈRE, Jacques. Os nomes da história. *Op. cit.* p. 13.

<sup>357</sup> RANCIÈRE, Jacques. Os nomes da história. *Op. cit.* p. 54.

<sup>358</sup> “A literatura dá seu estatuto de verdade à papelada dos pobres” *Idem*, p. 60.

historiográfica. O relato de Alice Canabrava sobre sua prática de pesquisa está fundado na noção de esforço e dedicação. O historiador aparece em suas memórias como um ser em sacrifício, especialmente no quis diz respeito ao trabalho com a “massa documental”.<sup>359</sup> Para ela, como aprendeu com Braudel, o historiador deveria incessantemente “penir dans les archives”.

Entre literatura e ciência se formava, portanto, o relato histórico. Alice, nessa mesma direção, entendia que “o quantitativo em história abriu avenidas enormes de compreensão [...] da qual não podemos mais recuar”, mas não deixava de destacar que, no fim, o objetivo de uma ciência humana estava “em conhecer o homem e não medir as coisas”.<sup>360</sup>

Nas memórias de Alice, paralela à ideia do esforço, outro aspecto aparece como fundamental a constituição do historiador: a vocação. Segundo ela:

O que move o pesquisador é o gosto pela pesquisa. É como na música, nas artes plásticas. Se a pessoa gosta da pesquisa, então enfrenta todas as dificuldades possíveis [...] O pesquisador revela, acima de tudo, uma vocação. É algo que não se consegue impor a ninguém.<sup>361</sup>

Antes de se esforçar no exercício da pesquisa histórica, era preciso haver uma vocação à pesquisa. O professor universitário de história, para Alice, seria o responsável por despertar essas vocações, “porque [afinal] não se nasce pesquisador, forma-se o pesquisador”.<sup>362</sup> Compreendendo como esses elementos eram essenciais na visão de Alice ao trabalho historiográfico e à *performance* do historiador, surgem algumas questões: qual a relação entre a pesquisa e o ensino da história para Alice Canabrava? Qual diagnóstico dessa relação ela fazia? Qual seria a função do professor universitário de história?

“Não é professor se não for pesquisador”, responderia Alice à última indagação. A historiadora tecia uma forte crítica àqueles que “depois que se pilham catedráticos nunca mais fazem nada [...] dão apenas aulas”. Para ela, era fundamental que houvesse “uma consciência profissional muito maior em relação à pesquisa”, esta seria “inerente a

---

<sup>359</sup> “Lembro-me bem que ia para o Arquivo, localizava documentos e copiava e depois ficava ‘ruminando’ todo aquele material. CANABRAVA, Alice. *Minhas Reminiscências. Economia aplicada. Op. cit.*, p. 161.

<sup>360</sup> CANABRAVA, Alice. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>361</sup> \_\_\_\_\_. *Minhas Reminiscências. Economia aplicada. Op. cit.*, p. 161.

<sup>362</sup> \_\_\_\_\_. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*



função docente”.<sup>363</sup> Indiscutivelmente, na visão de Alice todo professor universitário de história deveria ser antes pesquisador. No entanto, segundo seu diagnóstico, não era essa a realidade do campo historiográfico no Brasil, visto que a maioria dos cursos universitários de história focavam exclusivamente na formação de professores.

Para compreender essa crítica, é fundamental lembrar que a criação dos primeiros cursos de geografia e história se deu em um momento de intensas mudanças políticas, culturais e educacionais no Brasil. Na década de 1930, no recém instituído governo Getúlio Vargas, vivia-se uma tentativa de modernização da sociedade.<sup>364</sup> No bojo desse processo de modernização, a preocupação com a formação de professores se intensificava. Por meio das reformas do ensino, que começaram a ganhar terreno a partir de 1931, pretendia-se formar “pessoal qualificado para suprir as necessidades do ensino ‘primário’ e ‘secundário’”.<sup>365</sup>

As universidades eram pensadas como centros nos quais se desenvolveria um saber técnico, útil à sociedade como um todo. E, nesse projeto de universidade moderna, as faculdades de filosofia seriam as células centrais da estrutura universitária, pois atribuíam-se a elas a atividade de reflexão filosófica que justificaria a funcionalidade da ciência para a cultura e para a sociedade como um todo.<sup>366</sup>

No entanto, a FFCL/USP apresentaria uma distinção em relação às demais universidades do período. Sendo a “*célula mater*” da USP, sua dedicação central voltava-se à pesquisa. Uma das preocupações básicas da faculdade era formar uma elite intelectual paulistana e brasileira, por isso, “pela FFCL deveriam passar os futuros dirigentes do país e do Estado, bem como a futura elite científica”.<sup>367</sup> Apesar do perfil de certa maneira distinto do curso de geografia e história da FFCL/USP, que voltava suas atenções à pesquisa, ele teve como meta principal, assim como os demais do período, a formação de professores qualificados para atender às demandas dos ensinos primário e secundário. A

---

<sup>363</sup> *Idem.*

<sup>364</sup> MACHADO, Daiane Vaiz. “Institucionalização acadêmica da História: entre o autodidatismo e a profissionalização”. *História da historiografia*. Ouro Preto, n.12, ago. 2013, p. 243.

<sup>365</sup> ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. *Op. cit.* p. 144.

<sup>366</sup> *Idem*, p. 93.

<sup>367</sup> ERBERELI JR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava*. *Op. cit.* p. 38.

USP, segundo Diogo Roiz, foi uma das primeiras universidades a empreender esse projeto político, institucional e intelectual.<sup>368</sup>

Portanto, é compreensível que Alice Canabrava, formada e orientada pelos princípios e objetivos da FFCL/USP, defendesse um ensino que extrapolasse o fim único de formar professores de história, promovendo também um estímulo à pesquisa. No entanto, o que se encontrava na vasta extensão do território nacional, mesmo na década de 1980, era um expressivo descaso com a pesquisa nas universidades brasileiras, onde “os professores não tem formação. Eles não têm formação porque não foram formados na pesquisa, foram formados como repetidores”.

Para Alice, a ANPUH surgiu de modo a solucionar e colocar em debate também essa questão. Organizada no intuito de repensar os rumos do ensino universitário da História, na reunião do primeiro simpósio em Marília, segundo Alice, emergiu a seguinte pergunta: “deveria ser o curso superior somente para ensino ou deveria ser também para pesquisa?”.<sup>369</sup> Algo da inquietação da historiadora quanto a formação de pesquisadores permeava suas reflexões da década de 1980 sobre a ANPUH. Para Alice, a ANPUH se constituiu como uma “verdadeira escola”, que cumpriu aquela função deixada de lado nas universidades: a de formar ao mesmo tempo o pesquisador e o professor de história.<sup>370</sup>

A questão do descaso à pesquisa estaria enraizada na lógica universitária brasileira para Alice Canabrava. A ausência de um estímulo à pesquisa resultaria em professores universitários despreparados para a tarefa de despertar vocações e ensinar as metodologias da moderna pesquisa historiográfica. O resultado estaria na proliferação de vulgarizadores, especialmente no contexto de formação dos cursos de pós-graduação. Em avaliação da década de 1980 sobre o estado da arte da pesquisa histórica no Brasil, Alice afirmava: “pesquisa nem se fala, isso não existe. É repetir o que os outros disseram”.<sup>371</sup>

As pesquisas originais eram louvadas pela historiadora enquanto a crítica recaía sobre as vulgarizações. Na visão de Alice, a repetição e a vulgarização seriam frutos da

---

<sup>368</sup> ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira*. *Op. cit.* p. 144.

<sup>369</sup> CANABRAVA, Alice. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

<sup>370</sup> “De modo que eu acho então que a ANPUH tem um papel muito importante, que ela vai desenvolvendo nesse sentido, de trazer a juventude para o contato dos professores. De professores de nome, de professores que tem experiência de pesquisa, de experiência intelectual no seu campo [...] Essa pra mim é a maior acervo da ANPUH. É o que ela tem realizado de melhor, no meu ponto de vista”. *Idem.*

<sup>371</sup> \_\_\_\_\_. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. *Op. cit.*

historiografia norte-americana. Por outro lado, a pesquisa original, que exigia esforço e sacrifício do historiador, era tributária dos ensinamentos franceses experimentados especialmente na USP:

Nos EUA, deve-se publicar, publicar e publicar. Muitas vezes, faz-se um nariz de cera diferente e um trabalho se multiplica em três. O que eles querem é fazer currículo, fazer ‘maço’ como se dizia na gíria acadêmica. Esse espírito de maço já havia naquela época. Não é o caso da influência francesa. Nós somos filhos da pesquisa histórica da França por causa dos grandes professores que tivemos.<sup>372</sup>

A crítica à pesquisa historiográfica norte-americana aparecia também na correspondência trocada entre Alice Canabrava e Francisco Iglésias. Como discutido no capítulo 2, ambos os historiadores avaliavam de forma negativa os caminhos tomados por grande parte dos historiadores brasileiros no contexto de aparecimento dos cursos de pós-graduação. A crítica se sustentava na ideia de que os trabalhos eram pouco interpretativos e originais, se pautando em uma repetição de modelos teóricos prontos. No caminho da crítica tecida aos norte-americanos em 1981, Alice, em carta a Iglésias datada de 1968, confessava:

Se for para gastar dinheiro em Congresso, prefiro voltar à Europa, onde está o centro de gravitação do mundo, quanto à História. A França principalmente [...] O de Indiana não me sensibiliza. Terá a maioria de americanos, os quais, cerca de 80 ou 90% ainda estão na história “évenementielle”.<sup>373</sup>

A vulgarização era associada à ausência de interpretação e à história mais “évenementielle”. O contraponto seria a historiografia francesa, estrutural e atenta à interpretação.

Essa visão, que diferenciava a historiografia norte-americana daquela praticada na Europa, especialmente pelos franceses, era compartilhada por outros historiadores no contexto. Eduardo d’Oliveira França, historiador que também manteve relações diretas com Braudel, produziu uma resenha em apreciação ao livro “Teoria da História” de José Honório Rodrigues, em 1951. França elogiou as críticas tecidas por Rodrigues ao “empirismo que vem parasitando nossa historiografia”,<sup>374</sup> mas ressaltou a ausência de referências à moderna historiografia francesa, especialmente aos *Annales*. O texto de

<sup>372</sup> \_\_\_\_\_. Minhas Reminiscências. *Economia aplicada*. *Op. cit.*, p. 161.

<sup>373</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 31 mar. 1968. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (083).

<sup>374</sup> FRANÇA, Eduardo. A Teoria Geral da História. *Apud* COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D’ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 116.

França se funda numa oposição entre uma visão pragmática norte-americana e outra europeia, reflexiva e analítica. Segundo Aryana Costa, para França, a maneira norte-americana de resolver problemas seria simplista e empírica, “com o dispêndio mínimo de reflexão”,<sup>375</sup> visão a qual Alice Canabrava compartilhava.

A perspectiva sobre a pesquisa norte-americana como pragmática e produtora de vulgarizações, portanto, foi algo comum a alguns historiadores no contexto de afirmação da historiografia universitária brasileira. Os *Annales* apareciam, por outro lado, diretamente associados à ideia de uma produção historiográfica que requeria esforço e sacrifício para alcançar e produzir resultados originais.

A imagem do esforço nas memórias de Alice é dotada de diferentes sentidos. Ela foi empregada para justificar a dedicação que empreendeu para superar os constrangimentos de gênero impostos às mulheres que pretendiam se dedicar à carreira intelectual e também para refletir sobre sua prática historiográfica e na defesa de um ensino voltado à pesquisa. De fato, como Flávio Saes viria a afirmar alguns anos depois, Alice Canabrava viveu sua carreira universitária como um sacerdócio. O esforço foi a tópica do relato de sua experiência.

#### **4. “O temor inspirado” por Alice “e pelo terrível sobrenome”<sup>376</sup>: leituras de uma *performance***

Investiguei ao longo desse trabalho uma série de identidades que foram atribuídas à Alice Canabrava por outros intelectuais, associando-a, ora ao *Annales*, ora ao feminismo. Por fim, analisarei as descrições físicas e performativas de Alice feita pelos seus colegas universitários, especialmente por assistentes e orientandos. O objetivo é entender como aqueles atributos que ela garantiu a si mesma em suas memórias foram vistos pelos seus pares. Em suma, como o corpo e a *performance* de Alice foram lidos por outros intelectuais?

No processo de elaboração de si como uma criança associada ao universo masculino, ou na marca da excepcionalidade de sua juventude em relação a outras colegas, Alice se referiu a uma série de atributos masculinos. Paralelamente, ela é também

---

<sup>375</sup> COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*. *Op. cit.* p. 116.

<sup>376</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. *Op. cit.* p. 9, 10.

lembrada pelos seus pares nesses termos. A palavra-chave das memórias de outros intelectuais sobre a historiadora é o rigor. Alice era vista como uma mulher extremamente rigorosa.

O historiador José Jobson, em um texto intitulado “Alice Canabrava: História e Mito”, recolheu uma série de depoimentos de intelectuais que foram orientados por Alice.<sup>377</sup> Logo no início do texto, ele deixa ver suas primeiras impressões sobre a historiadora:

Visitei-a apenas uma vez [...] retive dela uma imagem de grandeza, de força. Queria que ela integrasse minha banca de doutoramento, ocorrida em 1973, não sem um certo temor inspirado por ela e pelo terrível sobrenome.<sup>378</sup>

Alice aparece de modo semelhante nas lembranças de outros tantos intelectuais. No texto de Jobson, o que fica marcado é que a historiadora mantinha uma relação severa com seus subordinados, comportamento que a tipificava de modo semelhante aos seus colegas catedráticos.<sup>379</sup>

Miriam Lifchitz Moreira Leite, que foi sua assistente entre 1949 e 1952, a apresenta como uma figura rígida, exigente e de trato difícil. Fernando Henrique Cardoso, assistente de Alice de 1951 a 1953, destaca também a rigidez e o rigor da professora. Segundo ele, ela “trabalhava furiosamente”, mas era também muito competente.<sup>380</sup> Em outra ocasião, em entrevista disponível no livro “Conversas com sociólogos brasileiros”, FHC reforçava sua impressão, adicionando alguns traços negativos a mais: “ela brigava muito e brigou comigo também. Ela queria que trabalhássemos, digamos, num regime militar, com horário de entrar, de sair. Eu trabalhava muito”.<sup>381</sup> Alice aparecia como alguém extremamente dedicado ao trabalho, mas também de trato difícil.

---

<sup>377</sup> Não se tem acesso aos documentos integrais, somente à leitura das memórias feitas por José Jobson e trechos citados diretamente pelo historiador.

<sup>378</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. *Op. cit.* p. 9, 10.

<sup>379</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. *Op. cit.* p. 38.

<sup>380</sup> *Idem*, p. 38, 39.

<sup>381</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 71.

A experiência com Alice parece ter sido complicada para FHC, mas para a historiadora também houve algo de marcante. Em carta endereçada à Iglésias em 1954, Alice desabafava:

Aqui vamos indo, num mar de desesperança, de desencantamento. Tive um abalo moral profundo com o meu último assistente (lembra-se que experimentei um aluno, pela primeira vez?) e nem sei, daqui por diante, [se] serei a mesma criatura, se conservarei aquele entusiasmo genuíno pela formação científica dos meus assistentes, que você deve ter percebido quando das nossas conversas em Ouro Preto.<sup>382</sup>

A experiência foi marcante, pois, depois de Fernando Henrique Cardoso, Alice não contratou mais nenhum aluno como assistente.

Fernando Novais, assistente da historiadora entre 1955 e 1961, deixou claro na conversa com Jobson o apreço que tinha por Alice: “gostava muito dela, tinha enorme valor pessoal”, no entanto, também pontuou que “ela não era fácil, muito enfática, complicada”.<sup>383</sup> Em entrevista do livro “Conversas com historiadores brasileiros”, ele lembrava da historiadora nos mesmos termos: “fui seu assistente por três ou quatro anos e acabei me desentendendo com ela por questões de trabalho. A Alice era uma pessoa muito difícil”.<sup>384</sup>

A geração mais recente de seus orientandos e assistentes, do contexto posterior à reforma universitária de 1970 que instituiu o regime departamental, destacam, na esteira de Novais, uma visão mais positivada de Alice, lembrada como alguém de valor pessoal. Algo chama a atenção nesses outros relatos: ela é lembrada por dispor de um apego caracterizado como “maternal” por seus assistentes. Para Flávio Saes, Alice procurou estabelecer “uma relação quase ‘maternal’ com aqueles que apreciava e se ‘abriam’ para esse tipo de contato”.<sup>385</sup> A mesma visão era compartilhada por Nelson Nozoe, que via Alice como “enérgica, porém protetora”, com quem “praticamente todos os problemas podiam ser tratados”, apesar de ser “uma pessoa de relacionamento difícil”.<sup>386</sup>

---

<sup>382</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 18 abr. 1985. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (062).

<sup>383</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. *Op. cit.* p. 41.

<sup>384</sup> NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 121.

<sup>385</sup> SAES, Flávio. Entrevista sobre Alice Piffer Canabrava. *Apud* ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. *Op. cit.* p. 45.

<sup>386</sup> NOZOE, Nelson. Entrevista sobre Alice Piffer Canabrava. *Apud idem*.

Flávio Saes foi talvez o ex-assistente de Alice que lembrou com mais apreço da historiadora. Ele fez questão de destacar, na entrevista concedida a Jobson, que não teve “problema de ordem profissional ou pessoal com ela, diversamente do que parece ter ocorrido com outros professores de períodos anteriores”. Afirmava que Alice era de fato reconhecida pelo seu rigor e seriedade, até mesmo pelos alunos que prestavam vestibular.<sup>387</sup> Mas “ela era exigente e não autoritária”, segundo Saes, “pois sempre deu autonomia aos professores para que realizassem suas pesquisas desde que efetivamente se dedicassem a elas”.<sup>388</sup> Em sua compreensão, o motivo do rigor da historiadora e da exigência de dedicação integral de seus assistentes se justificavam, pois Alice vivia sua carreira universitária como um sacerdócio. Como discutido anteriormente, essa visão de Alice ter vivenciado seu “ofício como sacerdócio”<sup>389</sup> coincide com a narrativa que ela faz de si em seus textos memorialísticos e vai de encontro aos sentidos que teve a noção de esforço em sua narrativa.

De modo geral, o que essas memórias permitem sugerir é que o esforço de Alice por se associar ao universo das atuações e gestos masculinizados não parecem ser exclusivos de suas memórias, mas também de sua atuação, de sua *performance* propriamente dita. Os adjetivos que surgem em sua defesa para sublimar de certo modo o rigor, estranho às mulheres, a recolocam no campo da feminilidade: Alice seria “maternal” e “protetora”.

Essa série de adjetivos atribuídos a Alice no exercício de seu poder catedrático (ou titular no contexto da reforma universitária) encontra-se em uma batalha de sentidos sobre o legítimo intelectual. Batalha essa que se estrutura fortemente em hierarquias de gêneros. Como vimos, ela foi recorrentemente caracterizada por um campo semântico da masculinização e da força.<sup>390</sup> Sobre a afirmação de Fernando Henrique Cardoso de que

---

<sup>387</sup> SAES, Flávio. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. *Op. cit.* p. 248.

<sup>388</sup> \_\_\_\_\_. Entrevista sobre Alice Piffer Canabrava. *Apud* ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. *Op. cit.* p. 44.

<sup>389</sup> Subtítulo da tese de Otávio Erbereli Junior.

<sup>390</sup> Como discutido na nota 330, para Bonnie Smith a história como ciência moderna se estruturou a partir do entendimento dos seminários como um mercado masculino de produção do conhecimento. A transparência, a assertividade e a clareza, atributos que começavam a estruturar a masculinidade, foram usados para caracterizar o historiador. O seminário produzia “homens” com prerrogativas disciplinares específicas. Mas nem sempre os homens respondiam a essa caracterização, o que era motivo de humilhação ou zombaria. Muitos eram considerados efeminados ou pouco masculinos. Por outro lado, as mulheres que participavam dessas reuniões normalmente eram aceitas por demonstrar um comportamento público destemido, como foi o caso de Lucy Maynard Salmon. Ver mais em SMITH, Bonnie. *Gênero e história*. *Op. cit.* p. 246. De todo modo, não parece ser distinto o motivo que legitimou Alice enquanto historiadora

Alice “brigava muito, queria que trabalhássemos, digamos, num regime militar, com horário de entrar, de sair”, Lidiane Rodrigues lembra que a experiência de Fernando Henrique com Alice na cadeira de História Econômica do Brasil não se diferenciou daquela descrita pelo sociólogo na cadeira de Sociologia I, onde também esteve subordinado a um regime de trabalho com características idênticas de autoridade de Florestan Fernandes. No entanto, nesse segundo caso, os mesmos atributos são positivados. Fernando Henrique, portanto, admitia o rigor sob a tutela de um catedrático homem, mas não sob a tutela de uma catedrática mulher. A inversão do valor da mesma propriedade atitudinal é notável e atende ao parâmetro do exercício do poder socialmente permitido e aguardado por parte dos homens.<sup>391</sup>

A memória constituída em torno de Alice Canabrava, assim como aquela que ela elabora sobre si, a caracteriza, continuamente, com gestos firmes, assentado numa ideia de rigor e assertividade. Um corpo cuja presença parecia se impor antes mesmo da palavra pronunciada. O que nos releva como as *performances* corporais também compõem as disciplinas, as identidades e os modos de ser historiador.

As identidades que se produzem e se formam nessas memórias individuais se constituem em coerência com uma memória disciplinar mais extensa. Tentar compreender um intelectual a partir de identidades historiadoras pré-estabelecidas, ou tentar elaborar para ele identidades específicas é sempre um risco. Nesse processo, é muito possível que as identidades fixas sufoquem as multiplicidades de formas de ser historiador engendradas por aquele sujeito e possíveis dentro das experiências individuais. Além disso, o que se pode ensejar por meio dessas memórias, seja de Alice ou sobre ela, é que, na atribuição de identidades historiadoras, formas menos evidentes de posicionar um autor e sua obra, a partir de uma série de experiências historiadoras sustentadas também em práticas generificadas, estão presentes no interior das disciplinas acadêmicas.<sup>392</sup>

---

nesse espaço universitário que impunha uma série de constrangimentos às mulheres no prosseguimento de suas carreiras.

<sup>391</sup> RODRIGUES, Lidiane. "Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP". *Op. cit.* p. 62.

<sup>392</sup> O historiador masculino, abstrata e materialmente é o ponto de chegada de toda uma construção discursiva que legitimava alguns como produtores do conhecimento. RAGO, Margareth. Descobrendo historicamente o gênero. *Cadernos pagu*. Campinas, v.11, 1998, pp.89-98.



Alice, sem dúvida, é uma figura rica, densa e complexa. José Jobson atribui essa complexidade ao peso que porta sobre seus ombros, de estar entre o mito e a história. Mas quem de nós livra-se desses dois lugares? Alice foi elaborada pelas memórias de outros e se elaborou em suas memórias também. Nesses espaços, portanto, uma infinidade de pertencimentos e identidades foram se processando. Nas narrativas e discursos é que as culturas acadêmicas, as identidades e os modos de ser historiador se formam e haverá, pois, “forças mais construtivas do que o pensamento e a imaginação?”<sup>393</sup>

---

<sup>393</sup> CANABRAVA, Alice. Carta a Lúcia. São Paulo, 26 jan. 1986. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-LÚCI-006.

## Considerações finais

Esse trabalho, inserido nas preocupações de uma história da historiografia atenta à historicidade da produção do conhecimento histórico, seus métodos, suas fontes, seus problemas, sua escrita,<sup>394</sup> atenta-se em refletir sobre o ofício do historiador para além das práticas intelectuais: suas *performances*, seus corpos e seus gêneros também foram considerados. O objetivo é fazer com este campo não se limite à produção de balanços historiográficos e memórias disciplinares, mas que “se transforme numa entrada privilegiada para a compreensão da sociedade na qual os historiadores vivem”, como reflete Alessandra Santos.<sup>395</sup>

Meu interesse em questionar as identidades historiadoras elaboradas sobre e por Alice Canabrava está inserido na consideração da historiografia como produto e produtora de uma cultura, envolvida em uma série de sistemas sociais, econômicos e simbólicos que a fundamentam. Busquei, portanto, refletir sobre a formação desse campo disciplinar, que, assim como todo espaço de produção científica, é dotado de economias morais, de uma rede de valores saturados de afetos e forças emocionais, permeados de historicidade, que orientam a prática e a compreensão científica.<sup>396</sup> Economias estas que, por meio de uma compreensão foucaultiana do poder, atuam mais como autodisciplina do que como coerção.<sup>397</sup>

Ao longo de todo trabalho explorei a complexidade das discussões acerca das identidades, no intuito de defender a tese da impossibilidade de uma postulação da identidade “de uma vez por todas”.<sup>398</sup> Na trajetória de Alice Canabrava investiguei a multiplicidade de pertencimentos anunciados e diálogos travados pela historiadora para pensar no caráter transitório das identidades que foram elaboradas para lhe caracterizar.

Em um primeiro momento, localizei Alice nas instituições das quais participou, buscando entender os diálogos que ela manteve com as diversas tradições

---

<sup>394</sup> CATROGA, Fernando. “O valor epistemológico da história da história”. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (org.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

<sup>395</sup> SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias*. *Op. cit.*, p. 28.

<sup>396</sup> DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. *Op. cit.*

<sup>397</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. *Op. cit.*; \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. *Op. cit.*

<sup>398</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. *Op. cit.*, p. 247.

historiográficas, de modo a extrapolar a identidade *annalista* que alguns apreciadores de seu trabalho tenderam a atribuir-lhe. Através da análise dos textos de história da historiografia de autoria de Alice Canabrava, produzidos a partir da década de 1960, foi possível perceber sua inserção na disputa pela definição de uma moderna escrita da história.

Suas elaborações, em caminho paralelo aos balanços historiográficos da época, tiveram como objetivo estabelecer uma fronteira relativamente rígida entre o que se produzia antes e após o advento dos cursos universitários de história no Brasil. Para a historiadora, em consenso com certa memória disciplinar uspiana, uma das marcas expressivas dessa modernidade foi a presença dos professores franceses no curso da USP. Compreensão que acabou sendo reivindicada para associá-la aos *Annales*. Tal concepção fronteira rígida foi naturalizada pela historiografia e a reflexão proposta no capítulo 1 foi justamente de observar as nuances dessa suposta ruptura.

Em um segundo momento, promovi uma breve sociologia do campo universitário no qual Alice se formou para analisar a complexidade das identidades de pioneirismo feminino atribuídas a ela, em contraste com sua renúncia ao feminismo e crítica à organização coletiva de uma luta das mulheres. Demonstrei no capítulo 2 como Alice elaborou as memórias sobre seu preterimento no concurso da cadeira de História da Civilização Americana e como elas foram posteriormente apropriadas e analisadas pelos estudos que se preocuparam em tirar do silêncio mulheres que se envolveram na produção intelectual brasileira. O intuito foi de pensar nas potencialidades, mas também nos limites dessas estratégias de resgate, especialmente quando se considera a recusa do feminismo declarada por Alice Canabrava.

Para investigar os sentidos dessa renúncia, analisei a correspondência trocada entre Alice Canabrava e Francisco Iglésias. Essa troca epistolar deixa ver uma complexa elaboração do papel do intelectual por Alice na década de 1980 e do lugar possível à dimensão política no exercício de produção da história. Em linhas gerais, para ela, o historiador, e o intelectual legítimo, deveria prezar pelo desenvolvimento de uma atividade científica distante da ação política pragmática. Ainda que coubesse ao intelectual produzir trabalhos voltados a uma reflexão sobre a sociedade brasileira, ele não deveria executar estudos orientados por questões políticas ou ideológicas. Em minha análise, tal elaboração, ao lado dos sentidos que ser feminista carregava nas décadas finais

do século XX – também explorados no capítulo 2 – permite vislumbrar motivos que levaram Alice a rejeitar qualquer possível articulação às lutas feministas.

Por fim, investiguei os textos de memória de Alice Canabrava, produzidos nas décadas de 1980 e 1990, a fim de compreender as identidades que ela elaborou para si em seus exercícios de relatar a si mesma. Mas também aquela que ela atribuiu à Fernand Braudel, que aparece como historiador ideal em suas memórias. Nesses textos, algo que me chamou atenção foi a maneira pela qual o gênero foi mobilizado por Alice para fundamentar seus relatos, especialmente quando se referia à sua infância, buscando representar-se como mais afeita às atividades tidas como masculinas, colocando a si mesma como exceção em meio a experiência de outras colegas mulheres. Também na produção da imagem de Fernand Braudel, Alice elaborou um corpo, um gênero e uma nacionalidade a esse historiador ideal. O gênero, portanto, serviu nessas reflexões como categoria de análise das memórias e das identidades historiadoras produzidas por Alice Canabrava.

Além disso, analisei como, nesse exercício de relatar a si mesma, Alice empreendeu um projeto de legitimar-se como elemento de uma moderna historiografia, aproximando-se de uma metodologia dos *Annales*, ao contrastar a experiência que teve como aluna dos professores brasileiros e dos franceses. Nessa divergência, ela elaborou também uma prática ideal do ensino da história a qual discuti, ainda que brevemente, no último capítulo.

Por acreditar que a escrita da história não deva “procurar o eterno no transitório”,<sup>399</sup> no lugar de me exceder sobre o que foi trabalhado nesta dissertação, gostaria de aproveitar esse momento do texto para apontar caminhos abertos em minhas discussões que acredito ainda estarem por percorrer, seja por mim ou por aqueles que se interessem em vislumbrar mais da trajetória de Alice e especialmente dos corpos historiadores.

Em primeiro lugar, entendo haver uma grande potencialidade de investigação a respeito das reflexões de Alice sobre o papel do ensino e da pesquisa na função do historiador universitário. Como brevemente explorado no capítulo 3, me parece que a pesquisa assume centralidade para a historiadora. Talvez um exame mais detido da prática

---

<sup>399</sup> ADORNO, Theodor W. *Notas de literarura*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 27.

de ensino dos professores brasileiros destacados por ela como ultrapassados, Plynio Ayrosa e Afonso Taunay, em contraste com a prática dos “modernos” Fernand Braudel e Pierre Monbeig, possibilite uma análise interessante do campo de ensino da história universitária a partir dos relatos de Alice Canabrava.

Outra questão que me parece ainda potente é investigar com mais profundidade a maneira pela qual a dicotomia entre rural, como lugar do atraso, e o urbano, como lugar do progresso atravessa a narrativa de Alice. Em seu relato, sustentado na ideia da vitória de uma pessoa vinda do campo, me parece que Alice mobiliza todo um imaginário que acaba legitimando uma visão da história como tempo do progresso, da modernização. Em suma, há uma concepção de tempo sendo elaborada que poderia ser explorada em outros trabalhos.

Por fim, e talvez aqui esteja meu maior interesse de reflexão, acredito ser possível investigar mais extensamente a questão do corpo historiador na conformação de cenas de reconhecimento disciplinares. Parece-me que um caminho interessante seria buscar relatos e narrativas de outros historiadores para entender como esses corpos são elaborados. Partindo da trajetória de Alice, um percurso interessante seria investigar memórias de colegas, mulheres e também homens, que compartilharam com ela vivências em uma mesma instituição, fosse a FFCL ou a FCEA. Acredito ser potente também investir um esforço na análise dos depoimentos presentes no livro “Mulheres na USP: horizontes que se abrem” com um olhar mais voltado às narrativas sobre os corpos intelectuais.

“As ideias colocadas em novas situações tornam-se outras”,<sup>400</sup> com essa frase de Durval Muniz Albuquerque concluo meu trabalho, esperando sinceramente que minhas ideias possam instigar outras e novas situações de análise.

---

<sup>400</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 17.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

#### Artigos e textos de Alice Canabrava:

CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Boletim XXXV da cadeira de História da Civilização Americana, n. 2, FFCL/USP, 1944.

\_\_\_\_\_. Tema – III. O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação. *Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*. Marília: FFCL, 1962.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo, n. 88, p. 417-424, 1971.

\_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: \_\_\_\_\_; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LUZ, Nícia Vilela. *Anais Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

\_\_\_\_\_. Discurso da professora Alice Piffer Canabrava, 1º secretária da ANPUH. *Anais do VI Simpósio de Professores Universitários de História*. Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH/USP, v. 1, 1973.

\_\_\_\_\_. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu (1980). In: \_\_\_\_\_. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005.

\_\_\_\_\_. História e Economia (1985). In: \_\_\_\_\_. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; Unesp; ABPHE, 2005.

#### Depoimentos e entrevistas:

CANABRAVA, Alice. Entrevista. Projeto Estudos Brasileiros. MIS/SP, 1981. 00035EBR00027AD (Estudos Brasileiros rolo 116.28 A-0151)

\_\_\_\_\_. *Alice Piffer Canabrava: historiadora* (1984). In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgs.). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

\_\_\_\_\_. Minhas Reminiscências. *Economia aplicada*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.

#### Correspondência enviada:

CANABRAVA, Alice. Carta a Lúcia. São Paulo, 24 nov. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-LÚCI-001

\_\_\_\_\_. Carta a Lúcia. São Paulo, 16 dez. 1984. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-LÚCI-003.

\_\_\_\_\_. Carta a Lúcia. São Paulo, 26 jan. 1986. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-LÚCI-006.

\_\_\_\_\_. Carta a Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. São Paulo, 26 de set. 1983. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-TORR-002.

\_\_\_\_\_. Carta a Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. São Paulo, 20 jan. 1985. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-TORR-005.

\_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 26 jul. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1,24.

\_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 13.

\_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 31 mar. 1968. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (083).

\_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 03 fev. 1980. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (114).

\_\_\_\_\_. Carta a Francisco Iglésias. São Paulo, 18 abr. 1985. Acervo Francisco Iglésias. IMS/RJ. FI-C-CP (062).

#### Correspondência recebida:

IGLÉSIAS, Francisco. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 24 mar. 1972. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 7

\_\_\_\_\_. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 25 mar. 1975. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 10.

\_\_\_\_\_. Carta a Alice Canabrava. Belo Horizonte, 19 de abr. de 1979. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 18.

\_\_\_\_\_. Carta a Alice Piffer Canabrava. Belo Horizonte, 06 nov. 1981. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-P1, 26.

TORRES, Maria Celestina. Carta a Alice Canabrava. São Paulo, 09 de dez. 1988. Fundo Alice Piffer Canabrava. Arquivo IEB/USP. APC-TORR-016.

#### Outras fontes:

PANTALEÃO, Olga. *Olga Pantaleão: historiadora* (1984). In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgas.). *Mulheres na USP. Op. cit.* p. 109.

SILVEIRA, Alcântara. Resenha “Supremacia Feminina I”. S.I. [São Paulo], [O Estado de S. Paulo – Suplemento Literário], s.n.p. Fundo Lupe Cotrim Garaude. Arquivo IEB/USP. LCG-17.059.

## Bibliografia

ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas. História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre; BISSO, Benito Schmidt (orgs.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: UNESP, 2011.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Alice Canabrava: História e Mito”. In: CANABRAVA, Alice. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BLAY, Eva. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978 (originalmente tese de doutoramento na FFCLH/USP, 1972).

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKI, Carla B; PEDRO, Joana. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1990.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERLINI, Vera Lucia Amaral; GLEZER, Raquel. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

CATROGA, Fernando. “O valor epistemológico da história da história”. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (org.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.



CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COLETIVO ALICE CANABRAVA. Alice Piffer Canabrava (1911-2003) foi uma mulher à frente de seu tempo [...]. São Paulo, 02 out. 2018. Facebook: coletivoalicecanabrava. Disponível em: <https://web.facebook.com/coletivoalicecanabrava/photos/a.340765416489324/340667763165756/> Acesso em: 14 nov. 2021.

CONNEL, Raewyn. A colonialidade do gênero. In: *Gênero em termos reais*. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016, pp. 25-44.

COSTA, Aryana Lima. *DE UM CURSO D'ÁGUA A OUTRO*: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. Programa de Pós-Graduação em História Social (Tese), Instituto de História – UFRJ, 2018.

COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre Mulher no Brasil: do limbo ao gueto? São Paulo, *Cadernos da Fundação Carlos Chagas*, n° 54, ago./1985.

DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017. 143pp. Tradução: Alves, Derley Menezes; Iegelski, Francine.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender, essays on theory, film and fiction*. Bloomington, Indiana: Univ. Press, 1987.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Trad. Vera Casa Nova & Márcia Arbex. Belo Horizonte: Ufmg, 2011.

\_\_\_\_\_. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo: Ed. 34, 2016

ERBERELI JR, Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. 2014. Programa de pós-graduação em História (Dissertação), FFCL/UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdotício (1935-1997)*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica (Tese), FFLCH/USP, 2019.

FARIA, Daniela. *Operações no Isidoro e Ocupações na Izidora*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90. In: Cesar A. B. Guazzelli. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, v., p. 27-40

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 10ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Programa de pós-graduação em história social (Tese), FFCLH/USP, 2006, p. 45.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. In: *Estudos Históricos – Historiografia*, Rio de Janeiro, v. 9, nº17, p. 59-84, 1996. P. 68.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. P. 223-244. 1984.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Letras, 2006. p. 162-181.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Márcia de Almeida et alli (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.19-35.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1. p. 31-47, jan/jun. 2005.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210

KUCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia. A Categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do Ceam*, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015.

LACERDA, Gustavo Biscaia. Augusto Comte e o “Positivismo” redescobertos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, out. 2009.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão: historiografia brasileira contemporânea*. São Paulo: editora Vozes, 1976.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2006.

LIBLIK, Carmem. *Uma História toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LUGONES, Maria. Colonialidad y gênero. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, jul.-dic., 2008.

MACHADO, Daiane Vaiz. Institucionalização acadêmica da História: entre o autodidatismo e a profissionalização. *História da historiografia*. Ouro Preto, n.12, ago. 2013.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*. São Paulo, v. 146, 2002.

MELO, Hildete Pereira; RODRIGUES, Lígia M. C. S. *Pioneiras da Ciência do Brasil*. Disponível em <http://cnpq.br/pioneiras-da-ciencia-do-brasil>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n. especial, p. 169-179, 1985.

NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 121.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*. v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

\_\_\_\_\_. “Entrevista com Maria da Glória Oliveira”. Entrevista concedida a Henrique Rodrigues Caldeira e Laura Jamal Caixeta. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, Vol. 11, n.3, p. 507-515, set./dez. 2019, p. 512.

PAUL, Herman. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*. n. 59-60, 2011a. p. 157-170.

\_\_\_\_\_. Fathers of History: Genealogies of the Historical Discipline. *Storia della Storiografia*, n. 59-60, 2011b. p. 224-230.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.

POSSAS, Lidia. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). *Hist. R.*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos pagu*. Campinas, v.11, 1998, pp.89-98.

\_\_\_\_\_. Epistemologia feminista. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 23.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio de poética e saber* São Paulo: Editora Unesp, 2014 (160 p.).

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *história econômica & história de empresas*. São Paulo. v. II, n. 2, p. 7-40, 1999.

RIBEIRO, Maria Alice. Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica. In: SAES, Alexandre; SAES, Flávio; RIBEIRO, M. A. *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo, Alameda, 2017

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, Lidiane. *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e um Seminário. (1958-1978)*. PPGHIS/USP. Tese de Doutorado, 2012.

\_\_\_\_\_. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 11, 2013.

\_\_\_\_\_. Eles e elas na gênese da institucionalização do curso de História da USP. In: MORAES, Marieta F. de. *Universidade e ensino de história*. São Paulo, FGV, 2020.

ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas. *As transferências culturais na historiografia brasileira: Leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. A mulher na universidade: o caso Alice Piffer Canabrava (1911-2003). *Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG* - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012 – ISSN online 1981-3082.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKI, Carla B; PEDRO, Joana. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2012.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1999.

\_\_\_\_\_. Bibliografia de Alice Piffer Canabrava. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. 1º edição. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005, p. 17-21.

\_\_\_\_\_. “Alice Piffer Canabrava (1911-2003)”. In: SAES, Alexandre; SAES, Flávio; RIBEIRO, M. A. *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo, Alameda, 2017.

SAFIOTTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Quatro Artes, 1969.

SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias: a história e o historiador*. São Paulo: Alameda, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez., 1990.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992. p. 77.

SILVA, Carmem Silvia Maria da. *Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOIHET, Rachel. Mulheres Investindo Contra o Feminismo: Resguardando Privilégios ou Manifestação de Violência Simbólica? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels. Le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Le Cahiers de l'IHTP*, n.20, 1992.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 63-84, 1994.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003, 3ª ed.

VELHO, OG. Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 351-385.

VENÂNCIO, Giselle. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.